

**Instituições de Abrigo, Família e Redes de Apoio Social e Afetivo  
em Transições Ecológicas na Adolescência**

**Aline Cardoso Siqueira**

**Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre  
em Psicologia sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Dalbosco Dell’Aglío**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

**Instituto de Psicologia**

**Curso de Pós-Graduação em Psicologia**

**Março, 2006**

## AGRADECIMENTOS

Ao querido Mateus Diniz Marques, obrigada pelo incentivo, compreensão, carinho e por estar sempre ao meu lado desde o início deste desafio.

Aos meus pais, obrigada pelo investimento contínuo, por ouvir e entender as minhas prioridades e incentivar-me sempre.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Dalbosco Dell’Aglío, sempre acessível, afetiva, generosa e justa, obrigada pela orientação, paciência, amizade, incentivo e apoio constantes ao longo destes dois anos de trabalho e, principalmente, por acreditar e confiar no meu potencial.

Às minhas companheiras de trabalho, as acadêmicas Carmela Turbino, Fernanda Mohr e, em especial, a Mariana Kraemer Betts, obrigada pela companhia, dedicação e pelas preciosas contribuições.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Koller, obrigada por contribuir na construção desse trabalho.

Às Prof.<sup>as</sup> Dr.<sup>as</sup> Dorian Mônica Arpini e Cláudia Fonseca, obrigada pela disponibilidade e pelas fundamentais contribuições no momento da Qualificação do Projeto de Dissertação, e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ângela Yunes, por aceitar prontamente o convite para compor a banca de defesa final.

Aos diretores, monitores dos abrigos, e em especial, aos adolescentes participantes desse trabalho, obrigada pela disponibilidade e confiança em abrir seus mundos e expor seus sentimentos e opiniões de forma tão sincera.

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas .....	06
Lista de Figuras .....	07
Resumo .....	08
Abstract .....	09
Capítulo I. Introdução .....	10
Capítulo II. O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: Uma Revisão de Literatura .....	13
Resumo .....	13
Abstract .....	13
2.1 Introdução .....	14
2.2 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano .....	14
2.3 Instituições de Abrigo e ECA: Uma Revisão Histórica .....	18
2.4 Estudos Recentes sobre Abrigos no Brasil .....	24
2.5 A Instituição como Rede de Apoio Social e Afetivo .....	26
2.6 Conclusões .....	27
Capítulo III. A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil .....	30
Resumo .....	30
Abstract .....	30
3.1 Introdução .....	31
3.2 Método .....	35
3.2.1 Participantes .....	35
3.2.2 Instrumentos .....	36
3.2.3 Procedimentos .....	37
3.3 Resultados .....	38
3.4 Discussão .....	42
3.5 Conclusões .....	45

Capítulo IV. Processo de Reinserção Familiar de uma Adolescente: A Transição entre os Contextos Institucional e Familiar .....	47
4.1 Introdução .....	47
4.1.1 Família .....	48
4.1.2 Instituições de Abrigo: Considerações a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano .....	56
4.1.3 Reinserção Familiar .....	61
4.2 Método .....	65
4.2.1 Delineamento .....	65
4.2.2 Participante .....	66
4.2.3 Instrumentos.....	66
4.2.3.1 Entrevistas Semi-estruturadas.....	67
4.2.3.2 <i>Family System Test</i> (FAST).....	68
4.2.3.3 Mapa dos Cinco Campos .....	69
4.2.4 Procedimentos.....	71
4.3 Resultados .....	72
4.3.1 Dados da Inserção Ecológica: Contextualização .....	72
4.3.2 Dados das Entrevistas com a Mãe .....	79
4.3.2.1 Primeira Etapa.....	79
4.3.2.2 Terceira Etapa .....	81
4.3.3 Dados das Entrevistas com a Adolescente.....	83
4.3.3.1 Primeira Etapa.....	83
4.3.3.2 Segunda Etapa.....	84
4.3.3.3 Terceira Etapa .....	85
4.3.3.4 Quarta Etapa .....	85
4.3.4 Dados do <i>Family System Test</i> (FAST).....	86
4.3.5 Dados do Mapa dos Cinco Campos.....	87
4.4 Discussão .....	88
4.5 Conclusões .....	99
Capítulo V. Considerações Finais .....	102
Referências.....	105

## Anexos

Anexo A - Instruções e Folha de Registro do Mapa dos Cinco Campos .....	115
Anexo B - Termo de Concordância dos Abrigos, ONG, Conselho Tutelar e Escola.....	118
Anexo C - Roteiro da Entrevista da Participante na Primeira Etapa .....	119
Anexo D - Folha de Registro do <i>Family System Test</i> – FAST .....	121
Anexo E - Roteiro da Entrevista da Mãe da Participante na Primeira Etapa....	122
Anexo F - Roteiro da Entrevista da Monitora do Abrigo na Primeira Etapa....	123
Anexo G - Roteiro da Entrevista da Participante na Segunda Etapa .....	124
Anexo H - Roteiro da Entrevista da Participante na Terceira Etapa .....	125
Anexo I - Roteiro da Entrevista da Mãe da Participante na Terceira Etapa .....	126
Anexo J - Roteiro da Entrevista da Participante na Quarta Etapa .....	127
Anexo L - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o Responsável pela Participante .....	129
Anexo M - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Participante .....	130
Anexo N - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Monitora do Abrigo .....	131

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Frequência Total de Contatos por Campo e Sexo.....	38
Tabela 2. Médias e Desvios-Padrão dos Contatos Satisfatórios e Insatisfatórios por Campo e Sexo .....	39
Tabela 3. Frequência de Conflitos e Rompimentos por Campo e Sexo .....	40
Tabela 4. Frequência e Percentuais de Citação da Mãe e do Pai por Níveis de Proximidade no Mapa dos Cinco Campos .....	41
Tabela 5. Etapas da Coleta de Dados e Instrumentos Utilizados.....	67
Tabela 6. Fatores de Proteção na Família Presentes no Processo de Reinserção	90
Tabela 7. Fatores de Risco na Família Presentes no Processo de Reinserção ...	92
Tabela 8. Fatores de Proteção no Abrigo.....	94
Tabela 9. Fatores de Risco no Abrigo.....	96

## Lista de Figuras

Figura 1. Mapa dos Cinco Campos .....	36
Figura 2. Estrutura Relacional .....	69
Figura 3. Genetograma da Família da Adolescente .....	73

## Resumo

Este trabalho enfoca a problemática da institucionalização, investigando a rede de apoio de adolescentes institucionalizados e o processo de reinserção familiar. A partir de uma revisão de literatura sobre institucionalização e da consideração dos abrigos de proteção como contextos de desenvolvimento, são apresentados dois estudos empíricos. O primeiro estudo objetivou investigar a percepção de adolescentes institucionalizados quanto à rede de apoio social e afetivo. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e o Mapa dos Cinco Campos em 35 participantes, de ambos sexos, com idade entre 11 e 16 anos. Os resultados do primeiro estudo apontam os adultos como principal fonte de apoio, especialmente os familiares e os monitores dos abrigos, sendo que o principal tipo de apoio foi o instrumental. A segunda pesquisa, um estudo de caso de uma adolescente de 12 anos, que esteve abrigada por suspeita de abuso sexual, objetivou compreender o processo de reinserção familiar, após um período de abrigamento. Foram utilizados os instrumentos Mapa dos Cinco Campos e FAST, entrevistas e levantamento em prontuários, além da inserção ecológica, possibilitando conhecer a percepção de rede de apoio social e afetivo, coesão e hierarquia da participante e, também, identificar os fatores de risco e proteção dos microsistemas família e abrigo. Os resultados indicam a presença de características disfuncionais na família da participante, como baixa coesão e desequilíbrio de poder, e de fatores de risco mais numerosos e expressivos, sobrepondo-se aos de proteção. Dessa forma, destaca-se a necessidade de trabalhos de capacitação com os profissionais dos abrigos, tendo em vista sua importância para os adolescentes, e de políticas de planejamento e acompanhamento dos processos de reinserção familiar, para que estas transições ecológicas possam ocorrer de forma satisfatória.

Palavras-chave: Institucionalização; adolescência; rede de apoio social e afetivo.

## **Abstract**

This study focuses on the issue of institutionalization, investigating the support network of institutionalized adolescents and the process of family reunification. Following a literature review about institutionalization and the consideration of protective shelters as developmental contexts, two empirical studies are presented. The first study aims to investigate the perception of the social and emotional support network of institutionalized adolescents, using interview and Five Field Map with 35 participants, of both sexes, ages from 11 to 16 years. Results of the first study indicate adults as the principal source of support, mainly relatives and shelter's employees, and the main support was instrumental. The second research, a case study with a 12-year-old girl, who was living in a shelter due to a suspicion of sexual abuse, aims to understand family reunification. Five Field Map, FAST, interviews and files survey were used in the case study, along with ecological engagement, allowing to know the perception of the social and emotional support network, cohesion and hierarchy and identify the risk and protective factors in the family and shelter contexts. Results indicate the presence of dysfunctional characteristics in the participant's family, such as low cohesion and unbalanced power, and also the presence of numerous significant risk factors that overlay protective factors. Therefore, the need for qualifying training with the shelter's employees, considering their importance for the adolescents, and policies of planning and attendance of the family reunification process are emphasized, so that these ecological transitions can occur satisfactorily.

**Keywords:** Institutionalization; adolescence; social and emotional support network.

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação investigou a problemática da institucionalização, procurando observar, mais especificamente, a rede de apoio de adolescentes que vivem em abrigos de proteção e o processo de reinserção familiar após o abrigamento. As instituições para crianças e adolescentes abandonados estão presentes há muito tempo na sociedade brasileira, desde a roda dos expostos, ainda no período colonial, passando pelos internatos, formatados nos moldes das instituições totais, até os abrigos de proteção mais atuais, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Dessa forma, é possível constatar que a institucionalização de crianças e adolescentes, como estratégia de cuidado e atendimento a essa população, mostra-se enraizada na cultura brasileira (Freitas, 1997; Leite, 1997; Marcilio, 1997; Rizzini & Rizzini, 2004). Assim, esta dissertação buscou compreender, a partir do aprofundamento teórico e de pesquisas, os aspectos presentes nesse universo e os processos a ele relacionados.

A motivação para a investigação desse tema de pesquisa originou-se na graduação da autora, especialmente durante a realização do estágio curricular em entidades assistenciais para crianças e adolescentes de Santa Maria/RS, no quarto ano do Curso de Psicologia, na Universidade Federal de Santa Maria. A realização desse estágio curricular despertou o interesse em investigar um caso de violência doméstica sofrida por uma criança abrigada, resultando na monografia final de graduação, exigência parcial para a conclusão do mesmo. Durante o cotidiano de estágio, foi possível acompanhar a vida das crianças e adolescentes, suas interações em nível microssistêmico e mesossistêmico, como as relações entre eles, os monitores, abrigo e escola, abrigo e família, escola e família, abrigo e Juizado da Infância e da Adolescência, entre outras. Após essas experiências, o interesse pelo estudo dos processos que ocorrem nos abrigos continuou, sendo esse escolhido como foco dessa dissertação. Tendo em vista a importância que a instituição de abrigo assume na vida das crianças e adolescentes abrigados, constituindo o contexto no qual se estabelecem e se desenvolvem relações face-a-face, faz-se necessário desenvolver mais pesquisas que contribuam para o seu melhor entendimento. Da mesma forma, torna-se fundamental o desenvolvimento de pesquisas sobre o retorno dessas crianças e adolescentes às suas famílias de origem, compreendendo como esse processo está ocorrendo, visto que o abrigamento é uma medida de proteção provisória e temporária (ECA, 1990).

O afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, seja por abandono ou por

decisão judicial, leva a uma mudança no espaço ecológico com importante repercussão para os mesmos, correspondendo a uma transição ecológica. As transições ecológicas são entendidas como uma função conjunta de mudanças biológicas e circunstanciais, ocorrendo sempre que a posição do indivíduo no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente ou ambos (Bronfenbrenner 1979/1996). Ao longo do desenvolvimento, as pessoas vivenciam inúmeras transições, sejam normativas, aquelas esperadas pelos indivíduos e experienciadas pela maioria das pessoas, ou não-normativas, aquelas relacionadas a eventos inesperados. As transições ecológicas são entendidas como processos que resultam em uma reorganização qualitativa, tanto em nível psicológico quanto comportamental (Bronfenbrenner, 1986), além de serem geradoras de mudanças na percepção de si mesmo e dos outros e no estabelecimento de relações. Dessa forma, o ingresso em uma instituição de abrigo, entendido como uma transição ecológica, pode proporcionar oportunidade de desenvolvimento, atuando na diminuição da vulnerabilidade e das situações de conflito e permitindo a promoção dos processos de resiliência.

A partir destas considerações, esta dissertação está organizada em três capítulos principais<sup>1</sup>, sendo que o primeiro corresponde a uma revisão de literatura sobre as instituições de abrigo, o segundo apresenta um estudo sobre a rede de apoio de adolescentes institucionalizados, e o terceiro se refere a um estudo de caso de adolescente que passou por um processo de reinserção familiar, após um período de institucionalização. No primeiro capítulo, a questão da institucionalização e a sua influência no desenvolvimento de crianças e adolescentes são discutidas, a partir de concepções do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e da Teoria Biocológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996). Estudos antigos e recentes, que tratavam sobre a institucionalização, os prós e contras do abrigamento, e os prejuízos e as possibilidades de desenvolvimento, foram analisados a fim de se traçar um panorama dessa problemática na atualidade.

No capítulo “Rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no Sul do Brasil”, é apresentada uma pesquisa transversal, que teve como objetivo investigar a rede de apoio social e afetivo, em termos de estrutura e função, de adolescentes abrigados, a partir do instrumento Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström,

---

<sup>1</sup> O estudo “O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura” foi submetido, como artigo teórico, e aceito pela Revista *Psicologia e Sociedade* (vol.18, no prelo); e o estudo “Rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados” foi submetido e aceito, como relato de pesquisa, à *Interamerican Journal of Psychology* (vol.40, no prelo).

1996). Esse estudo utilizou as abordagens quantitativo/qualitativo na análise dos dados, permitindo uma compreensão sobre os relacionamentos destes adolescentes com pares e adultos, nos diferentes contextos em que estão inseridos, assim como um levantamento quanto à proximidade de suas relações, conflitos e rupturas, e fontes de apoio emocional, instrumental ou informacional.

O capítulo “Processo de reinserção de uma adolescente: A transição entre os contextos institucional e familiar” corresponde a um estudo de caso, de delineamento longitudinal, que buscou compreender o processo de reinserção familiar de uma adolescente de 12 anos que esteve abrigada por um período de seis meses. Neste estudo, baseado na proposta teórico-metodológica da inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2003), foram realizadas visitas à família e à instituição, entrevistas com a participante, sua mãe e técnicos da instituição, aplicações dos instrumentos Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996) e o FAST (Gehring, 1993), e levantamento de dados dos prontuários da participante, por um período de cinco meses. Através desse estudo, procurou-se compreender, de forma qualitativa, o processo de reinserção familiar, a partir da avaliação da rede de apoio social e afetivo e características de coesão e hierarquia familiar, durante essa transição ecológica, assim como os fatores de risco e de proteção presentes nos contextos da família e da instituição de abrigo.

Destaca-se que o objetivo inicial dessa dissertação era desenvolver pelo menos três estudos de caso de processos de reinserção familiar de adolescentes. No entanto, pode-se constatar que são mais frequentes situações em que crianças retornam às suas famílias, ou são adotadas, e no caso de adolescentes, é mais comum o desligamento por maioridade, em função da medida de proteção ser para adolescentes de até 18 anos. Além dos poucos casos de reinserção familiar de adolescentes, existe uma dificuldade de planejar a coleta de dados, visto que o desligamento, algumas vezes, acontece sem aviso prévio, e, após ocorrido, observa-se uma ruptura de vínculos entre os egressos e o abrigo, não havendo nenhum tipo de acompanhamento posterior por parte da instituição ou órgão público.

Após a apresentação dos capítulos acima mencionados, são apresentadas as considerações finais dessa dissertação, nas quais as questões de pesquisa são retomadas, integrando os dados dos três capítulos desenvolvidos, salientando as principais conclusões do estudo. Além disso, sugestões para novas pesquisas e trabalhos de intervenção com adolescentes que vivem em situação de institucionalização são discutidas.

## CAPÍTULO II

### **O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: Uma Revisão de Literatura<sup>2</sup>**

#### Resumo

Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre as instituições de abrigo, discutindo sua influência no desenvolvimento de crianças e adolescentes. A partir da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano e do Estatuto da Criança e do Adolescente, foram considerados estudos sobre abrigamento, realizados ao longo das últimas décadas. Muitos estudos discutem a vivência institucional, sendo que alguns apontam prejuízos ao desenvolvimento, enquanto outros indicam que a instituição pode ser uma alternativa positiva, quando o ambiente familiar é desorganizado e caótico. Embora sejam observadas mudanças positivas na qualidade da assistência oferecida pelos abrigos, especialmente após o ECA, discute-se a necessidade de ações direcionadas às equipes das instituições, a fim de oportunizar melhores condições de trabalho e diminuição da rotatividade. Além disso, é necessário entender a instituição como parte da rede de apoio social e afetivo, que pode oferecer um espaço para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Institucionalização; crianças; adolescentes; desenvolvimento.

### **The impact of institutionalization on the childhood and adolescence: A review of the literature**

#### Abstract

This article reviews the literature about the impact of shelter institutions on children and adolescents' development. From a theoretical foundation in based on the Ecology of Human Development and the views expressed in the Child and Adolescent's Statute, research conducted over the past few decades on the impact of shelters was reviewed. Many researchers discuss institutional life, with some discussing its damage to development and whether others indicated its positive features, particularly when the family environment is disorganized and chaotic. Although progress was observed in the quality of the assistance offered by shelters, especially following the Child and Adolescent's Statute, some proposals aimed at the institutions' staff are suggested, focusing on improving working conditions and decreasing turnover. In addition, it is necessary to understand these institutions as part of social and emotional support network, and an important space for the healthy development of children and adolescents.

Keywords: Institutionalization; children; adolescents; development.

---

<sup>2</sup> Este artigo teórico foi submetido e aceito pela Revista Psicologia e Sociedade (vol.18, no prelo).

## **2.1 Introdução**

A problemática da institucionalização na infância e na adolescência, por estar presente na realidade de muitas famílias brasileiras em condições socioeconômicas desfavorecidas, representa uma dimensão relevante de estudo na atualidade. O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes (Silva, 2004) encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos pesquisados no Brasil, sendo na sua maioria meninos entre as idades de sete e 15 anos, negros e pobres. Os dados mostraram ainda que 87% das crianças e adolescentes abrigados têm família, sendo que 58% mantêm vínculo com seus familiares. No entanto, foi também constatado que o tempo de duração da institucionalização pode variar até um período de mais de 10 anos. Os efeitos de um período de institucionalização prolongado têm sido apontados na literatura, por interferirem na sociabilidade e na manutenção de vínculos afetivos na vida adulta (Bowlby, 1973/1998; Silva, 1997). Para Carvalho (2002), o ambiente institucional não se constitui no melhor ambiente de desenvolvimento, pois o atendimento padronizado, o alto índice de criança por cuidador, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo são alguns dos aspectos relacionados aos prejuízos que a vivência institucional pode operar no indivíduo. Entretanto, outros estudos apontam as oportunidades oferecidas pelo atendimento em uma instituição, salientando que, em casos de situações ainda mais adversas na família, a instituição pode ser o melhor contexto para o desenvolvimento (Dell’Aglia, 2000). Assim, a partir dos pressupostos teóricos da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano (TEDH); (Bronfenbrenner, 1979/1996), e de considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), busca-se discutir a influência das instituições de abrigo sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes, compreendendo-as como um elemento constituinte da rede de apoio.

## **2.2 Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano**

A abordagem ecológica, proposta por Bronfenbrenner (1979/1996), tem sido usada para reconhecer os processos evolutivos e os múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento humano. Investigar ecologicamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados significa entendê-los como “pessoas em desenvolvimento” e considerar este desenvolvimento “no-contexto” (Bronfenbrenner, 1979/1996). A teoria ecológica possibilita que as particularidades desenvolvimentais vivenciadas pelas crianças

e pelos adolescentes, que se desenvolvem neste contexto diferenciado, sejam enfatizadas, e não os déficits encontrados em função da comparação com crianças e adolescentes que se desenvolvem em contextos culturalmente esperados (Santana, 2003). Nesta abordagem, o indivíduo está em interação bidirecional, dinâmica e constante com o ambiente.

O ambiente ecológico é entendido por Bronfenbrenner (1979/1996) como um sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas. O primeiro nível está relacionado ao efeito de influências proximais, ambientais e orgânicas, que advém do interior do indivíduo, de suas características físicas e de objetos do ambiente imediato, que caracterizam a relação face-a-face. Segundo Bronfenbrenner (1979/1996), este nível mais interno é chamado de microssistema, e deve ser entendido para além da família, estendendo-se para outros contextos. As crianças e os adolescentes que vivem em instituição de abrigo têm na própria instituição o microssistema central de seu ambiente ecológico (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). O mesossistema refere-se aos elos e aos processos entre dois ou mais ambientes, nos quais os indivíduos se desenvolvem, isto é, a interação entre os diversos microssistemas. Desta forma, o mesossistema das crianças e dos adolescentes abrigados consiste nas interações entre o próprio abrigo e a sua família de origem, entre a escola e o abrigo, como também entre a família de origem e seus parentes, vizinhos, um programa social no qual a família participa, entre outros. O microssistema e o mesossistema representam os ambientes cujos níveis de relação são proximais e suas influências são mais evidentes, sendo de crucial importância para os processos desenvolvimentais. Aqueles ambientes nos quais o indivíduo não participa diretamente, mas recebe influência indireta, estão em seu exossistema. Assim, a direção da instituição, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes, por exemplo, são instâncias que podem constituir o exossistema de crianças e adolescentes abrigados (Santana, 2003). Além disso, o mesossistema e o exossistema, a partir de suas dinâmicas de funcionamento, influenciarão na vida e nas relações destas crianças e adolescentes, sendo fundamental a comunicação e a integração destes ambientes (Miranda, Adorno, Cuello, & Yunes, 2003). O macrossistema, por sua vez, é o sistema mais amplo, abrange os valores, as ideologias e a organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura. No que tange à institucionalização, o estigma social, carregado de valor pejorativo e depreciativo, associado aos valores culturalmente esperados podem ser considerados elementos integrantes do macrossistema que envolve estas crianças e adolescentes. Estes elementos estão presentes no modo como os monitores da instituição lidam com eles, no modo como a professora ensina a criança abrigada, ou ainda, na forma como uma adolescente que vive em instituição relaciona-se com outra adolescente que vive

com sua família. Segundo Santana (2003), é essencial que o pesquisador considere o macrossistema, para que ele possa compreender a rede de significações apresentadas pela população em estudo, no que tange à complexa vivência institucional. Assim, o macrossistema é influenciado pelos seus contextos específicos, no caso o cotidiano institucional e, também, pelo contexto mais amplo, como os valores culturais. Somente a partir da compreensão destes complexos sistemas e de suas interações será possível entender o desenvolvimento humano e, especialmente, o das crianças e adolescentes que vivem em instituição de abrigo.

As diferentes configurações dos microsistemas formam a rede de apoio social, importantes pelo seu efeito moderador no desenvolvimento. A rede de apoio social e afetivo da criança pode ser constituída por tios, avós, primos, além do grupo familiar. Além disso, seus vizinhos, seus amigos e colegas e, também, um posto de saúde, um abrigo ou algum programa social da comunidade podem constituir a rede de apoio. A influência será positiva se estes vínculos reforçarem o sentido de eficácia pessoal, caso contrário, seu efeito será evidente pelo comportamento desadaptado (Hoppe, 1998).

A família é o primeiro microsistema com o qual a pessoa em desenvolvimento interage. Para Bronfenbrenner (1979/1996, 1986), a família é considerada um sistema dinâmico e em interação, compreendida em um ambiente, próximo e imediato, da pessoa em desenvolvimento, que envolve atividades, papéis e um complexo de relações interpessoais. A introdução de aspectos físicos, sociais e simbólicos na sua estrutura contribui para o desenvolvimento dos processos proximais. Na atualidade, a abordagem ecológica atribui papel central aos processos proximais, nos quais as diferentes formas de interação de pessoas são vistas como função dos processos. Assim, os processos proximais são definidos como as formas particulares de interação de organismo e o ambiente, cada vez mais complexas, que operam ao longo do tempo, sendo os principais motores do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Segundo Yunes, Miranda e Cuello (2004), tendo em vista a história pregressa das crianças e dos adolescentes abrigados, a institucionalização pode ou não constituir um risco para o desenvolvimento. Esta condição dependerá dos mecanismos através dos quais os processos de risco operarão seus efeitos negativos sobre eles, sendo o risco entendido como as condições ou variáveis que estão associadas a uma alta possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou não desejáveis (Jessor, Van Den Boss, Vanderryn, Costa, & Turbin, 1995). Em contrapartida, inúmeros fatores de proteção podem operar neste momento. Os fatores de proteção correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a ambientes hostis que predisõem a

consequências mal adaptativas (Hutz, Koller, & Bandeira, 1996). Entretanto, deve-se compreender o conceito de fatores de proteção enfatizando-se uma abordagem de processos, através dos quais diferentes fatores interagem entre si e alteram a trajetória da pessoa, podendo produzir uma experiência estressora ou protetora em seus efeitos (Morais & Koller, 2004).

As estruturas interpessoais, tais como as formas de interação no abrigo, estão alicerçadas sob três características de interação: reciprocidade, equilíbrio de poder e estabilidade nas relação afetiva (Bronfenbrenner, 1979/1996). Estas características ajudam o microsistema a manter-se estruturado a fim de permitir o desenvolvimento saudável. A reciprocidade está centrada no processo proximal que ocorre entre duas ou mais pessoas. Com seu *feedback* mútuo, ela gera um momento próprio que os motiva a perseverarem e a se engajarem em padrões de interação subseqüentemente mais complexos (Bronfenbrenner, 1979/1996). Assim, é preciso incentivar as relações recíprocas nos abrigos, visto que incrementam os processos proximais. Entretanto, mesmo havendo reciprocidade, um dos integrantes da relação pode ser mais influente do que o outro. O equilíbrio de poder refere-se à distribuição deste poder na relação. É importante o estabelecimento do equilíbrio de poder porque (1) ajuda a pessoa em desenvolvimento a aprender a conceitualizar e a lidar com relações de poder diferenciais; e porque (2) uma situação ótima para a aprendizagem e desenvolvimento é aquela em que o equilíbrio do poder gradualmente é alterado em favor da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996). No ambiente institucional, por exemplo, os diretores e os monitores devem possuir mais poder do que os adolescentes, embora esta distribuição deva ser alterada gradativamente com o amadurecimento destes últimos. A relação afetiva estável é estabelecida no envolvimento em interações diádicas, possibilitando o desenvolvimento de sentimentos de uns para os outros, podendo ser mutuamente positivos, negativos, ambivalentes ou assimétricos (Bronfenbrenner, 1979/1996). Na medida em que as relações afetivas são estáveis, positivas e recíprocas no início, sendo cada vez mais positivas, é possível que incrementem o ritmo e a ocorrência dos processos desenvolvimentais. Desta forma, as instituições de abrigo devem considerar o afeto presente nas relações entre seus integrantes, tanto entre as crianças e adolescentes quanto entre estes e seus monitores. A dimensão afetiva é parte inerente das relações humanas, não devendo, portanto, ser excluída enquanto elemento propiciador de desenvolvimento.

A instituição de abrigo consiste em um ambiente ecológico de extrema importância para crianças e adolescentes institucionalizados, configurando o microsistema onde eles realizam um grande número de atividades, funções e interações, como também um

ambiente com potencial para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto. Yunes, Miranda e Cuello (2004) adaptaram as proposições essenciais para o desenvolvimento positivo, apresentadas por Bronfenbrenner (1990), descritas como processos que podem favorecer o desenvolvimento da competência e do caráter. A primeira proposição está relacionada à necessidade de a criança participar de atividades recíprocas, progressivamente mais complexas, com uma ou mais pessoas, de forma regular. A segunda proposição está centrada na consolidação dos padrões interacionais mencionados na primeira proposição, destacando a importância do apego forte e mútuo, que aumentará o repertório de respostas da criança, convidando-a à exploração do ambiente imediato físico, social e simbólico. A terceira proposição enfatiza a disponibilidade e o envolvimento de adultos que também se engajem na atividade. A quarta proposição destaca a troca de informações, numa comunicação em via dupla, e a quinta proposição salienta os aspectos macrossistêmicos. Assim, as políticas públicas e as práticas sociais e educativas devem partir do reconhecimento dos aspectos macrossistêmicos relacionados à vivência institucional, de forma a tentar desestigmatizá-los, desenvolvendo ações não só direcionadas aos pais ou educadores das instituições, mas a todos os membros da sociedade (professores, profissionais da saúde, amigos, parentes, órgãos econômicos, sociais e políticos). Estas proposições inovam ao focalizar as características das relações interpessoais e afetivas como elementos essenciais no microsistema, os quais estão diretamente relacionados ao desenvolvimento saudável dos indivíduos. Além disso, os processos proximais estão presentes em cada uma destas proposições, podendo influenciar a trajetória de vida das crianças, de forma a inibir ou incentivar a expressão de competências cognitivas, sociais e emocionais. Estes processos são considerados ativadores do desenvolvimento psicológico, sendo que a simples ausência de interações com um ou mais adultos, que queiram o bem incondicional destas crianças e adolescentes, que estão sob seus cuidados, pode configurar em uma ameaça ao desenvolvimento psicológico sadio (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

### **2.3 Instituições de Abrigo e ECA: Uma Revisão Histórica**

Bronfenbrenner (1979/1996) contemplou a institucionalização em seus estudos, focalizando como uma instituição de atendimento infantil pode servir como contexto abrangente para o desenvolvimento humano. Para ele, duas hipóteses acerca do ambiente institucional são importantes: a primeira refere-se a um aumento do prejuízo quando o

meio ambiente oferece poucas possibilidades de interação cuidador-criança e quando existe uma restrição quanto às oportunidades de locomoção e brincadeiras espontâneas; e a segunda hipótese focaliza o impacto disruptivo imediato, quando o afastamento da criança de sua família ocorre na segunda metade do primeiro ano de vida. Desta maneira, as reações nocivas, a longo prazo, de um meio ambiente institucional, físico e socialmente empobrecido, diminuem com o aumento da idade da criança na entrada à instituição, e com a presença de um leque de atividades que possibilite engajamento.

Apesar de ser um contexto possível de desenvolvimento, para Bronfenbrenner (1979/1996), a instituição não fornece um equivalente funcional familiar para seus internos. Por outro lado, outros autores destacam que em certos lares, o meio ambiente físico e social é tão empobrecido e caótico que a colocação de uma criança em uma instituição pode proporcionar a recuperação e um crescimento psicológico (Clarke & Clarke, 1976, em Bronfenbrenner, 1979/1996). Sendo assim, torna-se importante analisar historicamente os estudos acerca da institucionalização, a fim de compreender melhor os fatores presentes neste contexto.

Estudos mais antigos (Bowlby, 1973/1998, 1976/1981; Goldfarb, 1943, 1945, em Grusec & Lytton, 1988) apontaram os prejuízos cognitivos que a vivência institucional proporcionava para as crianças abrigadas, tal como *déficit* intelectual, especialmente no desenvolvimento da linguagem. Estas crianças eram descritas como mais distraídas e agressivas, apresentando dificuldades emocionais, de comportamento e incapacidade de formar laços afetivos duráveis com outros. Embora estes estudos convergissem ao apontar os prejuízos ocasionados pela vivência institucional, Grusec e Lytton (1988) problematizaram estes resultados, considerando que tais efeitos poderiam surgir de outros fatores, como por exemplo, ausência de estimulação e de oportunidades de brincadeiras encontradas em instituições pobres da década de 40, e a ausência de estrutura emocional familiar.

A literatura destaca as mudanças nas práticas de cuidados direcionados às crianças e aos adolescentes abrigados, ao longo do tempo (Grusec & Lytton, 1988). Por exemplo, no final da década de 70, já existiam abrigos residenciais de alta qualidade, na Inglaterra, nas quais cada unidade era composta por seis crianças, que tinham acesso a brinquedos, livros e, também a uma proporção cuidador/criança generosa. O sistema destas unidades assemelhava-se ao sistema familiar. O estudo de Tizard, Cooperman, Joseph e Tizard (1972) investigou o efeito da qualidade do trabalho dos monitores e o desenvolvimento do nível da linguagem das crianças institucionalizadas, nestes abrigos residenciais. O atraso intelectual não estava necessariamente relacionado à vivência institucional. O nível ótimo

de desenvolvimento da linguagem foi relacionado à qualidade da conversa com o cuidador, e não à frequência de conversações iniciadas pelo mesmo. Além disso, os cuidadores com maior autonomia tendiam a brincar e a conversar mais com as crianças, levando-as a um melhor escore na avaliação do desenvolvimento da linguagem. Assim, foi possível observar que os efeitos prejudiciais da entrada em instituição, nos primeiros anos de vida, existiam, contudo estavam sendo demasiadamente enfatizados (Grusec & Lytton, 1988).

Os fatores que modificam os efeitos nas crianças dos cuidados em instituição de abrigo são de origem multifatorial, sendo estes efeitos não uniformes ou fixos (Grusec & Lytton, 1988). Os fatores são: (1) motivo da separação da criança e sua família; (2) qualidade da relação prévia com a mãe; (3) oportunidade para desenvolver relações de apego depois da separação; (4) qualidade do cuidado na instituição; (5) idade da criança e duração da separação; e, (6) também o sexo e o temperamento da criança. Bowlby (1973/1998), por sua vez, destaca duas condições de maior importância no que tange à diminuição das reações negativas frente à separação de crianças e suas mães. A primeira está relacionada à presença de uma pessoa conhecida e/ou de objetos familiares no novo ambiente de desenvolvimento da criança. A segunda relaciona-se à presença de cuidados maternos de uma mãe substituta. Desta forma, os efeitos danosos da separação são mínimos quando estas duas condições estão associadas.

Assim, Grusec e Lytton (1988) propõem duas questões-chave no que tange à institucionalização: (1) os efeitos danosos advêm da privação de estimulação necessária para o desenvolvimento ou da privação do cuidado materno? E (2) estes efeitos surgem do rompimento dos vínculos de apego ou de distúrbios das relações familiares? Quanto à primeira questão, muitos déficits intelectuais, observados em instituições de abrigo, podem ser devido a privações de algum tipo de estimulação sensorial, independente do cuidado materno. De qualquer forma, mesmo em instituições de alta qualidade, a inteligência e a autonomia de crianças são marcadamente menores do que aquelas que foram cuidadas em suas casas. Isto sugere que a segurança emocional, derivada da existência de relações estáveis na vida da criança, pode contribuir para o funcionamento intelectual adequado. Quanto à segunda questão, muitos dos problemas de conduta de crianças abrigadas já estavam presentes antes da institucionalização. Isto aponta para os fatores de risco no ambiente familiar, onde as relações eram marcadamente instáveis, estressantes e conflituosas. Assim, estas experiências precoces demonstraram operar um papel importante no desenvolvimento posterior e, desta forma, a separação em si não constituiu o fator decisivo.

No Brasil, historicamente, a política de atendimento à infância e à juventude em situação de abandono vem sofrendo transformações. O gerenciamento e a implantação destas políticas de atendimento saiu, gradativamente, do domínio da igreja, passando por profissionais filantropos, até ser de responsabilidade do estado, como é nos tempos atuais. No Brasil Colonial, o abandono de crianças foi uma prática encontrada entre índios, brancos e negros (Leite, 1997). Da mesma forma, o abandono de bebês, a vida em abrigos e as violências cotidianas (abusos sexuais e físicos, por exemplo) foram características da infância no Brasil por mais de três séculos (Priore, 1991/1996).

Uma das mais duradouras instituições de assistência à infância, vinculada à igreja, foi a roda dos expostos, prática que tinha como objetivo recolher crianças abandonadas anonimamente (Marcilio, 1997). Criada no período do Brasil Colônia, a roda dos expostos atravessou e multiplicou-se no Período Imperial, conseguindo manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente em 1950. Durante mais de um século, a roda de expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. Algumas vezes, famílias substitutas acolhiam estes bebês, seja pelo espírito de caridade, ou mesmo com a intenção de transformá-los em mão-de-obra familiar fiel, reconhecida e gratuita, na juventude e na adultez. Marcilio (1997) afirma que a prática de criar filhos alheios sempre, e em todos os tempos, foi difundida e aceita no Brasil. Ainda hoje, esta prática está fortemente integrada à sociedade (Fonseca, 1987, 1993, 1995).

A partir de 1860, inúmeras instituições de proteção à infância desamparada surgiram no Brasil, como estabelecimentos de abrigo e de educação de caráter público ou privado, para “menores desvalidos”. A menina foi essencialmente protegida, devido à preservação da honra e da castidade. Inaugurou-se uma nova fase do assistencialismo no Brasil: a filantropia, surgindo como um modelo capacitado para substituir o modelo representado pela caridade, vinculada à igreja (Marcilio, 1997; Rizzini, 1990). A filantropia organizou a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais, que nasceram com o início do século XX no Brasil, juntamente com a República.

Segundo Freitas (1997), o advento da República ensejou uma revalorização da infância, uma vez que o imaginário republicano reiterava de várias formas a imagem da criança como herdeira do novo regime que se estabelecia. Entretanto, a problemática do “menor” no período republicano no Brasil, vítima de violência e de abandono, somente passou a ser enfrentada em meados dos anos de 1970, principalmente através de denúncias regulares contra esta situação (Passetti, 1991/1996). Foi com a indicação de 1978 como o “Ano Internacional da Criança” que a história da criança no Brasil começou a ser

focalizada e pesquisada. Este fato levou à formação de diversas associações, que se articularam, na defesa dos direitos da criança e influenciaram na elaboração e na homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Foi durante a vigência do século XX que um modo mais humano de lidar com a infância e com a juventude abandonada passou a existir, juntamente com uma real preocupação quanto à situação psicossocial dos mesmos.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), as crianças e os adolescentes passam de “objetos de tutela” a “sujeitos de direitos e deveres”. Contudo, Santana (2003) destacou que o movimento social que deu origem ao ECA, ainda que tenha contado com a participação da sociedade civil, em termos de representatividade social, deixou a desejar. Foi possível perceber que a noção de criança e adolescente como sujeitos ainda não estava compartilhada por grande parte da sociedade. Este fato ainda hoje pode ser observado, especialmente em relação às crianças e aos adolescentes em situação de rua, sendo muitas vezes exigidas, do poder público, soluções enérgicas contra os mesmos, geralmente no sentido de puni-los, sem a intenção de garantir seus direitos (Santana, 2003). Para que os dispositivos do ECA sejam cumpridos, de acordo com Silva (2004), é necessário que tanto os responsáveis por sua aplicação quanto os executores, tenham não apenas amplo conhecimento do Estatuto, mas também partilhem seus objetivos, contribuindo para que efetivamente as crianças e os adolescentes possam exercer plenamente seus direitos.

Entre os direitos previstos pelo ECA (1990), destaca-se o direito à convivência familiar e comunitária, que prevê o fim do isolamento, presente na institucionalização em décadas anteriores (Rizzini & Rizzini, 2004; Silva, 2004). O ECA também preconiza a desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono e valoriza o papel da família, as ações locais e as parcerias no desenvolvimento de atividades de atenção, trazendo mudanças no panorama do funcionamento das instituições de abrigo. Assim, estas devem estar configuradas em unidades pequenas, com poucos integrantes, manter um atendimento personalizado, estimular a participação em atividades comunitárias, e preservar o grupo de irmãos, entre outros pontos. A implantação do ECA contribuiu para mudanças efetivas no que tange às instituições de assistência e à sua configuração como um todo, partindo não de uma visão puramente assistencialista, mas concebendo-as como espaço de socialização e de desenvolvimento. Quanto às condições dos atuais abrigos, Silva (2004) sinaliza que, dentre os abrigos financiados pelo governo federal, (1) cerca de 56,7% foram considerados de pequeno porte, atendendo até 25 abrigados; (2) em geral, possuem as condições físicas, de abastecimento de luz,

saneamento e esgoto adequados; (3) 56% mantêm salas para atendimento técnico especializado; (4) possuem dirigentes do gênero feminino (60,4%) com ensino superior completo (60,8%), entre outros aspectos. Entretanto, há diferenças evidentes entre as regiões brasileiras. Por exemplo, a região Norte destacou-se por possuir 92% de seus abrigos com no máximo 25 crianças e adolescentes, e a região Centro-Oeste ficou no último lugar, com 58,5% dos seus abrigos atendendo pequenos grupos. Na região Sul, 27% dos dirigentes dos abrigos são pós-graduados e na região Norte, 12%. É possível observar diferença significativa entre o perfil apresentado neste levantamento e o modelo das instituições mais antigas, visto que esta nova configuração difere qualitativamente daquelas, nas quais havia um grande número de crianças e adolescentes, vivendo sob um sistema essencialmente coletivizado (Guirado, 1986).

Ainda que o programa de abrigo esteja previsto pelo ECA (1990) como medida provisória e transitória, a permanência breve ou continuada no abrigo está inteiramente relacionada à história singular de cada criança e/ou adolescente. A promoção de ações efetivas de inserção social se constitui em um objetivo permanente, para que o abrigo seja realmente uma medida protetiva de caráter excepcional e transitório (ECA, 1990). Para Juliano (2005), as dificuldades na efetivação do caráter provisório da medida de abrigo são: (1) a falta de integração das políticas sociais existentes; (2) a dificuldade de interação e comunicação entre as entidades que trabalham com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social; (3) a ausência de objetivos comuns entre estas entidades; (4) a existência de ações pontuais e fragmentadas; (5) a fragilidade dos recursos humanos nos abrigos, tanto na quantidade como na sua qualificação; e ainda (6) a fragilidade das famílias, que se posicionam passivamente frente às ações que poderiam resultar no desabrigo de seus filhos. De fato, para muitos casos, a passagem por uma instituição de abrigo não é temporária, sendo que muitas crianças e adolescentes ficam durante anos nestas instituições, sem a possibilidade de estarem em famílias substitutas, ou ainda, sem poderem voltar para suas famílias de origem. Além disso, na prática, os abrigos demonstram fragilidade em seu funcionamento (Arpini, 2003; Bazon & Biasoli-Alves, 2000). Atualmente, a comunidade científica voltou-se ainda mais a este ambiente social, investigando inúmeros elementos que o compõem, desde as questões sobre o seu funcionamento, até aquelas referentes ao desenvolvimento sadio de seus integrantes, suas percepções de família, da vivência institucional, entre outros.

## 2.4 Estudos Recentes sobre Abrigos no Brasil

Para Yunes, Miranda, Cuello e Adorno (2002), existe uma predominância da função assistencialista nos abrigos, fundada na perspectiva tão somente de ajudar as crianças abandonadas, havendo um frágil compromisso com as questões desenvolvimentais da infância e da adolescência. Além disso, observam problemas funcionais, como, por exemplo, o número de funcionários inadequado, ocasionando dificuldade no cumprimento das funções, sobrecarga das tarefas e um atendimento pouco eficaz; e a precariedade na comunicação dentro do microsistema institucional (funcionário/diretoria do abrigo, adolescentes/funcionário, entre outros) e, sobretudo em nível mesossistêmico (abrigo/escola, abrigo/Conselho Tutelar, abrigo/outra instituição freqüentada pelos abrigados, entre outros), refletindo dificuldades de articulação na rede de apoio social.

Pasian e Jacquemin (1999) desenvolveram um estudo que investigou a auto-imagem, através do auto-retrato gráfico, em crianças institucionalizadas e não-institucionalizadas, de sete a 13 anos. Os resultados indicaram que as crianças que viviam em abrigos apresentaram maior número de indicadores emocionais em seus desenhos, na comparação com as crianças que viviam com suas famílias. Em contrapartida, o tempo de institucionalização configurou-se um fator importante, visto que aquelas crianças com mais tempo no abrigo apresentaram elementos de uma auto-imagem mais integrada. Assim, foi possível afirmar que o tempo de contato da criança com uma estrutura institucional, propiciadora de experiências de vida positivas, pode favorecer a diminuição do número de sinais de dificuldades emocionais. Já o estudo desenvolvido por Martins e Szymanski (2004) investigou a percepção de família de crianças em instituição de abrigo, a partir da análise da brincadeira de faz-de-conta, empreendida por elas. Dentre os resultados, destacaram que a cooperação ou ajuda mútua permeou a maioria das interações. As crianças organizaram-se dentro dos papéis familiares, cooperando com a organização da casa e auxiliando umas às outras em diversos momentos. Outro resultado interessante foi a referência predominante ao modelo de família nuclear, apesar de suas famílias de origem não possuírem esta forma de configuração, apontando para a forte influência dos valores culturais macrossistêmicos.

O estudo de Dell'Aglio (2000) investigou diversos aspectos no desenvolvimento de crianças e adolescentes que viviam em instituições de abrigo e que viviam com a família, não tendo encontrado diferenças consistentes entre os grupos. As análises apontaram resultados semelhantes no nível intelectual, desempenho escolar, estratégias de *coping* e estilo atribucional, tendo sido encontrada diferença somente nos índices de depressão, que

foram mais altos entre as meninas institucionalizadas. No entanto, conforme Dell’Aglío (2000), este resultado não pode ser interpretado como indicação de que haja alguma relação causal entre institucionalização e depressão. Na maioria dos casos, a institucionalização se deu em consequência de eventos traumáticos na família (abandono, violência doméstica, negligência), podendo ter sido este o principal fator de risco para a depressão. Em contraponto, a autora salienta que, para muitos participantes de seu estudo, a institucionalização foi percebida como um evento de vida positivo.

A pesquisa de Arpini (2003), desenvolvida com adolescentes de classes populares, também observou que aqueles que tiveram vivência institucional a caracterizavam como o melhor período de suas vidas, relacionando-a com o estabelecimento de novos vínculos, alguns dos quais se mantiveram mesmo após deixarem a instituição. Em contrapartida, estes adolescentes demonstraram sofrer um forte estigma social, pois são vistos pela sociedade como responsáveis e donos de algum tipo de “defeito” ou problema (Altoé, 1993; Arpini, 2003). Assim, se por um lado existe uma representação mais positiva em relação à vivência institucional, por outro, permanece a representação social que estigmatiza as pessoas que compõem este contexto (Arpini, 2003). Ao estudar a representação que o ex-interno, na maioridade, faz do período que passou abrigado, em instituição de grande porte e com funcionamento coletivizado, Altoé (1990) constatou que o relato foi marcado por ambivalências. De um lado, uma idealização da vivência institucional e, de outro, duras críticas relacionadas às vivências negativas, tais como a falta de carinho e a falta de liberdade para conversar com outros internos e/ou com os funcionários.

Em outro estudo, Altoé (1993) investigou o perfil dos presidiários egressos de estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente. No que tange ao abrigo, cabe ressaltar que apenas 24,5% dos presidiários estiveram em instituição de abrigo para crianças e adolescentes por mais de um ano, sendo considerados, no estudo, como “jovens institucionalizados”. Estes jovens ingressaram no abrigo com idade entre zero e oito anos, e o principal motivo de abrigo foi a falta de condições financeiras da família. Os “jovens não-institucionalizados”, 75,5% da amostra de presidiários, eram jovens com trajetórias instáveis de vida, com diversas passagens por inúmeros abrigos, com duração menor de um ano. Estes jovens ingressaram no abrigo com idade entre nove e 18 anos, tendo com principal motivo de entrada a realização de atos infracionais (Altoé, 1993). Se por um lado estes resultados apontam para a ineficiência da rede de assistência à infância e à juventude em situação de risco pessoal e social, por outro lado, aqueles jovens que conseguiram permanecer mais tempo no abrigo, aproveitando melhor os recursos

oferecidos, cometeram menos delitos e/ou crimes após os 18 anos. No entanto, Silva (1997) enfatiza o aspecto negativo da institucionalização, apontando que o processo de socialização que se dá nos abrigos, pela interação com grupos de risco e pela utilização de mecanismos de resistência, contribui para a construção de uma “identidade institucional”, a qual poderá evoluir para uma “identidade delinqüente”, consolidada pela reincidência e pela multirreincidência. Neste sentido, para Bronfenbrenner (1979/1996) ser criado em abrigos, do ponto de vista de valores e expectativas culturais, está associado a um estigma que pode se tornar uma predição de fracasso. Portanto, as instituições de abrigo podem ou não produzir efeitos benéficos para a vida de crianças e adolescentes, dependendo de sua capacidade de fornecer apoio e proteção.

## **2.5 A Instituição como Rede de Apoio Social e Afetivo**

Para Samuelsson, Thernlund e Ringström (1996), a rede de apoio social tem uma profunda influência na saúde e no bem-estar do indivíduo. Ela define como o indivíduo percebe seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer relações, como também os recursos que lhe oportuniza frente às situações adversas. A ausência de uma rede de apoio social pode produzir senso de solidão e falta de significado de vida (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996).

O efeito protetivo que o apoio social oferece está relacionado ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento de adversidades, promovendo características de resiliência e desenvolvimento adaptativo (Brito & Koller, 1999; Garnezy & Masten, 1994; Rutter, 1987). Cada esfera da vida, tais como família, amigos, profissão, vizinhos, escola, instituição de abrigo, entre outros, assume o papel de identidade social capaz de fornecer apoio, nas relações que o indivíduo estabelece com os outros. Quanto mais percebe com satisfação sua rede de apoio, mais sentimentos de satisfação com sua vida terá (Orford, 1992). Dessa forma, pode-se compreender que, para as crianças e os adolescentes abrigados, a instituição de abrigo pode se constituir na fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento.

Para Newcomb (1990), a primeira relação de apoio social evolui das relações de apego iniciais da criança e da capacidade e disposição dos pais em suprir suas necessidades, constituindo a primeira base de esperança e segurança em outras pessoas. Para as crianças e os adolescentes que não vivem com suas famílias, o mundo social expande-se ainda mais no momento em que estes deixam o núcleo familiar, incluindo

membros não pertencentes à família, tais como, monitores e demais crianças e adolescentes com os quais convivem na instituição.

A relação estabelecida com os monitores desempenha papel central na vida das crianças e dos adolescentes abrigados, à medida que serão estes adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo, neste momento, os seus modelos de identificação. Estudos apontam para a importância de cursos de formação, oficinas de reciclagem, ou mesmo um espaço de trocas destinado a estes profissionais, visto que a satisfação profissional está diretamente relacionada à qualidade de seu trabalho na instituição (Bazon & Biasoli-Alves, 2000). Estas autoras consideraram os monitores como educadores, e desta forma, apontaram a necessidade de que sejam guiados em suas ações cotidianas de modo a compreender o impacto que seus gestos podem ter, a fim de darem um sentido às suas ações rotineiras.

Da mesma forma, o contato com pares, em igual situação de vida, pode configurar um apoio social e afetivo, operando como fator de proteção. Ao conviver com crianças e adolescentes de diversas idades, as crianças e os adolescentes abrigados podem se envolver em parcerias, compartilhar sentimentos positivos e negativos, apoiando-se mutuamente. Martins e Szymanski (2004) salientam que comportamentos pró-sociais, como de cuidado recíproco, consolo e auxílio, em várias situações de vida, foram observados nas interações entre as crianças cuidadas em instituição de abrigo.

## **2.6 Conclusões**

A partir dos estudos apresentados, é possível constatar que as instituições de abrigo fazem parte da rede de apoio de muitas famílias brasileiras, há muitas décadas, principalmente em decorrência de problemas sociais, associados à situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no Brasil. Estes aspectos macrossistêmicos, que apresentam-se como risco, precisam ser combatidos, através de políticas públicas, visto que incrementam a vulnerabilidade das famílias, aumentando a demanda desta população por instituições de abrigo para assistência a seus filhos.

Da mesma forma, a análise de estudos mais recentes possibilita constatar um aprimoramento na qualidade da assistência oferecida pelos abrigos (Arpini, 2003; Dell’Aglia, 2000; Martins & Szymanski, 2004; Pasian & Jacquemin, 1999), sendo que estas melhorias estão diretamente relacionadas à construção e à implementação do ECA (1990) no Brasil (Rizzini & Rizzini, 2004; Silva, 2004). É possível, também, compreender

que estas melhorias refletem um modo diferenciado de avaliar o espaço institucional, especialmente com a consideração de teorias que focalizam o “desenvolvimento-no-contexto” e os aspectos protetivos e de risco presentes nele. A partir destes dados, pode-se concluir que a visão exclusivamente prejudicial dos abrigos, como lugares insalubres e precários, onde um grande número de crianças e adolescentes convivia sob um sistema coletivizado, vem perdendo força.

Uma vez que a instituição de abrigo é necessária, é preciso que ela seja de pequeno porte, assegure a individualidade de seus integrantes e possua uma estrutura material e de funcionários adequadas. É necessário transformá-la num ambiente de desenvolvimento, capacitando-a e instrumentalizando-a. Para tanto, Yunes, Miranda e Cuello (2004) sugerem as seguintes ações: (1) promover um programa lúdico de atividades para as crianças e os adolescentes abrigados junto com os monitores e funcionários, o que incentivaria os cuidadores a desenvolver brincadeiras infantis; (2) oportunizar encontros entre os profissionais de diferentes abrigos, a fim de criar um espaço de troca de experiência e agilizar a comunicação interinstitucional; (3) capacitar profissionalmente os cuidadores, para que possam aprender sobre desenvolvimento infantil numa visão contextualizada, sobre as práticas educativas, a violência doméstica, e as medidas socioeducativas e, também, para que possam compreender as teorias implícitas que permeiam o ambiente institucional.

Para Silva (2004), os profissionais das entidades que oferecem programas de abrigo têm um importante papel de educadores, o que requer a profissionalização da área e uma política de recursos humanos que envolva capacitação permanente, incentivos e valorização, incluindo remuneração adequada. A formação continuada desta equipe deve buscar, ainda, a formação de uma consciência social em prol do bem-estar desta população, considerando que o trabalho institucional traz repercussões diretamente relacionadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados (Bazon & Biasoli-Alves, 2000; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). Além disso, Bazon e Biasoli-Alves (2000) destacam a importância de um trabalho organizacional de valorização do funcionário e/ou monitor dos abrigos, de forma que não seja um ofício temporário e rotativo. A efetivação destas ações contribuiria para uma autovalorização do funcionário e/ou monitor, e conseqüentemente, diminuiria a possibilidade de rompimento constante de vínculos.

As discussões sobre a qualidade do atendimento e os prejuízos que os abrigos proporcionam para o desenvolvimento estão longe de convergirem, indicando a necessidade de desenvolver mais estudos sobre os processos presentes neste contexto. Apesar das melhorias observadas no atendimento, há um caminho a ser percorrido. Pode-se

começar por oportunizar condições que levem a redução dos fatores de risco já vivenciados nos seus ambientes de origem, sistematizar uma maior integração e comunicação em via dupla dentro dos abrigos e entre as entidades sociais e promover relações interpessoais recíprocas, afetivas e com equilíbrio de poder.

As instituições assumem o lugar central na vida das crianças e dos adolescentes abrigados e, em função disso, é necessário investir neste espaço de socialização, buscando transformar as concepções socialmente estabelecidas, de forma a desestigmatizá-las. De acordo com a ênfase dada pela Teoria Ecológica aos processos proximais ocorridos em contextos de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1990; Bronfenbrenner & Morris, 1998), e sobretudo, de acordo com a importância do afeto mútuo e recíproco das relações interpessoais, torna-se crucial investir em interações mais estáveis e afetuosas no ambiente institucional, tanto as relações dos funcionários com os internos quanto às relações entre pares.

As crianças e os adolescentes institucionalizados precisam interagir efetivamente com pessoas, objetos, símbolos e com um mundo externo acolhedor (Bronfenbrenner, 1990). Assim, o abrigo precisa fazer parte da rede de apoio social e afetivo, fornecendo recursos para o enfrentamento de eventos negativos advindos tanto de suas famílias quanto do mundo externo, oportunizando modelos de identificação positivos, segurança e proteção. Somente assim oferecerá um ambiente propício para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças e adolescentes inseridos neste contexto. Assim, destaca-se a necessidade de políticas públicas de intervenção direcionadas às instituições de abrigo, considerando o grande número de crianças e adolescentes abrigados, de forma que se favoreça uma melhoria das condições de atendimento a esta população.

## CAPÍTULO III

### **A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil<sup>3</sup>**

#### Resumo

O objetivo deste estudo foi investigar a percepção de adolescentes institucionalizados quanto à sua rede de apoio social e afetivo, tendo em vista as mudanças nos relacionamentos, decorrentes da situação de institucionalização. Participaram 35 adolescentes, com idade entre 11 e 16 anos, de ambos os sexos. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e o Mapa dos Cinco Campos, que permite avaliar estrutura e função da rede de apoio. Os resultados indicaram que a principal fonte de apoio foi representada pelos adultos, especialmente os familiares e os monitores dos abrigos, e que o principal tipo de apoio percebido foi o instrumental. Também foi observada diferença de sexo na percepção das redes de apoio, tendo as meninas mais contatos do que os meninos. Assim, discute-se a importância da família e do abrigo como fornecedores de apoio para estes adolescentes e a necessidade de políticas públicas de atendimento a esta população.

Palavras-chave: Adolescência; abrigo; rede de apoio social e afetivo.

### **The Social and Emotional Support Network of Institutionalized Adolescents in Southern Brazil**

#### Abstract

The goal of this study was to examine the perception of social and emotional support network in institutionalized adolescents, considering the changes on relationships caused by the situation of institutionalization. The participants were 35 adolescents of both sexes, with age from 11 to 16 years. Five Field Map, which allows evaluating structure and function of the support network, and semi-structured interviews were used. The results indicate that the principal source of support was represented by adults, mainly relatives and shelter's employees, and the principal type of perceived support was instrumental. Sex difference on the perception of support network also was observed: girls reported more contacts than boys. Therefore, the importance of the family and the shelter as suppliers of support to these adolescents and the need of public policies of care for this population are discussed.

Keywords: Adolescence; shelter; social and emotional support network

---

<sup>3</sup> Esse artigo foi submetido e aceito pela *Interamerican Journal of Psychology* (vol.40, no prelo).

### 3.1 Introdução

No Brasil, muitas famílias de nível socioeconômico desfavorecido vivenciam a problemática da institucionalização de suas crianças e adolescentes. Fatores de risco presentes na família, como violência doméstica, alcoolismo, doença mental dos pais, pobreza, entre outros, são apontados como influentes para o aumento da vulnerabilidade dos seus integrantes. Esses fatores podem contribuir para o ingresso de crianças e adolescentes em instituições de abrigo. Este movimento no espaço ecológico, chamado por Bronfenbrenner (1979/1996) de transição ecológica, do ambiente familiar para o abrigo, provoca inúmeras mudanças em suas vidas e nas suas redes de apoio social e afetivo.

O abrigamento é uma medida de proteção, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), utilizada sempre que os direitos desses estão sob ameaça ou são violados. Apesar do abrigo constituir-se uma medida provisória e excepcional (ECA, 1990), muitas crianças e adolescentes permanecem durante muitos anos abrigados, sem a possibilidade de estarem em famílias substitutas, ou de voltarem para suas famílias de origem. Por outro lado, Silva (2004) aponta que mais de 80% dos abrigados, em instituições que recebem auxílio financeiro do governo federal do Brasil, possuem família. Entretanto, o abrigo passa a constituir uma das mais importantes fontes de apoio para essas crianças e adolescentes, visto que, na maioria das vezes, os vínculos familiares ainda existentes são frágeis.

Rede de apoio social é definida como conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo (Brito & Koller, 1999). O apoio social é considerado uma importante dimensão do desenvolvimento, constituindo uma interface entre o sujeito e o sistema social do qual ele faz parte (Garmezy & Masten, 1994). O apoio afetivo é igualmente fundamental por ser responsável por imprimir qualidade às relações e contribuir para a manutenção dos vínculos (Bronfenbrenner, 1979/1996). Assim, o apoio social e afetivo está relacionado à percepção que a pessoa tem de seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer vínculos, e com os recursos que esse lhe oferece, como proteção e força, frente a situações de risco que se apresentam (Brito & Koller, 1999). Segundo Garmezy e Masten (1994), a rede de apoio contribui para o aumento da competência individual, que reforça a auto-imagem e a auto-eficácia necessárias para alcançar um objetivo.

A rede de apoio social está associada à saúde e ao bem-estar dos indivíduos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996), sendo um fator fundamental para o processo

de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade a distúrbios físicos e emocionais (Masten & Garmezy, 1985; Rutter, 1987). Ela é dinâmica, construída e reconstruída em todas as fases da vida. O efeito protetivo que o apoio social oferece está relacionado ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento das adversidades, promovendo processos de resiliência e desenvolvimento adaptativo (Brito & Koller, 1999; Garmezy & Masten, 1994; Rutter, 1987). Todas as relações que o indivíduo estabelece com as outras pessoas, advindas dos diversos microssistemas nos quais transita, como família, amigos, escola, abrigo, entre outros, podem assumir o papel de fornecer apoio.

Para as crianças, a primeira rede de apoio social é a família. Ptacek (1996) indica que, entre os fatores determinantes da percepção de apoio social, a relação de apego com o cuidador primário é o componente mais crítico do desenvolvimento. Aquelas pessoas que têm uma relação de apego positiva tendem a acreditar que outras pessoas são confiáveis e mais capazes de oferecer ajuda. Ao longo do desenvolvimento, o mundo social da criança começa a expandir-se, a fim de incluir membros não pertencentes à família, como amigos e professores. Inicia-se a formação da rede de apoio social, baseada também, nas qualidades pessoais da criança, como responsividade e temperamento (Newcomb, 1990). Em situações de risco, a expectativa de apoio percebido e recebido dos pais reduz a angústia da criança (Hoppe, 1998). Assim, o apoio familiar traz resultados positivos para todos, sendo ainda mais importante para crianças e adolescentes que vivenciam níveis altos de estresse, advindos de famílias com problemas socioeconômicos.

Juntamente com a família, os amigos desempenham o papel de fonte de apoio, que está relacionado à manutenção do bem-estar ao longo do desenvolvimento. Eventos estressantes vivenciados com o apoio emocional dos amigos capacitam o indivíduo a desenvolver estratégias mais adaptativas. Essas relações afetivas, desenvolvidas com pares, são capazes de torná-lo mais eficaz, pois trazem consigo um conjunto de recursos pessoais e sociais que diluem os efeitos negativos das situações adversas (Brito & Koller, 1999).

Para as crianças e adolescentes que vivem em abrigos, as pessoas com as quais esses convivem passam a integrar as suas redes de apoio social e afetivo. A entrada nos abrigos proporciona um leque de relações novas, fazendo do abrigo o seu ambiente principal (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). É no abrigo que realizam um grande número de atividades, desempenham papéis e funções e interagem, abrindo espaço para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto estável (Bronfenbrenner, 1979/1996). Assim, por mais que os motivos de entrada estejam associados a conflitos e sofrimento, os abrigos podem proporcionar um espaço seguro e

protetivo, acolhendo-os e orientando-os num momento em que possivelmente não houvesse mais ninguém a quem recorrer (Arpini, 2003).

Entretanto, tanto a família e os amigos quanto o abrigo podem operar como fatores de risco. Famílias com muitos membros, com presença de doença mental, violência, alcoolismo, ou uso de outras substâncias não conseguirão se constituir em um ambiente saudável para seus membros, caracterizando-se como um ambiente de risco. Na adolescência, em especial, há um distanciamento progressivo dos filhos de seus pais e um direcionamento para as relações com grupos de pares, a fim de possibilitar a busca e a construção da identidade própria (Steinberg, 1993). No entanto, se o grupo apresentar comportamentos desadaptativos, como delinquência e abuso de substâncias, poderá expor o adolescente a situações de risco, nas quais suas habilidades serão desafiadas, aumentando a sua vulnerabilidade (Brito & Koller, 1999). Quanto aos abrigos, esses também podem representar um risco para o desenvolvimento, principalmente em situações em que há uma alta relação criança/cuidador, alta rotatividade dos abrigados e/ou funcionários e descontinuidade no atendimento (Rizzini & Rizzini, 2004).

Fonseca (1987, 1993, 1995, 2002), em estudos com famílias brasileiras de nível socioeconômico desfavorecido, observa algumas características quanto à rede de apoio social. Destaca a prática da “circulação de crianças”, a qual consiste no fato de uma criança ou adolescente passar parte da infância ou da juventude em casas que não a de seus genitores. Essa prática aponta para a solidariedade existente no próprio grupo familiar, que opera como fonte de apoio externo, destacando a importância da família extensa no sistema de parentesco brasileiro. Outra característica, destacada por Fonseca (1987), consiste na utilização da Febem (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) como apoio social. Até os anos 90, no sul do Brasil, o atendimento a crianças e adolescentes abandonados ou afastados de suas famílias por decisões judiciais era realizado em abrigos da Febem, que foi substituída pela Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul/BR, atendendo especificações do ECA (1990). Frente às situações de desemprego, doença, falta de uma rede de parentesco efetiva ou diante de uma nova união conjugal, muitas mulheres percebiam a antiga Febem como um internato, onde podiam deixar seus filhos, enquanto sua situação estivesse instável. Essa percepção da Febem como internato possibilita considerar a instituição como uma rede de apoio social, que proporciona ajuda externa às famílias em um momento difícil, podendo contribuir para a reestruturação familiar.

Estudos têm apontado diferentes tipos de apoio percebido. Para Wills, Blechman e McNamara (1996), os tipos de apoio mais relevantes para adolescentes são emocional, instrumental e informacional. O apoio emocional é conceituado como disponibilidade de

conversar e dividir problemas, estabelecendo uma relação de confiança. O apoio instrumental está associado à ajuda e à assistência em tarefas, tais como oferecer transporte, dinheiro e auxílio nas tarefas escolares. E por último, o apoio através de informações se refere à disponibilidade de orientação e informação a respeito dos recursos da comunidade. O estudo de Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004) leva em consideração as categorias apresentadas por Wills, Blechman e McNamara (1996), acrescentando duas novas categorias: apoio afetivo e apoio de interação positiva. O apoio afetivo é aquele apoio fornecido através da demonstração de afeto e amor, como dar um abraço; e o apoio de interação positiva refere-se à possibilidade de obter apoio na realização de atividades em conjunto, como se divertir, fazer atividades agradáveis e distrair-se com alguém.

A rede de apoio social e afetivo tem sido avaliada por instrumentos específicos e através de entrevistas. Entre os instrumentos, destacam-se a Escolta Social (Antonucci & Jackson, 1987), considerada apropriada para a população de rua (Brito & Koller, 1999), e o Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998). Através do Mapa dos Cinco Campos, é possível avaliar a estrutura e a função da rede de apoio de crianças, adolescentes e adultos, observando tanto a quantidade (estrutura) dos vínculos estabelecidos na rede quanto a qualidade (função) dos mesmos. As entrevistas analisam qualitativamente as respostas dos participantes, através de análise de conteúdo. Os estudos de Hoppe (1998) e de Mayer (2002) são exemplos de pesquisas que utilizaram o Mapa dos Cinco Campos, investigando a rede de apoio social e afetivo de crianças de sete a nove anos e suas famílias expostas a situações de risco (Hoppe, 1998) e de meninas vítimas e não-vítimas de violência, com idade entre oito e 12 anos (Mayer, 2002).

Dessa forma, o objetivo do presente estudo é investigar a percepção de adolescentes, que moram em abrigos, quanto às suas redes de apoio social e afetivo, tendo em vista que se encontram num contexto diferenciado de desenvolvimento. Assim, torna-se importante compreender como se estrutura e funciona a rede de apoio nessas situações, pois pode representar um importante fator de proteção para o adolescente.

## 3.2 Método

### 3.2.1 Participantes

Participaram deste estudo 35 adolescentes abrigados, 17 meninas e 18 meninos, com idade entre 11 e 16 anos ( $M=13,23$ ;  $DP=1,46$ ), escolaridade entre segunda série do Ensino Fundamental e primeiro ano do Ensino Médio, que possuíam uma média de 4,43 irmãos ( $DP=2,73$ ). O tempo de permanência desses adolescentes nos abrigos variou de sete a 142 meses ( $M=42,97$ ;  $DP=34,59$ ), em função dos seguintes motivos: situação de rua, maus-tratos, negligência e abandono.

A coleta de dados ocorreu em sete abrigos, quatro governamentais ( $n=20$ ), da cidade de Porto Alegre/BR; e três não-governamentais ( $n=15$ ), das cidades de Santa Maria/BR e Viamão/BR. Os quatro abrigos governamentais fazem parte dos abrigos residenciais coordenados pela Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul/BR. Esse órgão governamental atende crianças e adolescentes em regime de abrigo residencial, de pequeno porte, com uma média de 13 abrigados por residência, contando com uma equipe de monitores, técnicos em educação, psicólogos, entre outros. Além disso, por estarem inseridos na comunidade, utilizam os recursos da mesma, como escola, centros de lazer e a rede municipal de saúde, entre outros.

Dos três abrigos não-governamentais, dois estão localizados na cidade de Santa Maria e um em Viamão. Esses abrigos recebem ajuda financeira de entidades religiosas e doações de empresas e pessoas da comunidade, além de receberem apoio governamental. Um dos abrigos de Santa Maria, do qual participaram cinco adolescentes, atende quase que exclusivamente meninas, recebendo meninos de até cinco anos, no caso de irmãos. É uma instituição pequena, que atende cerca de 22 abrigados, e é dirigido por membros da sociedade, de forma voluntária, contando com uma equipe de 12 funcionários. Os participantes do outro abrigo de Santa Maria ( $n=5$ ) vivem em apartamentos, com cerca de 15 adolescentes com idade a partir de 12 anos, coordenados por um funcionário fixo, que reside junto com os adolescentes. Nessa instituição são oferecidas diversas atividades profissionalizantes, como marcenaria e horta, entre outras. O abrigo não-governamental de Viamão, do qual também participaram cinco adolescentes, é um abrigo misto, composto por três casas com 10 abrigados em cada, com idade entre sete e 15 anos. As crianças e adolescentes que residem nessa instituição são atendidos por monitores, divididos em turnos.

### 3.2.2 Instrumentos

Nesse estudo, foram utilizados uma entrevista semi-estruturada e o Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998; Anexo A). A entrevista semi-estruturada coletou dados sócio-demográficos dos participantes, constituição familiar, tempo de institucionalização e motivo de entrada no abrigo. Além disso, o participante foi solicitado a responder duas questões: (1) “Qual dessas pessoas, que você citou, você mais pode contar?”, e (2) “Que tipo de apoio ela lhe dá?”. A primeira questão indica a principal fonte de apoio percebida e a segunda, o tipo de apoio fornecido, sendo realizadas após o término da aplicação do instrumento.

Na adaptação de Hoppe (1998), o Mapa dos Cinco Campos consiste em um quadro de feltro, no qual são fixadas figuras com base de velcro que representam adultos, adolescentes e crianças, de ambos os sexos, representados por tamanhos e cores diferentes. Nesse quadro, estão desenhados seis círculos concêntricos, que representam os níveis de proximidade do participante, o qual se encontra ao centro; e estão subdivididos em cinco campos: Família, Amigos, Parentes, Escola e Outros Locais (Anexo A). Para a execução dessa pesquisa, foi acrescentado o campo Abrigo, e optou-se por reunir os campos Amigos e Parentes, mantendo os cinco campos, como apresentado na Figura 1.

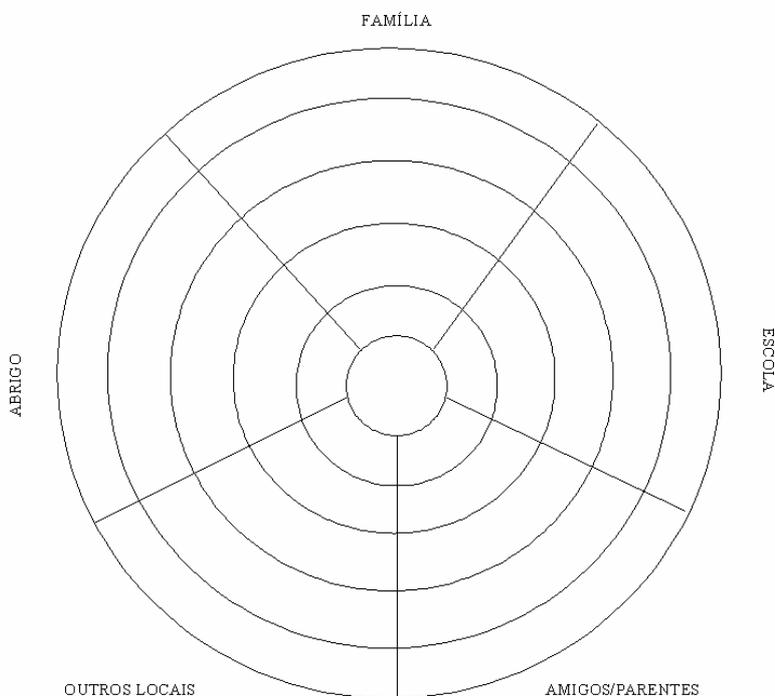


Figura 1. Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996)

O participante é solicitado a colocar as pessoas que fazem parte da sua vida em cada um desses campos, sendo que quanto mais satisfatório o relacionamento é percebido, mais próximo do centro a pessoa será colocada. No quinto nível, o nível mais externo, o participante pode colocar as pessoas com as quais percebe que o relacionamento é insatisfatório. É observada, ainda, a presença de conflitos e rompimentos em cada contato mencionado, em cada campo. A estrutura das redes foi avaliada através do (1) o número total de pessoas por nível de proximidade; (2) por campo; e (3) em toda a rede. A qualidade dos vínculos (função) foi avaliada a partir da (1) colocação das pessoas nos círculos adjacentes ao centro, que representam os níveis de proximidade: o primeiro e o segundo níveis correspondem às relações mais próximas, o terceiro e o quarto níveis correspondem às relações mais distantes, e o último nível (periférico) representam os contatos insatisfatórios; (2) frequência e da média das relações caracterizadas por conflitos e rompimentos; (3) qualidade da relação com as figuras parentais (mãe e pai); e (4) fator de proximidade por campo e total. O fator de proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido através da localização dessas pessoas em relação ao círculo central, no qual está o participante. Para o cálculo desse score, o número de pessoas colocadas no primeiro nível é multiplicado por oito; no segundo nível por quatro; no terceiro nível por dois; no quarto nível por um e no quinto nível por zero. O somatório desse cálculo é dividido pelo número total de pessoas citadas no campo, para a média de proximidade no campo, ou pelo número total de pessoas citadas no mapa, para a média de proximidade do mapa.

### 3.2.3 Procedimentos

Esse estudo foi avaliado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/BR e submetido às Diretorias Técnicas dos abrigos para apreciação. Após sua aprovação, o “Termo de Concordância do Abrigo” (Anexo B) foi assinado pelas Diretorias, enquanto responsáveis legais pelos adolescentes. Os agendamentos foram realizados junto às coordenações de cada abrigo, e a coleta de dados ocorreu nos próprios abrigos. Os participantes foram indicados pelos coordenadores, a partir dos critérios de idade e disponibilidade de tempo para participar do estudo. No momento da visita, os adolescentes eram convidados pela pesquisadora, recebendo todas as informações sobre a pesquisa, garantia de sigilo, liberdade de desistir a qualquer momento, dando seus

consentimentos de forma verbal. Nenhum adolescente recusou participar do estudo e não houve nenhuma desistência no intercurso da aplicação.

As entrevistas e as aplicações do Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998) foram realizadas por uma das pesquisadoras, acompanhada por uma observadora, treinada para o uso do instrumento, que fazia os registros no protocolo. Os instrumentos foram aplicados individualmente, em uma única sessão para cada participante, com uma duração média de 50 minutos.

### 3.3 Resultados

Foram realizadas análises quantitativas e qualitativas dos dados das entrevistas e do Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998). As respostas às duas questões abertas da entrevista foram analisadas a partir da análise de conteúdo (Bardin, 1979). Em relação ao Mapa dos Cinco Campos, foram executadas, ainda, análises descritivas e inferenciais, observando-se também a variável sexo. Foram levantados o número de contatos satisfatórios, insatisfatórios, conflitos e rompimentos, e também o grau de proximidade.

Em relação à estrutura das redes de apoio, os participantes mencionaram 1143 contatos satisfatórios e 117 contatos insatisfatórios, totalizando 1260 pessoas, com média total de 36 contatos ( $DP=12,87$ ). As meninas citaram um maior número de contatos satisfatórios ( $f=632$ ), insatisfatórios ( $f=60$ ), como também conflitos ( $f=134$ ) e rompimentos ( $f=28$ ), em comparação aos meninos (511; 57; 96 e 14, respectivamente). Os resultados mostraram que o campo Abrigo possuiu o maior número de contatos. O campo Outros Locais apresentou o menor número de contatos, sendo que três participantes não citaram nenhuma pessoa nesse campo, o que não ocorreu em nenhum outro campo. Ao analisar a frequência total dos contatos por sexo e campo, as meninas novamente citaram um maior número de contatos em todos os campos, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. *Frequência Total de Contatos por Campo e Sexo*

Campos	Meninos (n=18)	Meninas (n=17)	Total
Família	129	155	284
Escola	133	134	267
Amigos/Parentes	97	113	210
Abrigo	155	219	374
Outros Locais	54	71	125
Total	568	692	1260

Na análise por níveis de proximidade, foi encontrada uma média de 18,74 contatos ( $DP=10,26$ ) no primeiro nível; 8,63 contatos ( $DP=6,87$ ) no segundo nível; 4,03 contatos ( $DP=4,42$ ) no terceiro nível e 1,26 contatos ( $DP=2,09$ ) no quarto nível. Em todos os níveis, a média de contatos das meninas foi maior do que a média dos meninos, embora sem diferença significativa.

No que se refere à funcionalidade, ou seja, à qualidade das relações estabelecidas na rede de apoio social e afetivo dos participantes, as análises das médias do total dos contatos satisfatórios entre meninos e meninas indicaram diferença significativa, através de um *Teste t de Student* ( $t=2,39$ ;  $gl=33$ ;  $p<0,05$ ), sendo a média das meninas ( $M=37,18$ ;  $DP=11,57$ ) maior do que a média dos meninos ( $M=28,39$ ;  $DP=10,16$ ). Quanto aos contatos insatisfatórios, a média das meninas foi de 3,53 contatos ( $DP=3,26$ ) e dos meninos foi de 3,17 ( $DP=4,29$ ), sem diferença significativa entre os sexos.

Em relação aos diferentes campos, através de um *Teste t de Student*, as análises das médias de contatos satisfatórios no campo Família e no campo Abrigo apontaram diferença significativa ( $t=2,13$ ;  $gl=34$ ;  $p<0,05$ ), sendo a média dos contatos satisfatórios no Abrigo ( $M=9,60$ ;  $DP=5,57$ ) maior do que a média de contatos satisfatórios no campo Família ( $M=7,49$ ;  $DP=3,78$ ). Foi realizado, ainda, um *Teste t de Student* para verificar as médias dos contatos satisfatórios por sexo em cada campo, que apontaram diferença significativa somente no Abrigo ( $t=2,08$ ;  $gl=33$ ;  $p<0,05$ ), sendo a média das meninas ( $M=11,53$ ;  $DP=5,76$ ) maior do que a média dos meninos ( $M=7,78$ ;  $DP=4,87$ ). A Tabela 2 apresenta as médias de contatos insatisfatórios nos campos e por sexo, indicando que os meninos tiveram mais contatos insatisfatórios na Escola ( $M=1,33$ ;  $DP=2,28$ ) e as meninas, no Abrigo ( $M=1,35$ ;  $DP=1,41$ ).

Tabela 2. Médias e Devios-Padrão dos Contatos Satisfatórios e Insatisfatórios por Campo e Sexo

Campos	Meninos (n= 18)				Meninas (n= 17)			
	Cont. Sat.		Cont. Insat		Cont. Sat.		Cont. Insat	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Família	6,72	2,37	0,44	1,42	8,29	4,81	0,82	1,33
Escola	6,06	3,65	1,33	2,28	7,18	3,75	0,71	0,85
Amigos/Parentes	5,22	3,39	0,17	0,51	6,24	3,67	0,41	0,87
Abrigo	7,78	4,87	0,83	1,34	11,53	5,76	1,35	1,41
Outros Locais	2,61	2,03	0,39	0,85	3,94	2,01	0,24	0,56

Quanto aos conflitos, observou-se uma maior frequência no campo Abrigo, sendo que as meninas relataram vivenciar mais conflitos do que os meninos em todos os campos, exceto na Escola, conforme a Tabela 3. O *Teste Não-Paramétrico Mann-Whitney* apontou diferença significativa ( $U=78$ ;  $p=0,01$ ) entre os sexos no total de conflitos no campo Família, sendo que a média no *ranking* foi de 22,41 para as meninas e de 13,83 para os meninos. No que tange aos rompimentos, constatou-se um maior número de rompimentos no campo Família, principalmente para as meninas (Tabela 3).

Tabela 3. *Frequência de Conflitos e Rompimentos por Campo e Sexo*

Campo	Conflitos			Rompimentos		
	Meninos (n= 18)	Meninas (n= 17)	Total (n= 35)	Meninos (n=18)	Meninas (n=17)	Total (n= 35)
Família	16	42	58	3	11	14
Escola	27	20	47	6	3	9
Amigos/Parentes	13	13	26	0	4	4
Abrigo	37	55	92	2	8	10
Outros Locais	3	4	7	3	2	5
Total	96	134	230	14	28	42

A média do fator de proximidade do Mapa foi de 5,54 ( $DP=1,27$ ), sendo que análises das médias por campo e por sexo não apresentaram diferença significativa. Ainda quanto à funcionalidade da rede de apoio dos adolescentes abrigados, considerou-se importante analisar a qualidade das relações desses com suas figuras parentais. Assim, foram levantadas a frequência e a localização das mães e dos pais no Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998). De acordo com a Tabela 4, quase metade dos participantes (45,71%) citou a mãe no nível mais próximo ao centro, onde estão as pessoas cujos contatos são mais satisfatórios e próximos. Além disso, vale destacar que a mãe não foi citada no quinto nível, nível das relações insatisfatórias, em nenhum dos casos. Entretanto, em 37,14% dos casos, a mãe não foi citada. Uma parcela menor de participantes citou o pai no nível mais próximo (34,28%), e 42,85% deles não citou o pai na sua rede de apoio. Além disso, em quatro casos, o pai foi citado no quinto nível. Sete adolescentes (20%) não incluíram no mapa nenhuma figura parental da família de origem, enquanto 13 (37,14%) incluíram tanto pai quanto mãe, mesmo que em alguns casos os mesmos já tenham falecido ou se separado.

Tabela 4. *Frequência e Percentuais de Citação da Mãe e do Pai por Níveis de Proximidade no Mapa dos Cinco Campos*

Níveis	Mãe		Pai	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Primeiro	16	45,71	12	34,28
Segundo	5	14,28	4	11,43
Terceiro	1	2,85	0	0
Quarto	0	0	0	0
Quinto	0	0	4	11,43
Não foi citada (o)	13	37,14	15	42,85
Total	35	100	35	100

Após a aplicação do instrumento, os participantes foram solicitados a responder duas questões sobre a principal fonte de apoio percebida e o tipo de apoio fornecido. A análise da fonte de apoio (adultos e pares), a partir de um *Teste X<sup>2</sup>*, indicou uma diferença significativa ( $X^2=15,11$ ;  $gl=1$ ;  $p<0,01$ ), sendo que os adultos foram mais citados (82,9%) do que os pares (17,1%). Foi possível verificar que as principais fontes de apoio mencionadas pelos participantes foram os membros da família (mãe/madrasta, pai e irmãos mais velhos, em 40% dos casos); seguidos pelos monitores, técnicos, funcionários e voluntários dos abrigos (34,30%).

Em relação ao tipo de apoio fornecido, uma análise de conteúdo (Bardin, 1979) foi utilizada, possibilitando a identificação das três categorias de apoio, semelhantes às propostas por Wills, Blechman e McNamara (1996), descritas abaixo:

1. Apoio Emocional e Afetivo: englobou respostas que faziam referência ao recebimento de afeto, proteção e assistência. Este apoio é recebido através da confiança, da disponibilidade de ouvir, compartilhar preocupações, medos e compreender seus problemas, como “*liga para o abrigo para saber como estou*”, “*se preocupa comigo*”, “*o que eu conto, não conta para ninguém*”, “*ela faz carinho*” e “*abraça*”.
2. Apoio Instrumental: refere-se ao fornecimento de condições que possibilitam que o adolescente atinja algum objetivo. Pode estar relacionado a situações em que a pessoa procurada resolve os problemas pelo adolescente, fornece meios para que este possa resolvê-los sozinho, ou ainda fornece algum tipo de ajuda material. Como, por exemplo, “*me empresta o caderno*”, “*dá dinheiro, dá roupa*”, “*me deu carona*”, “*ajuda a limpar a casa*”, “*me ajuda nos temas*”, “*me ajuda a aprender a ler*”.
3. Apoio Informacional: envolve respostas em que há referência ao recebimento de sugestões, conselhos, informações e explicações desejadas, que ajudam o adolescente a

sentir-se orientado. A seguir, alguns exemplos dessa categoria: “*me dá conselhos*”, “*conversa*”, “*traz informações sobre meus irmãos*”, entre outros.

As justificativas mencionadas sobre o tipo de apoio fornecido foram categorizadas e avaliadas por dois juízes, resultando em 90% de concordância. Constatou-se que o principal tipo de apoio foi o apoio instrumental, com 42,1%; seguido do apoio emocional e afetivo (33,34%) e do apoio informacional (24,56%). Aqueles participantes que citaram um membro da família como principal fonte de apoio (mãe, madrasta, pai e irmãos), mencionaram como principal tipo o apoio instrumental (40%), seguido do apoio emocional e afetivo (32%) e apoio informacional (28%). Dentre os participantes que citaram as pessoas do abrigo, como diretores, técnicos, monitores ou voluntários, tanto o apoio instrumental quanto o emocional e afetivo foram mencionados em 36,36% das citações, seguidos do apoio informacional (27,27%). Na categoria “outros”, na qual foram incluídos os amigos, professoras, vizinhas adultas, parentes adultos e padrinhos, novamente o principal tipo de apoio foi o instrumental (50%), seguido do apoio emocional e afetivo (30%) e do apoio informacional (20%).

### **3.4 Discussão**

Os resultados desse estudo são discutidos de forma a integrar os dados do Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998) e da entrevista semi-estruturada e a literatura, enfatizando os campos Família e Abrigo. Esses contextos destacaram-se na análise dos resultados por corresponderem tanto aos campos com o maior número de pessoas quanto aos campos que apresentam contatos mais próximos e com qualidade, além de principais fornecedores de apoio.

A partir dos dados levantados pelo Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998), foram observados, no campo Família, menos contatos satisfatórios e mais rompimentos do que no campo Abrigo. Por outro lado, o campo Família apresentou menos conflitos do que o Abrigo, além de ter se constituído como a fonte de apoio mais citada. É possível compreender que a confiança atribuída às relações familiares ainda existentes seja fruto da idealização desses adolescentes e da vontade de possuir uma família. Essa inferência pode ser atribuída ao elevado tempo de permanência no abrigo e ao número de conflitos relatados. Além disso, a diminuição da convivência dos adolescentes com seus familiares possibilita que os momentos ruins vivenciados no contexto familiar sejam atenuados, fazendo com que essas

relações sejam, neste momento, consideradas satisfatórias. Esses dados confirmam os estudos de De Antoni e Koller (2000), Rizzini e Rizzini (2004) e Yunes e colaboradores (2001), os quais apontam que os jovens abrigados expressam sentimentos positivos relacionados aos familiares, em especial a mãe, refletindo uma supervalorização e idealização da família (Rizzini & Rizzini, 2004), e uma dissociação entre a percepção de “família pensada”, aquela com forte cunho ideacional, e “família vivida”, aquela que se desvela na realidade (Yunes & et al., 2001).

O campo Abrigo apresentou-se como contexto principal de desenvolvimento para esses adolescentes, proporcionando novas relações de amizade, ampliando as suas redes de apoio. Isto pode ser constatado a partir do fato de que foi nesse campo que os adolescentes citaram mais contatos satisfatórios, indicando a equipe do abrigo como fonte de apoio de forma expressiva. Além disso, o apoio emocional e afetivo surgiu com a mesma força que o apoio instrumental no campo Abrigo. Esse resultado sugere que o abrigamento está fazendo mais do que somente suprir as necessidades materiais desses jovens, está proporcionando confiança, segurança e a possibilidade de compartilhar sentimentos, operando como um fator de proteção. O estudo de Seger e Dell’Aglia (2003), com meninas adolescentes que cumpriam medidas sócio-educativas em instituição governamental e medida de proteção em abrigos governamentais, indicou, também, que os monitores, funcionários e técnicos dessas instituições foram considerados importantes fontes de apoio, especialmente para as adolescentes abrigadas. O apoio emocional é apontado, na literatura, como o apoio mais efetivo para reduzir os efeitos negativos de uma situação adversa vivenciada, sendo essencial para os adolescentes, que podem perceber que poucas pessoas entendem seus sentimentos (Wills, Blechman, & McNamara, 1996). Assim, pode-se constatar uma percepção positiva desses adolescentes quanto ao abrigamento, corroborando estudos mais recentes sobre essa temática (Altoé, 1990; Arpini, 2003; Dalbem, 2005; Dell’Aglia, 2000; Rizzini & Rizzini, 2004).

Os adolescentes pesquisados citaram mais adultos como fontes de apoio do que pares, apesar de a adolescência ser uma fase evolutiva na qual o grupo de pares assume papel fundamental (Aberastury & Knobel, 1988). Entre os adultos, os membros da família foram tão mencionados quanto os monitores, técnicos e funcionários dos abrigos. Outros estudos, com crianças e adolescentes que moravam com suas famílias, também indicaram que a principal fonte de apoio citada foi um adulto – a mãe (Blyth, Hill, & Thiel, 1982; Hoppe, 1998; Mayer, 2002). A busca por adultos indica a importância desses no fornecimento de apoio, tendo em vista que, frente às situações adversas a que os adolescentes estão expostos, os adultos estão mais capacitados para fornecer ajuda material

ou resolver problemas. Assim, pode-se compreender que, para os adolescentes desse estudo, a falha ou mesmo a ausência de apoio familiar faz com que o apoio fornecido por outros adultos seja mais valorizado.

A análise qualitativa do tipo de apoio percebido pelos adolescentes indicou que o principal foi o apoio instrumental, ou seja, aquele que fornece algo material ou ajuda quanto à solução de problemas. A partir desse resultado, é possível compreender que o destaque dado ao apoio instrumental está vinculado à privação material que esses jovens possam ter já vivenciado, como também ao modelo assistencial vigente, fornecido pela sociedade e vivenciado pela população menos favorecida. Esse resultado corrobora a pesquisa de Wills, Blechman e McNamara (1996), que apontou que o apoio instrumental é particularmente relevante para crianças e adolescentes de nível socioeconômico desfavorecido.

Diferenças entre meninos e meninas surgiram na análise do Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998). As meninas apresentaram um número maior de contatos satisfatórios do que os meninos, em todos os campos, especialmente no campo Abrigo. Essa diferença pode ser atribuída a maior liberdade que as meninas possuem para expressar sentimentos, visto que a identidade masculina é alicerçada sob outras competências, como força, vigor físico e competitividade (Newcombe, 1999; Steinberg, 1993). Além disso, os meninos são socialmente estimulados a não expressar sentimentos, uma vez que isto está associado à fraqueza, por exemplo. As meninas desse estudo apontaram maior média de contatos satisfatórios e de conflitos, sendo essas diferenças significativas. Relataram também maior frequência de conflitos e rompimentos no campo Família do que os meninos. Na adolescência, as meninas aparecem na literatura como mais vulneráveis ao estresse causado pelas mudanças relacionadas à puberdade, aos conflitos familiares e aos problemas com os amigos (Adams, Overholser, & Spirito, 1994; Steinberg, 1993), podendo explicar a diferença destacada. Além do mais, a falta de apoio familiar é um importante fator de risco (Wills, Blechman, & McNamara, 1996), sendo inclusive considerada um preditor para depressão (Steinberg, 1993).

Outro resultado importante refere-se ao baixo escore de relações constatado no campo Outros Locais. Esse campo pode representar mais um ambiente, onde o participante também desenvolve atividades e interage com outras pessoas, as quais não estão inseridas nos demais campos do instrumento. Os participantes mencionaram aulas de dança, aulas de esportes, atendimento psicológico, entre outros. No presente estudo, a baixa frequência ou a ausência de pessoas no campo Outros Locais indicou a frágil integração da comunidade

na vida desses adolescentes. O ECA (1990) preconiza o direito dos abrigados à participação comunitária, sendo garantida através do acesso aos recursos e às atividades oferecidas pela comunidade, como lazer, esporte, saúde e cultura. Os resultados descritos confirmam os encontrados pela pesquisa de Silva (2004), para a qual esse direito não tem sido cumprido, visto que somente 6,6% dos abrigos pesquisados por essa autora utilizam todos os recursos da comunidade. Além disso, a falta de interação com pessoas de outros microsistemas pode reforçar os aspectos macrosistêmicos relacionados ao abrigo, que estigmatizam esses adolescentes, considerando-os como possuidores de problemas (Altoé, 1990; Arpini, 2003; Bronfenbrenner, 1979/1996; Rizzini & Rizzini, 2004) e incapazes de interações sociais saudáveis.

### **3.5 Conclusões**

A partir da análise dos dados levantados, foi possível constatar a importância dos campos família e abrigo na rede de apoio dos adolescentes investigados. Pode-se observar que a família foi mencionada por estes jovens, de forma expressiva, como fornecedora de apoio. Esse dado remete à vinculação ainda existente entre os adolescentes e suas famílias, visto que a maioria ainda tem contato com as mesmas, corroborando os resultados de Silva (2004), referentes ao Levantamento Nacional de Abrigos/BR. Além disso, também alerta para a necessidade de programas bem estabelecidos, que acompanhem os processos de desligamento e de reinserção familiar, efetivando o direito fundamental à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990), para que ocorram de forma planejada, segura e efetiva. Entretanto, na atualidade, somente se observa, no Brasil, iniciativas isoladas de algumas instituições governamentais e não-governamentais, no sentido de promover e garantir esse direito. Assim, torna-se necessária a realização de estudos sobre os processos de desligamento institucional e de reinserção familiar, subsidiando a produção de políticas públicas. Essas políticas poderiam objetivar: (1) diminuir o tempo de permanência em abrigos, tendo em vista o elevado período de institucionalização apontado nos diferentes estudos; (2) desenvolver programas de acompanhamento dos processos de desligamento institucional, possibilitando uma reinserção eficaz, através de um período de adaptação e revinculação à família, acompanhado por profissionais habilitados; (3) capacitar e resgatar essas famílias no exercício de sua cidadania, trabalhando práticas educativas adequadas e otimizando, desta forma, as competências das figuras parentais enquanto capazes de desempenhar o papel de cuidadores e educadores; e, (4) investir em programas de

profissionalização, qualificação profissional e geração de renda junto aos cuidadores, que possam incrementar sua renda e aumentar a possibilidade de empregos mais estáveis. Essas estratégias funcionariam como recursos que evitariam a institucionalização, e o reingresso no sistema institucional, ao fornecer apoio e fortalecer os elos e as possíveis redes sociais de apoio.

Os adolescentes desse estudo consideram os adultos como a principal fonte de apoio, apesar do valor que os pares assumem nesta fase de desenvolvimento. Dada as situações adversas e a privação material a que esses adolescentes foram expostos, os adultos tornam-se importantes por serem potencialmente mais aptos a fornecerem apoio, em especial, o apoio instrumental. Assim, chama-se a atenção para a necessidade de conscientizar os adultos que convivem com os adolescentes abrigados, sejam da família ou os técnicos, monitores e funcionários dos abrigos, quanto ao papel fundamental que possuem como fornecedores de apoio e como participantes na construção da identidade dos adolescentes. Para isso, tornam-se necessários programas de capacitação que os valorizem enquanto pessoas essenciais que compõem as redes de apoio dos adolescentes abrigados.

Para os adolescentes que vivem nas instituições de abrigo investigadas, o contexto institucional se constitui em um elemento essencial de suas redes de apoio, demonstrando potencial fonte de apoio instrumental, emocional e afetivo, através do estabelecimento de novos vínculos afetivos com adultos e com pares. Esse resultado pode estar relacionado às qualidades específicas dos abrigos participantes, que se caracterizam por atender grupos pequenos de crianças e adolescentes, em um ambiente o mais semelhante possível ao familiar. A configuração dos abrigos estudados, preconizada pelo ECA (1990), não é a regra no Brasil, o qual ainda possui abrigos de grande porte e com atendimento coletivizado. Além disso, há uma carência de estudos nos países Latino-americanos na área da institucionalização, que forneçam dados sobre a realidade dos abrigos nestes países, ou mesmo sobre a demanda por abrigamento. Dessa forma, torna-se necessária a realização de pesquisas, com os abrigos de grande e pequeno porte, governamentais e não-governamentais, com amostras advindas dos diferentes países da América Latina, que apresentem um panorama da realidade das crianças e adolescentes institucionalizados.

Salienta-se, ainda, limitações deste estudo, como por exemplo, o pequeno tamanho da amostra. Um número maior de participantes permitiria o cruzamento de mais variáveis, como o tipo de abrigo, faixa etária, vínculo familiar, motivo do abrigamento, entre outros. Tais análises poderiam contribuir para uma maior compreensão da percepção da rede de apoio de adolescentes em situação de institucionalização, já que o abrigo, enquanto contexto de desenvolvimento, é percebido como fonte de segurança e proteção.

## **CAPÍTULO IV**

### **Processo de Reinserção de uma Adolescente: A Transição entre os Contextos Institucional e Familiar**

#### **4.1 Introdução**

O presente estudo aborda a reinserção familiar de uma adolescente, após um período de abrigamento, buscando compreender, de forma aprofundada, os aspectos presentes nos primeiros meses de retorno para a família, a partir de um estudo qualitativo. Procurou-se identificar os fatores de risco e proteção dos microssistemas família e abrigo e a percepção da adolescente quanto à sua rede de apoio e à coesão e hierarquia da família, observando-se a presença de processos de resiliência.

A violência doméstica tem vitimizado muitas crianças e adolescentes no interior das famílias. Maus tratos, como abuso sexual, físico, emocional e negligência, são cometidos, muitas vezes, por alguém próximo, que possui a confiança da vítima e que faz parte da família. Além disso, a violência intrafamiliar é um fator de risco que tem motivado a institucionalização de crianças e adolescentes. A institucionalização é uma medida de proteção provisória, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), utilizada sempre que os direitos desses estão sob ameaça ou são violados. Apesar da provisoriedade dessa medida de proteção, muitas crianças e adolescentes permanecem durante anos abrigados, sem a possibilidade de estarem em famílias substitutas, ou de voltarem para suas famílias de origem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) considera função dos abrigos reavaliar periodicamente cada caso, informando à autoridade judiciária sobre a viabilidade do retorno à família de origem, além de manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos. Entretanto, na prática, observa-se a ausência de avaliações prévias e de programas de acompanhamento dos processos de reinserção. Além disso, o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, seja por abandono ou por decisão judicial, como também o seu retorno à sua família de origem, correspondem a transições ecológicas. As transições ecológicas ocorrem sempre que a posição do indivíduo no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente ou ambos (Bronfenbrenner 1979/1996). As transições ecológicas são entendidas como processos que resultam em uma reorganização qualitativa, em nível psicológico e comportamental (Bronfenbrenner, 1986), podendo gerar mudanças na percepção de si mesmo e dos outros e

no estabelecimento de relações. Assim, o ingresso em uma instituição de abrigo e o seu posterior retorno à família, enquanto transições ecológicas, podem proporcionar oportunidade de desenvolvimento, atuando na diminuição da vulnerabilidade e das situações de conflito e permitindo a promoção dos processos de resiliência.

O objetivo deste estudo foi investigar o processo de reinserção familiar de uma adolescente de 12 anos, que esteve abrigada por seis meses, por suspeita de abuso sexual por parte do padrasto. Essa investigação incluiu o levantamento dos fatores de risco e proteção dos ambientes familiar e extrafamiliar, das características de coesão e hierarquia familiar e a percepção de rede de apoio social e afetivo da participante. Além disso, esse estudo está alicerçado sob a fundamentação teórica da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, a qual busca entender o desenvolvimento em contexto e enquanto processo (Bronfenbrenner, 1979/1996; Bronfenbrenner, 2004).

#### **4.1.1 Família**

A família é considerada como o primeiro microsistema no qual a criança interage, constituindo uma dimensão importante da vida de todos os indivíduos. Tem sido entendida como um conjunto de relações caracterizadas por influência recíproca, direta, intensa e duradoura (De Antoni, 2005). Ela é responsável pelo processo de socialização da criança, por meio do qual essa adquire comportamentos, habilidades e valores apropriados e desejáveis em sua cultura (Steinberg, 2000). Um dos objetivos desse processo é a internalização de normas e regras, que possibilitarão à criança um desempenho social mais adaptado, e a aquisição de autonomia (Grusec & Lytton, 1988). A família reflete os modelos ou esquemas existentes no macrossistema, especialmente no que tange ao seu funcionamento, aos seus valores e às suas tradições, de acordo com a cultura na qual está inserida (De Antoni, 2002).

A família é a primeira rede de apoio da criança, iniciada muito cedo com as primeiras relações de apego (Brito & Koller, 1999; Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996). A rede de apoio social é definida como conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo (Brito & Koller, 1999). O apoio social é considerado uma importante dimensão do desenvolvimento, constituindo uma interface entre o sujeito e o sistema social do qual ele faz parte (Garmezy & Masten, 1994). O apoio afetivo é igualmente fundamental por ser responsável em imprimir qualidade às relações e contribuir para a manutenção dos

vínculos (Bronfenbrenner, 1979/1996). Segundo Garmezy e Masten (1994), a rede de apoio contribui para o aumento da competência individual, que reforça a auto-imagem e a auto-eficácia necessárias para alcançar um objetivo, estando associada à saúde e ao bem-estar dos indivíduos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996). Ela desempenha um papel fundamental no processo de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade a distúrbios físicos e emocionais (Masten & Garmezy, 1985; Rutter, 1987), operando como fator de proteção.

A dinâmica estabelecida no ambiente familiar exerce importante influência sobre seus membros, sendo o *locus* para o desenvolvimento de todos os repertórios básicos do comportamento da criança (Brito & Koller, 1999; Minuchin & Fishman, 2003). Essa influência também está presente no desenvolvimento do senso de reciprocidade e cooperação. Segundo Koller e Bernardes (1997), pais responsivos, sensíveis e pró-sociais desenvolvem expectativas positivas nas crianças quanto à disposição para dar e receber ajuda.

A estruturação da família está organizada com base no seu funcionamento, sendo considerada *funcional* quando permite o desenvolvimento adequado, saudável ou adaptado de seus integrantes (Minuchin, 1966/1990; Minuchin & Fishman, 2003). Da mesma forma, o sistema familiar diferencia-se e exerce suas funções através de seus subsistemas, como as díades esposo-esposa, mãe-filho, por exemplo.

O sistema familiar tem sido estudado em termos de coesão e de hierarquia, dimensões-chave que descrevem a organização da estrutura das famílias. O termo coesão é definido como proximidade emocional, sentimento de conexão ou apego entre os membros da família, estando associada ao desenvolvimento positivo e bem-estar psicossocial de crianças, adolescentes e adultos (Gehring, 1993; Gehring & Marti, 1993; Gehring, Marti, & Sidler, 1994). A hierarquia é compreendida como a relação de poder entre pessoas, subsistemas ou gerações. Também tem sido definida como estrutura de influência mútua, controle ou adaptabilidade, aspectos que caracterizam os sistemas familiares (Gehring, Marti, & Sidler, 1994). O exercício de poder é adaptativo quando auxilia na manutenção do equilíbrio no sistema familiar. O funcionamento familiar saudável é identificado por dois aspectos relacionados à hierarquia: o relacionamento do casal sendo igualitário (equilíbrio de poder) e os pais tendo mais poder e influência do que os seus filhos, entretanto, com certo nível de flexibilidade a mudanças, no desempenho de papéis e nas regras estabelecidas (Feldman & Gehring, 1988; Gehring & Marti, 1993; Minuchin, 1966/1990). Assim, existe a evidência de que coesão no ambiente familiar está linearmente atrelada ao bem-estar individual e social, enquanto que nas relações hierárquicas, essa

associação não é verdadeira (Gehring & Marti, 1993). Famílias com problemas psicossociais freqüentemente apresentam pouca coesão e maior desequilíbrio hierárquico (igualitário ou muito hierárquico), como também limites incertos entre as gerações, apresentando, por exemplo, alianças entre gerações e hierarquia inversa. A aliança entre gerações ou coalizão está relacionada à união de dois ou mais membros da família, de gerações diferentes, em prol de um objetivo ou para desafiar um outro membro; e hierarquia inversa é identificada quando há uma inversão desproporcional no exercício de poder, como por exemplo, os filhos detendo mais poder que os pais nas decisões familiares. Para Minuchin (1966/1990), a nitidez das fronteiras dentro da família é um parâmetro útil para a avaliação do seu funcionamento.

As famílias também têm sido pesquisadas a partir da presença de fatores de proteção e risco. Os fatores de proteção são as influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a ambientes hostis que predispõem a conseqüências mal adaptativas (Hutz, Koller, & Bandeira, 1996), reduzindo o impacto do risco e exercendo efeitos positivos na saúde mental do indivíduo (Rutter, 1985, 1987). Entretanto, compreende-se o conceito de fatores de proteção enfatizando uma abordagem de processos, através dos quais diferentes fatores interagem entre si, podendo produzir uma experiência estressora ou protetora em seus efeitos (Morais & Koller, 2004). Práticas educativas saudáveis e efetivas, bom funcionamento familiar, vínculo afetivo, apoio e monitoramento parental operam nas famílias como fatores de proteção (Reppold, Pacheco, Bardagi, & Hutz, 2002). A literatura tem considerado três fatores de proteção como os responsáveis pelo desenvolvimento bem sucedido de crianças em situação de risco pessoal e social: (1) características de personalidade, como autonomia, auto-estima e orientação social positiva; (2) coesão familiar e ausência de conflito, ou seja, a disponibilidade de apoio afetivo em seu ambiente mais próximo; (3) disponibilidade de sistemas externos de apoio, interações sociais e afetivas mais amplas, que estimulam e reforçam a capacidade da criança de enfrentar as situações da vida (Garmezy, 1996; Masten & Garmezy, 1985). Esses mecanismos podem operar como pontos de apoio para a mudança da trajetória de vida e das situações de risco para uma adaptação bem sucedida, promovendo a resiliência.

Resiliência é entendida como um processo relacionado às respostas da pessoa ao seu contexto, diante de situações de risco ao desenvolvimento (Rutter, 1996). Assim, alguns indivíduos desenvolverão doenças ou distúrbios em conseqüência dos riscos, tornando-se vulneráveis. Em contrapartida, outros, em muitos momentos, superarão as adversidades e adaptar-se-ão de forma bem sucedida, apresentando processos de resiliência (Garmezy, 1996). A resiliência é um construto dinâmico e relativo, sendo importante

defini-la de acordo com o contexto sociocultural (Luthar, 1991). De acordo com Luthar e Zigler (1991), as pesquisas que destacam os fatores de resiliência devem contemplar a avaliação do risco ou eventos de vida, do ponto de vista da criança ou família, assim como recursos utilizados para lidar com estas demandas. Em função da característica dinâmica da resiliência, um indivíduo pode ser resiliente em um destes contextos e vulnerável em outro. No sistema familiar, a resiliência abrange processos interativos que fortalecem tanto a resiliência individual de seus membros e quanto a do grupo familiar, sendo a família responsável pelo incremento desses processos em todos os seus integrantes. Walsh (1996) destaca que, para compreender o funcionamento de uma família, é necessário observar os desafios e as limitações enfrentadas, além dos recursos disponíveis. O modo de enfrentamento dos desafios de uma família é fundamental para a readaptação individual e familiar. Dessa forma, para Walsh (1996), a resiliência familiar é relacional.

Em contrapartida, a família pode constituir-se em risco para o desenvolvimento de seus integrantes, na medida em que apresentar fatores de risco, entendidos como condições ou variáveis que estão associadas a uma alta possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou não desejáveis (Jessor, Van Den Boss, Vanderryn, Costa, & Turbin, 1995). Um indivíduo é considerado em situação de risco, segundo Bandeira, Koller, Hutz e Forster (1995), quando seu desenvolvimento não está de acordo com o esperado para sua faixa etária. O risco não deve ser considerado um termo estático, mas como processo, definido a partir de uma determinada situação, de suas implicações nas relações e dos seus resultados específicos (De Antoni, 2005). Negligência parental, violência doméstica, padrões parentais de cuidado e supervisão inadequadas, modelos de responsabilidade social e desempenho acadêmico inapropriados, pobreza, rigidez nas práticas educativas e doença mental dos pais são considerados fatores de risco na família, apontando para o seu mau funcionamento (Masten & Garmezy, 1985; Seifer, Sameroff, & Baldwin, 1992).

A violência, considerada um relevante fator de risco, possui inúmeras definições. No entanto, Koller (2000) destaca a existência de uma linha de base comum a todo ato de violência, entendida como as ações e/ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos. Para Araújo (2002) e Guerra (1998), a violência pressupõe relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, em que há desigualdade e subordinação, estando baseadas em relações de poder.

A violência sexual é um dos quatro tipos de violência doméstica (violência física, sexual, psicológica/emocional e a negligência), sendo considerada como todo ato ou jogo sexual, hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente as crianças ou os adolescentes ou utilizá-los

para obter uma estimulação sexual (Azevedo & Guerra, 1989). É uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução, podendo variar de atos que envolvem contato sexual, com ou sem penetração, a atos em que não há contato sexual, como voyeurismo e o exibicionismo (Araújo, 2002), atingindo, na maioria, o sexo feminino (Kristensen, Oliveira, & Flores, 2000). Segundo a pesquisa sobre violência contra crianças e adolescentes na grande Porto Alegre (Kristensen, Oliveira, & Flores, 2000), nos casos de violência sexual cometida contra meninas, os pais não-biológicos (padrasto e companheiro da mãe) apresentam duas vezes mais chances de serem os abusadores do que pais biológicos. Outros estudos apontam como os principais perpetradores do abuso sexual contra as meninas o pai biológico, o pai adotivo e os irmãos mais velhos, nesta ordem (Araújo, 2002; Everson, Hunter, Runyon, Edelson, & Coulter, 1989; Pires, 2000; Saffioti, 1997).

A violência psicológica ou emocional está presente em todas as formas de violência, ocorrendo quando um adulto constantemente deprecia a vítima, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento psicológico (Pires, 2000). No abuso sexual, a culpabilização e o descrédito no relato da vítima por parte da família pode configurar mais uma violência vivenciada.

A literatura tem destacado os inúmeros prejuízos que a violência doméstica provoca às suas vítimas. Para Zellerhoff (1989), a maioria das crianças vítimas de maus tratos encontra-se com aparência negligente, apresentando desenvolvimento inferior ao esperado para suas idades. Essas crianças podem ser agitadas, hiperativas, desobedientes e desafiadoras, desenvolvendo comportamentos agressivos e provocativos, que por sua vez, poderão ocasionar mais violência do agressor. Podem, também, apresentar-se submissas e hipervigilantes, adaptando-se ao comportamento dos agressores. Na adolescência, a violência pode ocasionar baixa auto-estima, baixo senso de auto-eficácia e sintomas internalizantes, podendo levar a quadros psicopatológicos, como a depressão e, também, a comportamentos destrutivos e auto-destrutivos, agressividade e delinquência. Entre os indicadores de violência sexual, destacados pela literatura, estão alteração ou distúrbio do sono, dor abdominal, enurese, fraco desempenho escolar, depressão, comportamento sexualizado, choro fácil, medo das pessoas em geral e comportamento suicida (Pires, 2000; Polanczyk, Zavaschi, Benetti, Zenker, & Gamerman, 2003).

O abuso sexual é um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento por parte de todos os envolvidos. É difícil para a família, pois a denúncia expõe a violência ocorrida no seu interior, quebrando a cumplicidade silenciosa de seus membros envolvidos. O silêncio, conseguido pelo agressor às custas de ameaças e promessas, contribui para a “cegueira” da

mãe e dos outros membros da família. Esse problema envolve ainda questões legais de proteção e atendimento psicoterapêutico às crianças e aos adolescentes vítimas e punição ao abusador, produzindo uma crise familiar em função da revelação (Araújo, 2002). A vítima, que denuncia a violência, vive uma situação permeada por inúmeros e distintos sentimentos que se misturam, tais como raiva, medo, prazer, culpa e desamparo. Além disso, ela corre o risco de ser desacreditada, insultada, punida e afastada de casa sob a acusação de destruir a unidade familiar, quando é mandada para a residência de um parente, ou mesmo como medida de proteção, quando é afastada por decisão judicial. Da mesma forma, a mãe também pode sentir-se diante de sentimentos ambíguos, negando os indícios e recusando-se em aceitar a traição do marido, sentindo raiva, ciúme e culpa em relação ao abuso (Araújo, 2002).

Os estudos sobre violência intrafamiliar têm destacado o fenômeno da multigeracionalidade (Araújo, 1996; Araújo, 2002; Banyard, 1997; Caminha, 2000; Dixon, Browne, & Hamilton-Giachritsis, 2005; Dixon, Hamilton-Giachritsis, & Browne, 2005; Leifer, Kilbane, & Kalick, 2004). Multigeracionalidade é entendida a partir do fato de adultos, que foram vítimas de violência intencional e repetitiva, possuírem um padrão cognitivo comportamental de funcionamento inadequado baseado na violência, aprendido na infância (Caminha, 2000). Dessa forma, crianças que viveram situações de violência familiar aprendem a usá-la como mediadora de suas relações sociais, tanto na infância quanto na adultez, transformando-se em agressor ou, ainda, não conseguindo proteger seus filhos de uma figura parental agressiva, perpetrando, assim, a violência.

Segundo estudo desenvolvido por Dixon, Browne e Hamilton-Giachritsis (2005), famílias, nas quais um dos pais foi vítima de violência na infância, têm quatro vezes mais chances de maltratar seus filhos do que as famílias cujos pais não possuem história de violência. Os três fatores de risco mais relevantes para a continuidade da multigeracionalidade são (1) idade dos pais menor do que 21 anos; (2) presença ou história de doença mental; e, (3) residir com um adulto violento. Entretanto, esses autores admitem a interação de outras variáveis não consideradas em seu estudo, como a presença de fatores de proteção que poderiam minimizar o efeito de uma variável.

Quanto às habilidades parentais, estudos apontam que as mães com história de abuso na infância demonstram ter habilidades parentais pobres, indicadas pela insatisfação no desempenho do papel de mãe, auto-percepção negativa, expectativas irreais dos filhos, uso de punição física na solução de conflitos com os filhos e pobre qualidade do cuidado direcionado aos mesmos (Banyard, 1997; Dixon, Hamilton-Giachritsis, & Browne, 2005). Pode-se destacar, ainda, que entre as famílias cujos pais foram vítimas de violência,

aqueles que romperam o ciclo de violência apresentaram uma baixa prevalência de fatores de risco e um estilo parental de melhor qualidade associados a outros mecanismos de proteção, em comparação aos pais que não conseguiram romper esse ciclo.

As pesquisas sobre práticas educativas parentais e violência intrafamiliar têm contribuído para o entendimento do fenômeno da multigeracionalidade (Dixon, Hamilton-Giachritsis, & Browne, 2005; Newcomb & Locke, 2001). Práticas educativas parentais são entendidas com a forma dos pais educarem seus filhos em todas as situações cotidianas que envolvam a oportunidade de interação entre a díade pai/mãe e filhos (Hoffman, 1994). A literatura descreve duas técnicas que caracterizam as práticas educativas parentais: as técnicas coercitivas e as técnicas indutivas (Hoffman, 1979, 1994). As técnicas coercitivas utilizam a aplicação ou a ameaça de uso direto de força, coação, punição verbal e privações de privilégios, visando à extinção do comportamento inadequado. E por outro lado, as técnicas indutivas pressupõem o uso de estratégias de orientação baseadas na lógica, auxiliando na compreensão das contingências situacionais e apontando às conseqüências do comportamento sobre as pessoas. Essa técnica visa, além da extinção do comportamento inadequado, à internalização das regras que devem direcionar a conduta do indivíduo (Hoffman, 1979, 1994).

Para Black, Heyman e Slep (2001), os pais abusadores usam, de forma indiscriminada, a punição física, aumentando os riscos da manifestação de comportamentos agressivos ou de distúrbios afetivos em crianças e adolescentes inseridos nessas famílias. Estudo com jovens infratores e não infratores aponta que as mães do grupo infrator utilizam mais freqüentemente punição física, reforçamento do comportamento inadequado e não interferência, e menos freqüentemente castigo ou privação de privilégio, quando comparadas com as mães do grupo não infrator (Pacheco, 2005). Esses dados indicam que as mães dos jovens infratores recorrem mais ao emprego de estratégias que podem prejudicar a adaptação psicológica desses adolescentes, além de não impedir a ocorrência de problemas de comportamento. Dessa forma, é possível observar que o uso de técnicas coercitivas como principal estratégia de socialização infantil e a ausência de interlocução entre os membros da família podem trazer conseqüências negativas para o desenvolvimento emocional das crianças e para o estabelecimento de interações futuras (Reppold, Pacheco, Bardagi, & Hutz, 2002; Reppold, Pacheco, & Hutz, 2005), contribuindo para a multigeracionalidade.

O estudo desenvolvido por Leifer, Kilbane e Kalick (2004) busca explorar diferenças entre quatro grupos de mãe: (1) mães com história de abuso sexual e filhos abusados (continuidade do abuso); (2) mães sem história de abuso sexual e filhos abusados

(descontinuidade do não-abuso); (3) mães com história de abuso sexual e filhos não-abusados (descontinuidade do abuso); e, (4) mães sem história de abuso e filhos não-abusados (continuidade do não-abuso). Nesse estudo, as mães com história de abuso e com filhos abusados (grupo 1) relataram menos anos vividos ao lado de seus pais, mais relações negativas/inconsistentes e menos continuidade no seu cuidado na infância. Além disso, as mães desse grupo apresentaram menos apego seguro e mais relatos de vitimização na adultez do que as mães dos outros três grupos. Esse panorama aponta para importantes características dessas mães, podendo estar associadas à vulnerabilidade para o abuso de seus filhos, perpetuando o ciclo de violência (Leifer, Kilbane, & Kalick, 2004). O estudo destaca, ainda, que as mães com história de abuso e que possuem filhos não-abusados constituem o grupo de mães com características de resiliência, superando os efeitos negativos da vivência da violência. A resiliência é atribuída à capacidade dessas mães de desenvolverem apego seguro na adultez, sugerindo um modelo positivo de ego internalizado e a capacidade de desenvolver relacionamentos saudáveis. São mães cientes de suas experiências negativas na infância e da pouca qualidade de suas relações com suas mães. As características de resiliência dessas mães, segundo Leifer, Kilbane e Kalick (2004), atuaram como fatores de proteção, visto que reduziram o risco da continuidade da multigeracionalidade.

Everson, Hunter, Runyon, Edelsohn e Coulter (1989) reforçam a importância do apoio materno, no momento da revelação do abuso sexual, para o funcionamento psicológico geral da criança e que esse apoio está fortemente vinculado à condição atual de relacionamento entre o agressor e a mãe. Esse estudo mostra que aquelas crianças, que haviam recebido nenhum ou baixo nível de apoio, apresentam significativamente maiores níveis de psicopatologia e distúrbios psicológicos do que as crianças de mães apoiadoras e apoiadoras ambivalentes. Da mesma forma, mães são extremamente apoiadoras quando o agressor é o ex-esposo ou o ex-companheiro, e menos apoiadoras quando o agressor é o companheiro atual.

A partir dessas considerações, é possível observar que, em alguns casos, a família não desempenha o papel de fornecedora de apoio e proteção, colocando em risco o desenvolvimento e o bem-estar de suas crianças e adolescentes. Nesses casos, tornam-se necessárias medidas de proteção, conforme preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), sendo a medida de abrigamento uma das opções mais utilizada na realidade brasileira.

#### **4.1.2 Instituições de Abrigo: Considerações a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano**

A literatura afirma que a institucionalização pode se constituir tanto como fator de risco quanto de proteção para as crianças e adolescentes abrigados, não havendo um consenso (Siqueira & Dell’Aglío, no prelo). Alguns autores acreditam que o ambiente institucional não se constitui no melhor ambiente de desenvolvimento, pois o atendimento padronizado, o alto índice de criança por cuidador, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo são alguns dos aspectos relacionados aos prejuízos que um período prolongado de abrigo pode operar no indivíduo (Carvalho, 2002). Entretanto, outros estudos destacam as oportunidades oferecidas pelo atendimento institucional, salientando que, em casos de situações ainda mais adversas na família, o abrigo pode ser um contexto propício para o desenvolvimento (Dell’Aglío, 2000), proporcionando a recuperação e o crescimento psicológico (Clarke & Clarke, 1976, em Bronfenbrenner, 1979/1996).

Entretanto, estudos contemporâneos têm convergido em destacar o aspecto protetivo que um período de institucionalização pode proporcionar. São estudos que, diferente dos mais antigos, utilizaram métodos de investigação científicos diferenciados, como entrevistas e instrumentos psicológicos, partindo, em especial, da perspectiva das crianças e jovens abrigados, e de observações sistematizadas. Por exemplo, no Brasil, nas últimas décadas, os estudos desenvolvidos em instituições de abrigo têm demonstrado que os adolescentes abrigados perceberam a vivência institucional como um evento de vida positivo, capaz de proporcionar segurança e proteção (Altoé, 1993; Arpini, 2003; Dell’Aglío, 2000). Além disso, as crianças institucionalizadas apresentaram comportamentos pró-sociais e de ajuda recíproca (Martins & Szymanski, 2004); o abrigo foi indicado como o contexto onde os jovens abrigados possuíam relações mais satisfatórias em comparação a outros contextos, como família, escola, amigos e parentes (Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, no prelo) e, o tempo de institucionalização foi associado à diminuição de indicadores de problemas emocionais em crianças e adolescentes de sete a 13 anos (Pasian & Jacquemin, 1999).

Para Siqueira e Dell’Aglío (no prelo), além da mudança no modo de abordagem e de investigação do contexto institucional, esses estudos diferenciam-se dos mais antigos, também, por lançar mão de teorias mais adequadas para a análise desse contexto, tal como a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH, Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Para a TBDH, o contexto é considerado importante para

o desenvolvimento, como também os processos desenvolvimentais ocorridos. Além disso, essa teoria possibilita que as particularidades desenvolvimentais vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes, que se desenvolvem nesse contexto diferenciado, sejam enfatizadas, e não os déficits encontrados em função da comparação com crianças e adolescentes que se desenvolvem em contextos culturalmente esperados (Santana, 2003). Dessa forma, a TBDH tem sido usada para reconhecer os processos evolutivos e os múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento humano. Nesta abordagem, a pessoa em desenvolvimento está em interação bidirecional, dinâmica e constante com o ambiente.

O modelo bioecológico (*PPCT*) é uma estratégia teórico-metodológica que tem como objetivo o estudo científico do desenvolvimento humano no contexto e através do tempo, a partir da interação de quatro núcleos inter-relacionados: a *pessoa*, o *processo*, o *contexto* e o *tempo*, investigando as causas e os processos que influenciam o desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1986, 1989; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Em primeiro lugar, o modelo considera crucial definir a *pessoa* cujo desenvolvimento está sendo investigado, suas características individuais, físicas e psicológicas. O *processo* é destacado como o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento, sendo visto através de interações recíprocas, progressivamente mais complexas, de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução com as pessoas, objetos e símbolos de seu ambiente imediato (Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998). O modelo passa, então, a avaliar o *contexto* no qual o desenvolvimento ocorre, as pessoas presentes e seus papéis como fontes de apoio. É analisado através da interação dos quatro níveis ambientais, que constitui o ambiente ecológico do indivíduo em desenvolvimento: *microssistema*, *mesossistema*, *exossistema* e *macrossistema*.

O ambiente ecológico é entendido por Bronfenbrenner (1979/1996) como um sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas, que vai desde o contato mais íntimo da criança com o responsável pelos seus cuidados, até os ambientes de contextos sociais mais amplos, como escola, abrigo, vizinhança e cultura, por exemplo. O primeiro nível é chamado de *microssistema*, estando relacionado ao efeito de influências proximais, ambientais e orgânicas que advém do interior do indivíduo, de suas características físicas, de objetos e de pessoas do ambiente imediato, que caracterizam a relação face-a-face. Para as crianças e os adolescentes que vivem com suas famílias, o ambiente familiar constitui o seu microssistema central, e para aquelas que vivem em instituição de abrigo, a própria instituição passa a constituir o principal microssistema de seu ambiente ecológico (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). O *mesossistema* refere-se aos elos e aos processos entre dois ou mais *microssistemas*, nos quais os indivíduos se desenvolvem. Desta forma, o

mesossistema das crianças e dos adolescentes abrigados consiste nas interações entre o próprio abrigo e a sua família de origem, entre a escola e o abrigo, como também entre a família de origem e seus parentes, vizinhos, um programa social no qual a família participa, entre outros. O *microsistema* e o *mesossistema* representam os ambientes cujos níveis de relação são proximais, suas influências são mais evidentes, sendo fundamentais para os processos desenvolvimentais. Aqueles ambientes nos quais o indivíduo não participa diretamente, mas recebe influência indireta, estão em seu *exossistema*. Portanto, a direção do abrigo, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos de crianças e adolescentes, por exemplo, são instâncias que podem constituir o *exossistema* de crianças e adolescentes abrigados (Santana, 2003). O *macrossistema*, por sua vez, é o sistema mais amplo, abrangendo os valores, as ideologias, o estilo de vida e a organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura. Quanto à institucionalização, o estigma social, carregado de valor pejorativo e depreciativo, associado aos valores culturalmente esperados, podem ser considerados elementos integrantes do *macrossistema* dessas crianças e adolescentes. Estes elementos estão presentes no modo como os monitores da instituição lidam com eles, no modo como a professora ensina a criança abrigada, ou ainda, na forma como uma adolescente que vive em instituição relaciona-se com outra adolescente que vive com sua família. E, por fim, o modelo bioecológico destaca o *tempo*, que permite analisar a influência para o desenvolvimento humano de mudanças e continuidades que acontecem ao longo da vida (Bronfenbrenner, 1986). Assim, a análise do tempo deve focalizar a pessoa em relação aos acontecimentos de sua vida, desde os mais próximos até os mais distantes, como grandes acontecimentos históricos. De acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998), as mudanças que ocorrem através do tempo nas quatro propriedades do modelo bioecológico são produtos e produtores de mudanças históricas.

Para Bronfenbrenner (1979/1996), a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a relação afetiva estável são características de interação com díades ou estruturas interpessoais mais complexas que permitem o desenvolvimento saudável. A reciprocidade está centrada no processo proximal que ocorre entre duas ou mais pessoas. Com seu *feedback* mútuo, também gera um momento próprio que motiva os participantes a perseverarem e a se engajarem em padrões de interação subseqüentemente mais complexos (Bronfenbrenner, 1979/1996). Além disso, geralmente resulta numa aceleração do ritmo e num aumento da complexidade dos processos de aprendizagem. Segundo De Antoni (2002), é possível relacionar a reciprocidade nas relações familiares à coesão, assim, sempre que há reciprocidade, há coesão.

Mesmo que haja reciprocidade, um dos participantes pode ser mais influente do que o outro, estabelecendo o equilíbrio de poder (Bronfenbrenner, 1979/1996). O equilíbrio de poder é importante por vários motivos. Um deles é que ajuda a pessoa em desenvolvimento a aprender a conceitualizar e a lidar com relações de poder diferenciais. Essa aprendizagem proporciona de forma simultânea o desenvolvimento cognitivo e social, pois as relações de poder caracterizam os fenômenos físicos e sociais vivenciados pela pessoa em crescimento numa variedade de ambientes ecológicos, ao longo de sua vida. Um outro motivo é que uma situação ótima para a aprendizagem e desenvolvimento é aquela em que o equilíbrio do poder gradualmente é alterado em favor da pessoa em desenvolvimento, ou seja, uma crescente oportunidade de exercer controle sobre uma situação lhe é possibilitada.

A relação afetiva estável é estabelecida à medida que os participantes se envolvem em interação diádica, possibilitando o desenvolvimento de sentimentos de uns para os outros. Tais sentimentos podem ser mutuamente positivos, negativos, ambivalentes ou assimétricos (Bronfenbrenner, 1979/1996). Além disso, a aprendizagem e o desenvolvimento da família são facilitados quando existe estabilidade e mutualidade de sentimentos positivos entre as pessoas. Na medida em que são positivas e recíprocas no início, sendo cada vez mais positivas, é possível que incrementem o ritmo e a probabilidade de ocorrência dos processos desenvolvimentais.

Todas as relações que o indivíduo estabelece com as outras pessoas, advindas dos diversos microssistemas nos quais transita, como família, amigos, escola, abrigo, entre outros, podem apresentar diferentes níveis de reciprocidade, relação de poder e afeto, além de potencial fornecedor de apoio. As diferentes configurações do microssistema e do mesossistema correspondem às redes de apoio social, importantes pelo seu efeito moderador no desenvolvimento. A rede de apoio social e afetivo da criança é constituída por professores, tios, avós, amigos, além do grupo familiar.

A Teoria Bioecológica destaca a importância das transições que ocorrem no ambiente ecológico, as chamadas transições ecológicas, consideradas ao mesmo tempo produto e produtor de mudanças desenvolvimentais (Bronfenbrenner 1979/1996). As transições ecológicas correspondem a uma função conjunta de mudanças biológicas e circunstanciais, ocorrendo sempre que a posição do indivíduo no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente ou ambos. Ao longo do desenvolvimento, é possível distinguir duas formas de transição: normativa ou não-normativa. As transições normativas são aquelas esperadas pelos indivíduos e experienciadas pela maioria das pessoas, como a adolescência, o casamento, a parentalidade, entre outras. As transições não-normativas estão relacionadas a eventos

inesperados, como morte, uma doença, uma mudança de residência ou cidade, ou ir para um abrigo, por exemplo. As transições normativas e não-normativas são entendidas como processos que resultam em uma reorganização qualitativa, tanto em nível psicológico quanto comportamental (Bronfenbrenner, 1986), além de serem geradoras de mudanças na percepção de si mesmo e dos outros e no estabelecimento de relações. Um indivíduo, ao longo de seu ciclo vital, vivencia inúmeros exemplos de transições ecológicas, consideradas exemplos claros do processo de mútua acomodação entre o organismo e seu ambiente. Bronfenbrenner (1989) destaca a necessidade de investigar o impacto dos eventos de vida ao longo do desenvolvimento, e para isso, buscar avaliar períodos curtos e longos, como também antes e depois dessas experiências.

O desenvolvimento humano, para Bronfenbrenner (1979/1996, 2004), consiste no processo através do qual a pessoa em desenvolvimento adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, de forma contínua e processual. O desenvolvimento envolve uma mudança efetiva e não ligada à situação ou às características do indivíduo, implicando uma reorganização que tem certa continuidade ao longo do tempo e do espaço.

Uma concepção ecológica de *desenvolvimento-no-contexto* tem implicações para o método e para o planejamento de pesquisa. Essa concepção atribui importância ao construto “validade ecológica”, entendida como a extensão em que o meio ambiente experienciado pelos participantes em uma investigação científica tem as propriedades supostas e presumidas pelo investigador. Esse conceito alerta para a importância de considerar a maneira pela qual a situação de pesquisa foi percebida e interpretada pelos participantes do estudo, evitando a possibilidade de interpretações errôneas pelo pesquisador. Além da validade ecológica nos estudos científicos, Bronfenbrenner (1979/1996) ressalta a importância de contrastes ecológicos, incluindo um maior número possível de características dos contextos e variáveis relacionadas com o fenômeno investigado. Assim, o que vale em uma investigação ecológica é a sua orientação ecológica, através de uma análise das características dos ambientes que influenciam na direção dos resultados. Dessa forma, os pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Bioecológica (Bronfenbrenner, 1979/1996, Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998) nortearam todas as etapas de realização dessa pesquisa, contribuindo para o entendimento contextualizado do processo de reinserção familiar.

### 4.1.3 Reinserção Familiar

A reinserção familiar de crianças e adolescentes abrigados parece não ser foco de estudo no Brasil, tendo em vista que não se encontrou nenhum artigo sobre esse tema em periódicos brasileiros indexados (*Index Psi, Scielo e Lilacs*), a partir das seguintes palavras-chave: instituições de abrigo, institucionalização, retorno à família e reinserção familiar. Esse fato pode estar relacionado à dificuldade de conhecer e acessar as crianças e adolescentes nessa situação, e posterior localização, quando já se encontram com suas famílias de origem. No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) contempla a questão da reinserção familiar ao definir o abrigamento como medida de proteção excepcional e temporária, estabelecendo que toda a criança e o adolescente têm o direito à convivência familiar, tanto junto à sua família de origem quanto a uma família substituta. Além disso, os abrigos devem promover a preservação dos vínculos familiares (Art. 92), a avaliação periódica dos casos, além de comunicar à autoridade judiciária os casos em que o reatamento seja impossível ou inviável e manter um programa de acompanhamento de egressos (Art. 94).

Para Silva (2004), no que tange à discussão sobre o direito à convivência familiar das crianças e adolescentes em situação de risco, a preservação da criança ou do adolescente na família de origem deve ser tomada como prioridade, a fim de evitar a separação e os problemas associados. Contudo, sendo a separação inevitável, é preciso trabalhar em prol da manutenção do vínculo familiar e de uma reintegração rápida, para que essas crianças e adolescentes sintam-se inseridos em um ambiente familiar. Entretanto, o direito à convivência familiar não tem sido garantido, sobretudo com crianças e adolescentes de famílias empobrecidas. As maiores dificuldades para o retorno das crianças e adolescentes às suas famílias de origem, relatadas pelos dirigentes de abrigos no “Levantamento Nacional dos Abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada” (Silva, 2004), foram (1) as precárias condições socioeconômicas (35,45%), (2) a fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar (17,64%), (3) a ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar (10,79%), (4) o envolvimento com drogas (5,65%); e, (5) a violência doméstica (5,24%). Além disso, Silva (2004) destaca que é importante que as políticas públicas, os agentes sociais e as instituições que oferecem serviços para essa população considerem e respeitem a diversidade dos arranjos familiares encontrados. A partir do fortalecimento e da valorização desses novos arranjos familiares, é possível evitar a separação drástica entre os membros, rompendo com a tradição das políticas públicas que priorizam a

institucionalização em detrimento de políticas de reconstrução e de fortalecimento dos vínculos familiares (Rizzini & Rizzini, 2005; Silva, 2004).

Em base de dados de artigos em periódicos internacionais (*PsycInfo*), foram encontrados artigos que avaliavam a reunificação familiar de crianças e adolescentes que viviam sob cuidados substitutos. Assim, foi possível aprofundar teórica e metodologicamente o tema em estudo, interagindo com os resultados encontrados no estudo de caso. Contudo, é necessário chamar a atenção para as diferenças culturais entre os países, a fim de não transpor os achados internacionais à realidade brasileira. Por exemplo, nos Estados Unidos não há abrigos de médio e grande porte como existem ainda no Brasil. Os cuidados substitutos, ou não-familiares, são realizados por famílias que recebem recurso financeiro para fornecer esse atendimento. Além disso, parece haver uma rede preventiva e de assistência social oferecida pelo governo, com diversos serviços e diferentes tipos de tratamentos e treinamentos, como o tratamento para drogadição e o treinamento de habilidades parentais (Eamon & Kopels, 2004; Landy & Munro, 1998). Apesar das diferenças indicadas, alguns estudos internacionais trazem contribuições sobre essa temática, discutindo a reunificação familiar.

A reunificação familiar de crianças e adolescentes com suas famílias de origem constitui uma área complexa e delicada no que tange às políticas e às práticas do bem estar da criança. É definida como reunião física de crianças e adolescentes, que estavam sob cuidados não-familiares, com suas famílias de origem (Maluccio, Abramczyk, & Thomlison, 1996). Já Williams (1996) propõe um entendimento mais amplo, enquanto reunificação psicológica, dizendo que promover a reunificação familiar é agir em prol da conservação dos laços afetivos familiares e do sentimento de conexão da criança ou adolescente com os membros da sua família, mesmo antes da reunião física.

A partir da década de 1980, a legislação norte-americana passou a focalizar o plano de permanência da criança dentro da família (Maluccio, Abramczyk, & Thomlison, 1996; Pine & Warsh, 1996), visto que o cuidado substituto (*foster care*) estava sendo utilizado de forma indiscriminada, as falhas provocavam muitas mudanças de lugar entre os internos e, uma vez inseridos nesse sistema de cuidado substituto, as crianças e adolescentes passavam a ser negligenciados. A partir disso, a legislação traçou um plano de opções que deveriam ser seguidas: (1) prevenir a saída de crianças e adolescentes de casa; (2) se a saída dos mesmos não puder ser prevenida, o retorno à família de origem deverá ser o mais rápido e seguramente possível; e, (3) se não for possível o retorno seguro, outro plano deverá ser traçado o mais rápido possível, como adoção e moradia independente, esse último no caso de adolescentes mais velhos. Entretanto, pesquisadores vislumbraram

inúmeras dificuldades nesse funcionamento, destacando a necessidade de investimento em pesquisas, dada a complexidade do fenômeno (Courtney & Wong, 1996; Davis, Landsverk, Newton, & Ganger, 1996; Eamon & Kopels, 2004; Karoll & Poertner, 2003; Maluccio, Abramczyk, & Thomlison, 1996).

Estudos têm destacado a pobreza como o principal fator de risco para a saída de casa, sendo considerada, em muitos casos, o único motivo e, posteriormente, o principal obstáculo para a reinserção familiar (Courtney & Wong, 1996; Eamon & Kopels, 2004), fator apontado também por Silva (2004). Nos casos em que há somente a ausência de condições econômicas adequadas, o fornecimento de recursos financeiros e materiais poderia prevenir a separação de crianças e adolescentes de suas famílias, além de representar melhor custo-benefício para o Estado, se comparado aos custos dos cuidados substitutos. O estudo longitudinal de Courtney e Wong (1996), com um *cohort* de crianças e adolescentes retiradas de casa e sob cuidados substitutos ( $n=8.625$ ), indicou que 86% retornaram para família de origem, sejam para os pais biológicos ou para parentes próximos. O estudo destacou que a maioria dessas famílias era de origem negra e com condições socioeconômicas limitadas. As crianças mais velhas tenderam a retornar para as suas famílias pelo menos dois anos depois de sair de casa, e as mais novas e de origem branca, a serem adotadas. Davis, Landsverk, Newton e Ganger (1996), da mesma forma, chamaram a atenção para a variável raça em seu estudo sobre reunificação familiar. Nesse estudo, as crianças e os adolescentes de origem afro-americana apresentaram mais chances de não receberem visitas dos pais durante o período de separação, e de não voltarem para casa, se comparados às crianças e aos adolescentes de origem anglo-americana e hispânica.

As visitas freqüentes dos pais às crianças retiradas de casa foram consideradas um poderoso fator para a efetivação da reunificação familiar (Davis, Landsverk, Newton, & Ganger, 1996). Nesse estudo, as crianças e adolescentes que receberam visitas dos pais, conforme recomendado pela Assistência Social, tiveram mais chances de voltarem para casa do que aqueles que receberam menos visitas (freqüência abaixo do recomendado). Além disso, as crianças com mais possibilidade de voltarem para casa eram as anglo-americanas e hispânicas que possuíam dois pais, sendo pelo menos um biológico; e que foram visitadas pelas mães, conforme recomendado.

Com o objetivo de avaliar a efetividade de um programa de preparação para a reinserção familiar, Landy e Munro (1998) investigaram 13 crianças e suas famílias, durante os 12 meses do programa. Esse programa incluía tratamento e suporte social direcionados aos pais naturais e uma progressiva aproximação das crianças com suas famílias de origem, com a ajuda dos pais substitutos. Destacaram que o primeiro obstáculo

foi o baixo número de crianças e famílias preparadas para a reinserção familiar, que ingressaram no programa, sendo que apenas quatro dos 13 casos (31%) completaram-no e retornaram para suas famílias de origem. Através de uma análise de regressão, as variáveis que explicaram 92% da efetividade do programa foram: melhores condições socioeconômicas da família, menor número de mudanças residenciais, ausência de problemas de saúde dos pais e menor número de fatores de risco na família.

Para Farmer (1996), os fatores relacionados a uma reinserção familiar bem sucedida foram a permanência da criança ou adolescente em um único lugar específico durante o período de afastamento da família de origem; no caso da saída de irmãos, a permanência no mesmo lugar e a reunificação de todos, e a continuidade do contato com os cuidadores substitutos após a reunificação. A importância desse último aspecto relatado está no fato de que a manutenção dos vínculos formados com cuidadores substitutos poderia operar positivamente nesse processo de adaptação, facilitando a restauração dos vínculos dessas crianças e adolescentes com seus cuidadores familiares. Além disso, os cuidadores substitutos poderiam também operar como fornecedores de apoio social e afetivo, um fator de proteção fundamental para o enfrentamento de situações adversas (Brito & Koller, 1999; Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996).

O estudo de Festinger (1996) foi elucidativo ao apontar os fatores de risco familiares, presentes nos processos de reunificação, que poderiam levar ao reabrigamento (reincidência). Esse estudo acompanhou, durante mais de dois anos, 210 crianças, que estavam voltando para casa após um período de afastamento, e suas famílias de origem, destacando quais fatores são importantes nesse processo e relevantes para a reincidência. Entre os resultados, destaca-se que a permanência menor de um ano está fortemente correlacionada à reincidência, como também aquelas crianças que já tinham saído de casa possuem mais possibilidades de reincidir. Das 210 crianças, 41 casos (cerca de 19,5%) reincidiram durante o período de acompanhamento, sendo que os principais motivos descritos nos prontuários para o reingresso foram: abuso de álcool ou outras substâncias pelos pais, episódios de abuso, negligência e hostilidade direcionados à criança, dificuldades quanto ao desempenho da parentalidade e não comprometimento em tratamento ou recusa de apoio externo. Os fatores de risco mais relevantes para a reincidência foram: (1) habilidades parentais pobres; (2) ausência ou pobre apoio social; (3) recusa de serviços externos necessários, como um programa de treinamento de habilidades parentais; e, (4) idade da criança (seis anos de idade associado a dois ou mais problemas dos cuidadores). Os dois primeiros fatores apareceram como preditores estatisticamente significativos, enquanto os dois últimos como uma tendência estatística.

A partir dessas considerações teóricas, é possível constatar a necessidade de desenvolver estudos sobre o desligamento institucional e a reinserção familiar, visto a carência de estudos dessa natureza no Brasil. Esses estudos podem contribuir para a produção e o planejamento de políticas públicas que busquem o acompanhamento dos processos de reinserção, valorizando o papel da família e fortalecendo os vínculos familiares. Dessa forma, o objetivo geral desse estudo foi compreender o processo de reinserção familiar, a partir de um estudo de caso único de uma adolescente que esteve abrigada. Os objetivos específicos desse estudo foram:

- a) Compreender os fatores de risco e proteção atuantes no processo de reinserção familiar de uma adolescente;
- b) Verificar a percepção da adolescente, em processo de reinserção familiar, quanto à sua rede de apoio social e afetivo, considerando a estrutura e a funcionalidade da mesma;
- c) Investigar a percepção da adolescente institucionalizada, em processo de reinserção familiar, quanto à coesão e hierarquia da família de origem;
- d) Verificar o processo de reinserção familiar, observando como se dá o restabelecimento das relações da adolescente com a rede de apoio social e afetivo no contexto familiar.

## **4.2 Método**

### **4.2.1 Delineamento**

Esse estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa e longitudinal, cujo delineamento foi de Estudo de Caso Único (Yin, 2003/2005). Esse delineamento possibilitou o estudo aprofundado de um caso de reinserção familiar de uma adolescente. Um estudo de caso único longitudinal permite estudar o mesmo caso dois ou mais pontos diferentes do tempo, especificando como certas condições mudam entre os intervalos de tempo selecionados (Yin, 2003/2005).

Assim, tomando como base teórico-metodológica o modelo bioecológico da Teoria Biecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner & Morris, 1998), foi possível investigar o *desenvolvimento-no-contexto* e incluir o maior número de variáveis relacionadas com o tema e a partir de diferentes fontes de informação (triangulação), durante um período de tempo de cinco meses. A triangulação dos dados na pesquisa

qualitativa é considerada de fundamental importância para a compreensão do fenômeno, além de contribuir para a sua validade externa (Barker, Pistrang, & Elliot, 1994; Creswell, 1994). O processo de reinserção familiar foi o principal foco de análise, juntamente com as seguintes unidades inter-relacionadas: experiência de abuso, vivência institucional, rede de apoio social e afetivo, coesão e hierarquia da família de origem, fatores de risco e proteção e características de resiliência da participante. Além disso, o caso único foi analisado de acordo com as proposições teóricas e os objetivos dessa pesquisa, avaliando o processo de reinserção de forma longitudinal.

#### 4.2.2 Participante

Participou deste estudo uma adolescente de 12 anos, que será chamada pelo nome fictício de Manuela. Ela possui uma estrutura corporal robusta, estatura média e pele negra, sendo a primogênita de oito irmãos. Sua família é composta por 10 membros, apresentando condições socioeconômicas desfavorecidas. Foi abrigada em função da suspeita de abuso sexual por parte do padrasto, em um abrigo não-governamental, durante seis meses. Atualmente, Manuela frequenta a terceira série do Ensino Fundamental de uma escola pública.

#### 4.2.3 Instrumentos

Foram utilizados instrumentos padronizados e entrevistas semi-estruturadas no processo de coleta de dados, nas diferentes etapas do estudo, conforme a Tabela 1. Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com a participante do estudo, com sua mãe, com uma monitora da instituição de abrigo, e entrevistas informais com uma de suas professoras da escola que frequentou antes de ser abrigada pela segunda vez e com a assistente social de uma Organização Não-Governamental (ONG). Foram também coletados dados junto ao prontuário da família, disponibilizado pelo Conselho Tutelar, e ao prontuário de Manuela, no abrigo. Além disso, foram aplicados o *Family System Test* (Gehring, 1993) e o Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998), com o objetivo de conhecer a percepção da participante de coesão e hierarquia familiar e rede de apoio social e afetivo.

Tabela 5. *Etapas da Coleta de Dados e Instrumentos Utilizados*

<b>Primeira Etapa</b> Três meses após o retorno	<b>Segunda Etapa</b> Quatro meses após o retorno	<b>Terceira Etapa</b> Seis meses após o retorno	<b>Quarta Etapa</b> Um mês após o reabrigamento
Entrevista com a adolescente (Anexo C)	Entrevista com a adolescente (Anexo G)	Entrevista com a adolescente (Anexo H)	Entrevista com a adolescente (Anexo J)
Aplicação do FAST para a adolescente (Anexo D)	Entrevista com a técnica da ONG	Aplicação do Mapa Cinco Campos para a adolescente (Anexo A)	
Entrevista com a sua mãe (Anexo E)		Entrevista com a sua mãe (Anexo I)	
Entrevista com uma monitora (Anexo F)		Consulta ao prontuário do Conselho Tutelar	
Entrevista com a técnica da ONG		Entrevista com uma de suas professoras	
Consulta aos prontuários do abrigo		Entrevista com a técnica da ONG	

#### 4.2.3.1 Entrevistas Semi-Estruturadas

As entrevistas semi-estruturadas (Anexos C, E, F, G, H, I, J) objetivaram coletar os dados bioecológicos da participante e de sua família, durante o processo de reinserção familiar e de reabrigamento. Com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Bronfenbrenner, 2004), no que tange à *pessoa*, verificaram-se suas características individuais, como idade, escolaridade, seu desempenho escolar, suas percepções quanto à família, escola e instituição de abrigo. Quanto aos *processos*, investigou-se a sua saída da família de origem, os seus relacionamentos anteriores à institucionalização, o processo de institucionalização, o comprometimento da família neste processo, o processo de desligamento institucional e a reinserção familiar, as relações afetivas e de poder estabelecidas, entre outros. Em relação ao *contexto*, foram levantados os aspectos relacionados aos diferentes contextos nos quais Manuela transitava, como os microssistemas da família (como a família reagiu à revelação do abuso, ao abrigamento e ao seu retorno), da escola (suas interações no contexto escolar, com seus colegas e professores, assiduidade, entre outros), da ONG (suas interações com colegas e professores da ONG, por exemplo) e do abrigo (suas interações com monitores, outras crianças e adolescentes abrigados e funcionários do abrigo, sua percepção quanto ao afastamento da família, por exemplo). Buscou-se investigar as interações entre esses

*microsistemas*, como entre a escola e a família, a ONG e o abrigo, constituindo seu *mesossistema*; compreender as iniciativas e decisões a nível de *exossistema*, como as da ONG, do Conselho Tutelar e do Juizado da Infância e Adolescência; e os valores e costumes culturais que permeiam a vida dessa adolescente, como o estigma social relacionado ao abrigo e as práticas educativas vigentes, investigando seu *macrossistema*. E por fim, quanto ao *tempo*, foram observados os relatos dos acontecimentos da história familiar, através de seu cotidiano, sua rotina e seus eventos de vida positivos e negativos, durante os cinco meses em que o trabalho foi desenvolvido. As entrevistas semi-estruturadas foram gravadas em fita k-7 e posteriormente transcritas para a análise qualitativa.

#### 4.2.3.2 *Family System Test* – FAST

O *Family System Test* – FAST (Gehring, 1993; Gehring, Marti, & Sidler, 1994; Anexo D) é um instrumento projetado para representar a percepção da coesão e da hierarquia (poder) nas famílias como um todo, e nos subsistemas familiares, como relações entre pais, irmãos e entre pais e filho. Pode ser usado com crianças e adultos, individualmente ou em grupo. É composto por um tabuleiro monocromático, dividido em 81 quadrantes, nos quais podem ser colocadas figuras femininas e masculinas de 8 cm, que representam os membros da família. Também são disponibilizados blocos cilíndricos de três diferentes alturas (1,5 cm, 3 cm e 4,5 cm), que podem ser colocados sob as figuras. Esse instrumento mede coesão pela distância entre as figuras, e hierarquia pela altura dos blocos colocados embaixo das figuras. Segundo Gehring, Marti e Sidler (1994), os membros de famílias bem-ajustadas percebem suas relações interpessoais como coesas e moderadamente hierárquicas.

Na aplicação do instrumento, o participante é solicitado a representar sua família, a partir de sua percepção subjetiva, em três situações distintas: típica, ideal e em situação de conflito. Gehring e Marti (1993) compreendem a relação entre coesão e hierarquia como uma “estrutura relacional”, elaborando um esquema demonstrado na Figura 1. O FAST (Gehring, 1993; Gehring, Marti, & Sidler, 1994) foi utilizado na primeira etapa da coleta (três meses de reinserção familiar) para investigar a percepção de Manuela quanto à coesão e hierarquia de sua família.

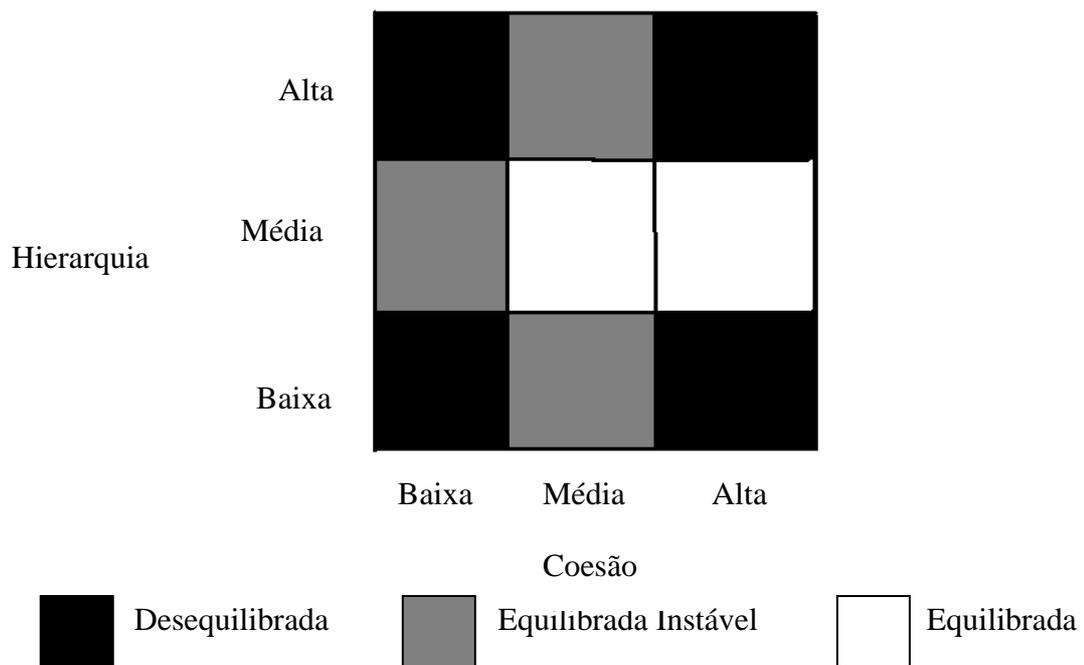


Figura 2. Estrutura Relacional (Gehring & Marti, 1993)

Dessa forma, em cada uma das representações, pode-se classificar a estrutura familiar em “balanceada” ou “não-balanceada”. A estrutura balanceada é aquela na qual a família apresenta estrutura relacional equilibrada, com boa coesão (quando não existe espaço vazio entre as figuras na prancha ou os membros estão dentro de um quadrante três por três) e hierarquia equilibrada (quando a diferença entre a maior altura e a menor é igual a um). Qualquer outra combinação, em que a estrutura relacional seja desequilibrada ou equilibrada instável, configura-se como estrutura “não-balanceada”.

O FAST (Gehring, 1993; Gehring, Marti, & Sidler, 1994) representa uma tentativa de desenvolver um método de representação simples e flexível o suficiente para ser aplicado em muitas situações, como também permite análises qualitativa e quantitativa dos padrões de relação. Durante cada representação, é realizada uma entrevista semi-estruturada que aborda os dados subjetivos das representações, constituindo-se de perguntas específicas para cada participante. A duração total de aplicação é de 40 minutos.

#### 4.2.3.3 Mapa dos Cinco Campos

O Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998; Anexo A) possibilita avaliar a rede de apoio social e afetivo em termos de estrutura e função. A estrutura refere-se à existência da rede, podendo ser medida por

seu tamanho e composição. A função direciona-se às características e qualidades das relações existentes na rede, através da satisfação e da qualidade dos vínculos afetivos presentes na rede de apoio social e afetiva (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996). Esse instrumento foi utilizado na terceira etapa de coleta (seis meses após a reinserção) com a participante, a fim de entender sua percepção de rede de apoio social e afetivo.

Este instrumento consiste em um quadro de feltro, no qual são fixadas figuras com base de velcro que correspondem a adultos, adolescentes e crianças, de ambos os sexos. Nesse quadro, estão desenhados seis círculos concêntricos, que representam os níveis de proximidade do participante, o qual se encontra ao centro; e estão subdivididos em cinco campos: Família, Amigos, Parentes, Escola e Outros Locais (Anexo A). Tendo em vista que a participante desse estudo foi institucionalizada, o campo Abrigo foi acrescentado e optou-se por reunir os campos Amigos e Parentes, preservando, dessa forma, os cinco campos. A participante foi solicitada a colocar as pessoas que fazem parte da sua vida em cada um desses campos, sendo que quanto mais satisfatório o relacionamento é percebido, mais próximo do centro a pessoa será colocada. No quinto nível, o nível mais externo, o participante pode colocar as pessoas com as quais percebe que o relacionamento é insatisfatório. É observada, ainda, a presença de conflitos e rompimentos em cada contato mencionado, em cada campo.

A estrutura da rede foi avaliada através do (1) o número total de pessoas por nível de proximidade; (2) por campo; e, (3) em toda a rede. A qualidade dos vínculos (função) foi avaliada a partir (1) da colocação das pessoas nos círculos adjacentes ao centro: o primeiro e o segundo níveis correspondem às relações mais próximas, o terceiro e o quarto níveis correspondem às relações mais distantes, e o último nível (periférico) corresponde aos contatos insatisfatórios; (2) da frequência das relações caracterizadas por conflitos e rompimentos; (3) da qualidade da relação com as figuras parentais (mãe e padrasto) e irmãos; e, (4) do Fator de Proximidade por campo. O Fator de Proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido através da localização dessas pessoas em relação ao círculo central. Para o cálculo desse escore, o número de pessoas colocadas no primeiro nível é multiplicado por oito; no segundo nível por quatro; no terceiro nível por dois; no quarto nível por um e no quinto nível por zero. O somatório desse cálculo é dividido pelo número total de pessoas citadas no campo, para a média de proximidade no campo, ou pelo número total de pessoas citadas no mapa, para a média de proximidade do mapa.

#### 4.2.4 Procedimentos

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo comitê de ética da UFRGS, entrou-se em contato com a Fundação de Proteção, órgão responsável pelos abrigos do Rio Grande do Sul, solicitando a sua concordância para o desenvolvimento do estudo nos abrigos estaduais (Anexo B). Tendo em vista que não foram identificados adolescentes em processo de reinserção familiar, no período de coleta, foram realizados também contatos com instituições de abrigo não-governamentais das cidades de Viamão, Campo Bom, Porto Alegre e Santa Maria.

A partir da indicação de uma adolescente, pela assistente social de uma das instituições não-governamentais contatadas, obteve-se a concordância da instituição para se contatar com a família da mesma (Anexo B). Esse caso indicado se referia a uma adolescente que já havia sido desligada há cerca de dois meses. Inicialmente, o projeto de pesquisa passou pela avaliação da Direção de uma ONG que acompanhava essa família, a qual aprovou através do Termo de Concordância (Anexo B). Entrou-se em contato com a família de Manuela, através de uma visita domiciliar, juntamente com a assistente social da ONG, a fim de convidar a mãe da adolescente para participar da pesquisa. Obtido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da mãe (Anexo L), responsável legal por Manuela, a adolescente foi convidada a participar do estudo, recebendo todas as informações sobre a pesquisa, garantia de sigilo, liberdade de desistir a qualquer momento, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo M). A partir desse primeiro contato, foram acertadas as visitas subsequentes para as entrevistas, tanto com a mãe quanto com a adolescente. Uma monitora do abrigo (Anexo N), a escola e o Conselho Tutelar (Anexo B) também consentiram em participar dessa pesquisa.

O processo de coleta de dados foi realizado com base no procedimento da inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2003), que consiste na operacionalização do modelo científico bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Esse método propõe um mergulho no ambiente ecológico no qual o participante da pesquisa vive, com o objetivo de conhecer a sua realidade, investigando fatores de risco e proteção em nível intra e extrafamiliar, como apoio social, a partir de entrevistas formais e informais e observações. Nessa pesquisa, a inserção ecológica incluiu visitas à família de origem, ao abrigo onde ela esteve, à ONG, ao Conselho Tutelar e à sua escola, portanto, aos diversos microssistemas que compunham a rede de apoio da participante, durante um período total de cinco meses (março a agosto de 2005). Foram realizadas 10 visitas domiciliares, durante as quais foram observados também os irmãos e o padrasto de Manuela, de acordo com a inserção

ecológica (Cecconello & Koller, 2003), que prevê a inclusão de conversas informais e observações do ambiente natural.

A coleta de dados ocorreu em quatro momentos distintos: três, quatro e seis meses após o retorno da adolescente à família de origem, e um mês após o seu retorno à instituição de abrigo, totalizando cinco meses de acompanhamento. As atividades realizadas com a adolescente (entrevistas e a aplicação dos instrumentos), nos três primeiros momentos, foram desenvolvidas na ONG, e no último, no abrigo. As entrevistas realizadas com a mãe ocorreram em seu domicílio, nos quatro momentos da coleta de dados. Os dados da inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2003), as conversas informais e as observações, foram sistematicamente anotados em um diário de campo, logo após a realização das visitas e entrevistas.

### **4.3 Resultados**

#### **4.3.1 Dados da Inserção Ecológica: Contextualização**

Manuela esteve abrigada em uma instituição de abrigo não-governamental, localizada na região da grande Porto Alegre, por suspeita de abuso sexual por parte do padrasto, em junho de 2004. Ela permaneceu no abrigo por seis meses, voltando para sua família de origem em janeiro de 2005. O caso de Manuela foi indicado pela equipe técnica do abrigo, pois atendia aos critérios de inclusão (idade, tempo de abrigamento e desligamento institucional) estabelecidos para esse estudo. Embora no projeto inicial estivesse previsto o estudo de três casos, ressalta-se que, nos abrigos contatados para a realização dessa pesquisa (governamentais e não-governamentais), esse foi o único caso de adolescente em processo de reinserção familiar, no período previsto para a coleta de dados. Além disso, embora tenha sido feito contato com o órgão municipal responsável pelos abrigos municipais de Porto Alegre (FASC), não foi obtido consentimento para a realização desse estudo nos abrigos municipais, por motivos de reorganização político-administrativa naquela data.

Manuela é a primogênita de oito irmãos. Além dos irmãos, sua família é composta pela mãe, chamada no estudo pelo nome fictício de dona Maria, e pelo padrasto. A Figura 2 apresenta o genetograma da família de Manuela. Seu pai é falecido, entretanto, mesmo antes de seu falecimento, não mantinha contato com a filha. Ela foi cuidada pelos avós maternos, cuja avó já é falecida, e pela tia materna quando tinha entre quatro e sete anos.

Atualmente, Manuela não mantém contato com esses familiares, pois sua mãe não possui bom relacionamento com os mesmos. Tanto a mãe quanto o padrasto estão desempregados. Dona Maria recebe ajuda de entidades filantrópicas e de uma organização não-governamental (ONG), e o padrasto trabalha informalmente como vigilante noturno.

Dona Maria demonstra pouca flexibilidade na educação dos filhos e protege de forma ativa o parceiro. Ela contraiu o vírus HIV aos 17 anos, sendo que as filhas de nove, oito anos e cinco meses são portadoras do vírus. Há a possibilidade da filha mais nova negativar, visto que dona Maria cumpriu com os cuidados necessários durante a gestação e, após o parto, dando a medicação recomendada para a filha. Quanto às outras filhas que não negativaram, na época em que elas precisavam tomar o coquetel, dona Maria alega que não pode ir ao hospital buscá-lo, deixando-as sem a medicação e não cumprindo o tratamento. O padrasto não contraiu o vírus HIV nesses anos de relacionamento com dona Maria. Durante o período de coleta de dados, dona Maria ganhou uma carteira de gratuidade para o transporte coletivo para portadores de SIDA, cedida pelos órgãos governamentais apenas aos portadores com baixa defesa imunológica. Dona Maria demonstrou satisfação ao mostrar a carteira. As filhas não possuem a carteira.

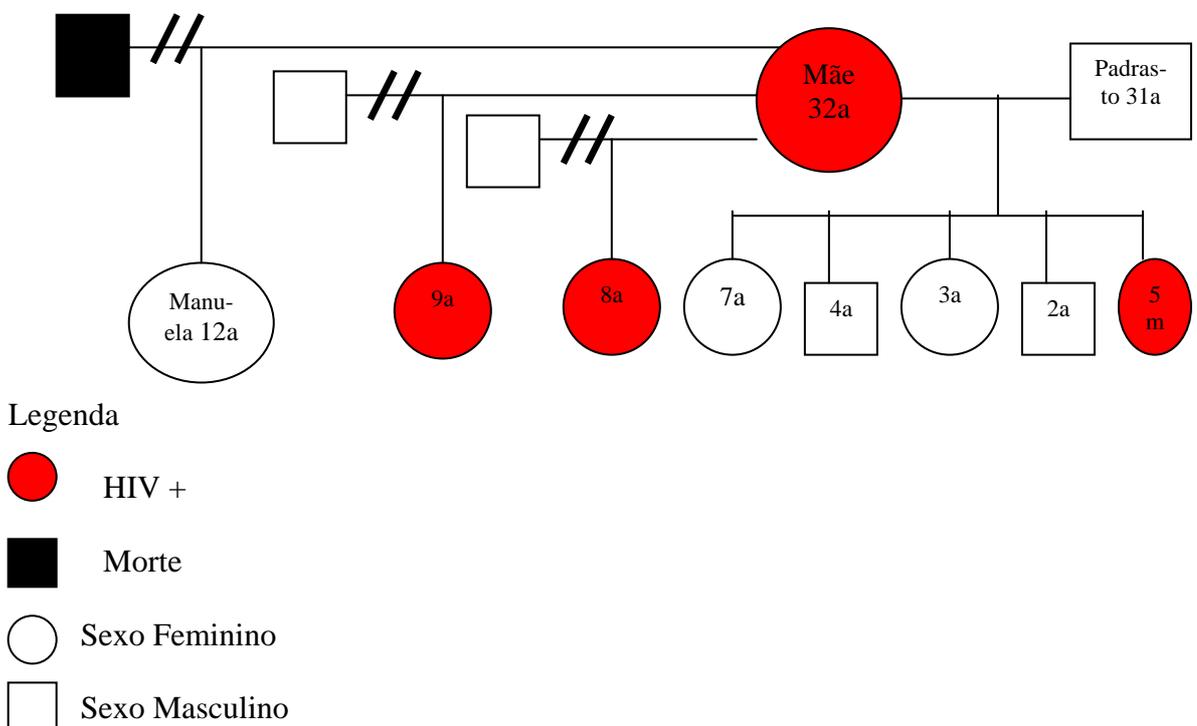


Figura 3. Genetograma da Família da Adolescente

Manuela mora com a mãe, o padrasto e os irmãos em uma casa humilde e simples, composta por quatro cômodos: dois quartos, um para a mãe e o padrasto, e o outro para os

oito filhos; uma sala de estar pequena, onde fica a televisão e um conjunto de sofá rasgados e descuidados; uma cozinha com geladeira, fogão, mesa pequena e armário aéreo; e um banheiro. Manuela divide um colchão de casal com duas irmãs (as de oito e nove anos). A casa possui sistema de água e esgoto e energia elétrica, tendo ainda um pátio frontal, onde sua mãe estende roupas, e um pátio amplo ulterior, onde se localiza um galpão com carros estacionados. Segundo a assistente social da ONG, há indícios de que esses carros sejam roubados e que nesse pátio funcione um desmanche pertencente ao dono da casa, um parente do padrasto que a cede para a família de Manuela morar. A casa possui condições de limpeza e higiene precárias, o que ocasiona grande quantidade de insetos dentro e fora da casa e um odor desagradável.

Manuela foi abrigada por suspeita de abuso sexual por parte do padrasto. A adolescente comentou na escola, para uma colega e professora, que o padrasto “se passava com ela” na hora do banho. A escola comunicou ao Conselho Tutelar, que solicitou o abrigo. Manuela, posteriormente, confirmou para a assistente social da ONG e para as profissionais do Centro de Referência de Atendimento Infante-Juvenil (CRAI) que o padrasto “passava a mão” nela. O padrasto de Manuela não foi afastado do convívio familiar, apenas foi chamado ao Juizado da Infância e da Adolescência. Durante a inserção ecológica, nos momentos em que estava presente, o padrasto demonstrou ser uma pessoa descontrolada e desconfiada, manipulando a conversa, e inclusive limitando a manifestação de dona Maria. Além disso, manifestou-se de forma agressiva, tentando justificar toda a situação ocorrida com Manuela, chamando-a de mentirosa e destruidora da família, além de referir-se aos profissionais que acompanham o caso, como as assistentes sociais do fórum e da ONG, com desrespeito. Além disso, refere-se à Manuela com palavras depreciativas e desrespeitosas, afirmando que não manteve relações sexuais com ela, embora a assistente social tenha esclarecido que abuso sexual não se limita ao intercursos sexuais.

Em 2004, Manuela freqüentava a segunda série do Ensino Fundamental em uma escola estadual próxima de sua casa. É uma escola de médio porte, que atende crianças e adolescentes de nível socioeconômico desfavorecido. Segundo prontuário da família do Conselho Tutelar, antes da comunicação da suspeita de abuso, a escola já havia comunicado a falta de assiduidade às aulas de Manuela e de suas irmãs, que estavam nessa mesma escola. Com a saída de Manuela da casa de sua família de origem, ela foi encaminhada para um abrigo, sendo matriculada em uma outra escola, onde conseguiu freqüentar com assiduidade e passar para terceira série. Segundo a assistente social do abrigo, Manuela somente conseguiu passar de ano porque possui potencial. Manuela

construiu vínculo com seus colegas e professores, visto que mesmo após sua saída do abrigo, ela era lembrada pelos mesmos. Após o retorno para sua família, a adolescente foi matriculada em abril de 2005 pela assistente social da ONG em uma outra escola pública, também próxima a sua casa e a ONG, sendo que o ano letivo já havia começado. Em entrevista informal com uma das professoras de sua nova escola, a professora informou que o desempenho de Manuela não estava satisfatório, inclusive pela sua atual falta de assiduidade. Quando perguntada sobre o motivo de faltar às aulas, Manuela respondia que saía com a mãe, ou ficava com os irmãos para a mãe poder sair. Segundo sua professora, Manuela mantém um bom relacionamento com as colegas, sendo que algumas sempre se disponibilizam para ajudá-la nas atividades. Quando ela está em aula, ela se empenha, demonstra rendimento e apresenta bom comportamento. Por outro lado, Manuela chama a atenção por seu porte grande e, às vezes, por apresentar odor de urina, sendo motivo de riso e provocações por parte dos meninos. Em dois momentos do primeiro semestre de 2005, Manuela foi retirada da sala de aula e mandada para casa em função do forte odor de urina. Além disso, ela não tem cuidado com seus cadernos, sempre está pedindo outro na escola afirmando que o seu acabou. Como a escola não tinha cadernos disponíveis, ela estava fazendo as atividades em folhas soltas. A mãe nunca havia comparecido a nenhuma reunião da escola, e nunca justificou as faltas recorrentes da filha.

O abrigo no qual Manuela esteve em 2004 é um abrigo não-governamental, localizado na região da grande Porto Alegre, distante da área urbana e longe da moradia de sua família de origem. Essa instituição de abrigo é composta de três casas-lares, nas quais moram cerca de 10 crianças e adolescentes em cada, e com idade entre sete e 15 anos. As crianças e adolescentes que residem nessa instituição são atendidos por monitores, divididos em turnos. A instituição possui, ainda, uma unidade em Porto Alegre, na qual estão os adolescentes de até 18 anos. A equipe é composta ainda de funcionários da cozinha, da marcenaria, da secretaria, da criação de animais, de uma assistente social e de religiosos que compõem a diretoria. Além das casas, o abrigo conta com um espaço externo grande, amplo e arborizado, criação de animais, um lago com uma criação de peixes, uma horta, uma marcenaria, um refeitório e salas para a assistente social e a diretoria. Essa instituição é mantida por recurso de entidades religiosas e de convênio com os governos municipal e estadual.

Nos primeiros dois meses de abrigamento, Manuela realizou consultas de avaliação com as psicólogas do Centro de Referência de Atendimento Infanto-Juvenil (CRAI). O CRAI é um serviço público especializado no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Segundo o seu prontuário no abrigo, o relatório

emitido por esse centro afirma que o relato de Manuela sobre o abuso apresentava coerência, confirmando a possibilidade de veracidade de sua história.

Durante a institucionalização, Manuela viu sua mãe e os irmãos em três momentos: em outubro, novembro e dezembro. As duas primeiras visitas ocorreram no Conselho Tutelar da micro-região domiciliar da adolescente, acompanhada pela assistente social do abrigo, assistente social de uma ONG e sua conselheira tutelar. A terceira visita ocorreu na casa de Manuela, sendo estabelecido o desligamento subseqüentemente. Dona Maria não a visitou nenhuma vez, mesmo não havendo impedimento. No momento de seu desligamento do abrigo, a instituição presenteou Manuela com roupas e calçados, além de doar para sua família um fogão e colchões.

Segundo uma das monitoras do abrigo, Manuela era uma menina calma e quieta, aceitava as orientações e gostava muito de brincar no pátio e mexer na horta. Manuela no início não comentava nada sobre o padrasto, mas depois foi se abrindo com a monitora e uma adolescente da sua casa. Segundo a monitora, Manuela sentia saudades da mãe e principalmente dos irmãos, apesar de sentir-se chateada pela mãe não ter acreditado nela no momento da revelação do abuso. Quando perguntada sobre o retorno de Manuela à sua família, a monitora disse que foi na hora certa, que o abrigo é um lugar de passagem e que o lugar dos filhos é junto à sua família.

Em visita ao Conselho Tutelar da micro-região de Manuela, o prontuário da família da menina foi disponibilizado. Entretanto, vale destacar que o conselheiro tutelar da menina, que havia assumido o cargo há pouco tempo, não a conhecia. Na época em que ocorreram as visitas da família no Conselho Tutelar, a sua conselheira era outra pessoa. No prontuário da família, o primeiro registro ocorreu em janeiro de 1996, quando dona Maria estava ainda morando com sua família, a respeito do tratamento para portadores de HIV positivo. Os registros subseqüentes mencionam problemas de saúde de dona Maria, negligência e condições precárias das filhas (setembro de 1997), ocorrência de que ela deixou as filhas (Manuela, a de nove anos e oito anos) trancadas em casa sozinhas (setembro de 1998). Em abril de 1998, dona Maria ganhou a sua primeira filha com o padrasto, entretanto o casal ainda não morava junto. Em maio de 2000, o registro indicou que Manuela não estava freqüentando a escola, que estava indo para a rua com a tia materna pedir dinheiro e que sofria violência física por parte do avô. Nesse momento, Manuela estava sob os cuidados do avô e da tia maternos, com quem a mãe não possui bom relacionamento. Essa denúncia foi feita pela própria dona Maria, que na época queria recuperar Manuela. Em setembro de 2002, consta novamente no prontuário a falta de assiduidade de Manuela e sua irmã de nove anos na escola; em outubro de 2003, a sua

outra irmã (sete anos) apresentou comportamento agressivo na escola infantil; em novembro de 2003, foi solicitada a inclusão dessa família em um programa social, devido à frágil saúde da mãe e à carência de alimentos, e foi encaminhada uma notificação responsabilizando dona Maria e o padrasto pelo tratamento médico dos filhos (com HIV positivo), relatando que ela e os filhos não estavam tomando as medicações. Tendo em vista que o conselheiro não conhecia a adolescente, nem a sua família, ele não pode comentar a respeito dos registros do prontuário. O Conselho Tutelar não esteve envolvido no desligamento de Manuela e nem no seu processo de reinserção.

A Organização Não-Governamental (ONG), que acompanha a família de Manuela, foi fundada há 43 anos por uma entidade religiosa, localizando-se na zona norte de Porto Alegre. Desenvolve atividades junto à comunidade local, que se caracteriza por nível socioeconômico desfavorecido. As atividades são educação infantil para crianças até cinco anos; serviço de atendimento sócio-educativo em meio aberto (SASE) para crianças e adolescentes de seis a 14 anos; oficinas educativas e profissionalizantes para adolescentes e adultos acima de 14 anos e atendimento especializado (assistência social) junto às famílias em situação de necessidade da comunidade. A partir dos atendimentos, a assistente social busca compreender a situação da família que vai a sua procura, tentando, na medida do possível, sanar as necessidades mais urgentes. Segundo a assistente social da ONG, seu trabalho de atendimento individual possui uma função educacional e de orientação, à medida que trabalha noções de direitos, deveres, cidadania e a qualificação para um emprego. A ONG é composta por dois prédios, no primeiro encontra-se a sede da instituição, sua diretoria e as salas destinadas aos cursos de qualificação e profissionalização. No segundo prédio, estão localizados as salas de educação infantil, do SASE, um pátio com brinquedos e quadra de futebol, salas da coordenação e o refeitório. Essa organização acompanha a família de Manuela há pelo menos cinco anos, prestando ajuda material, como alimentos, roupas para as crianças, colchão, gás, entre outros, e também com visitas domiciliares e trabalho de orientação junto à dona Maria e ao seu companheiro. Assim, enquanto Manuela estava abrigada, a assistente social assumiu o compromisso, com o Juizado da Infância e da Adolescência de Porto Alegre e com o abrigo, de acompanhar sua mãe e seu padrasto, a fim de conscientizá-los quanto aos motivos de abrigamento. A partir de visitas periódicas e longas conversas com a mãe e o padrasto, a assistente social pode trabalhar o conceito de abuso sexual, explicando que não se tratava de intercurso sexual completo. Apesar desse acompanhamento, o padrasto continuava acusando Manuela de mentirosa e insistindo que nunca havia mantido relações sexuais com a jovem.

Em dezembro de 2004, Manuela foi passar as festas de fim-de-ano na sua casa, recebendo o desligamento em janeiro de 2005. Mesmo durante os meses de janeiro e fevereiro, Manuela participou das atividades na ONG, como também, sua família continuou recebendo as visitas da assistente social dessa organização.

Manuela recebeu acompanhamento periódico da assistente social da ONG, desde o seu retorno para a família de origem até o reabrigamento (janeiro a agosto de 2005), sendo que uma das exigências do Juizado para o seu retorno foi a garantia de que freqüentaria o SASE. Além desse acompanhamento, duas assistentes sociais do Juizado da Infância e da Adolescência realizaram uma visita domiciliar e entrevistaram Manuela na escola. Segundo relato do padrasto, na visita domiciliar, ele reagiu de forma agressiva e desrespeitosa com as assistentes sociais, afirmando novamente que tudo era mentira e que isso era uma “palhaçada”. Segundo a assistente social da ONG, em contato com o Juizado, as assistentes sociais constataram um clima de hostilidade direcionado à Manuela, tanto do padrasto quanto da mãe, e um ambiente não satisfatório para a sua permanência. Durante a visita domiciliar, as assistentes sociais encontraram a mãe e o padrasto, com alguns de seus filhos em casa, sendo recebidas com hostilidade e agressividade pelo padrasto, além do mesmo se referir à Manuela de forma depreciativa. Além disso, de acordo com as assistentes sociais, Manuela parece ser a fonte e o receptáculo de todos os problemas, sendo culpada por tudo. Dessa forma, o relatório emitido pelas técnicas recomendava o reabrigamento de Manuela e uma avaliação quanto à ocorrência de violência física e psicológica direcionada aos outros filhos.

Em maio de 2005, dona Maria teve seu oitavo filho. Segundo orientações médicas (queda na imunidade e complicações no parto), dona Maria e o bebê permaneceram internados durante 20 dias, em um hospital público de Porto Alegre. Apesar de sua mãe ter planejado que Manuela ficaria na casa de uma vizinha para evitar “fofocalhada”, Manuela ficou em casa, juntamente com seus irmãos e seu padrasto. Dona Maria não imaginava que ficaria mais de duas semanas hospitalizada. Durante esse período, Manuela assumiu as obrigações e tarefas domésticas, juntamente com sua irmã de nove anos, e faltou a escola durante o período de internação da mãe, perdendo, inclusive, provas trimestrais.

No fim de julho de 2005, Manuela foi abrigada novamente por determinação judicial do Juizado da Infância e da Adolescência de Porto Alegre. Esse abrigamento baseou-se em dois pontos: no relatório da visita domiciliar produzido pelas assistentes sociais do Juizado em maio de 2005; e nas novas suspeitas de abuso sexual, ocorrido durante o período de internação hospitalar de dona Maria. Quanto à nova denúncia de abuso sexual, Manuela comentou na ONG com outra menina, confirmando posteriormente

para a professora, que o padrasto havia mostrado o pênis para ela e sua irmã de nove anos, pedindo que ela colocasse a boca. Acrescentou, ainda, que saiu um líquido branco do mesmo. Esse relato foi imediatamente comunicado a assistente social da ONG, a qual produziu um relatório e enviou-o para o Juizado. Manuela retornou ao mesmo abrigo que esteve no ano anterior. Nenhum de seus irmãos foi abrigado.

#### 4.3.2 Dados das Entrevistas com a mãe

##### 4.3.2.1 Primeira Etapa

A primeira entrevista, que ocorreu aos três meses de retorno de Manuela à sua família, foi marcada diretamente com a mãe, sendo realizada na residência da mesma. Dona Maria descreveu Manuela como uma menina desobediente, rebelde e preguiçosa, sempre desvalorizando-a. O seguinte trecho mostra como dona Maria se referiu à Manuela: *“É que às vezes a gente fala com ela assim e ela quer tentar gritar mais alto assim, fala mais alto e a gente pede pra ela falar baixo assim, ela faz vexame pros vizinho ouvir, isso e aquilo como se alguém fosse dar nela isso e aquilo sabe? (...)”, “É, tenta gritar mais alto, a gente pede pra ela baixar a bola, a voz né, e ela levanta a voz mais alto”*.

Dona Maria demonstrou, durante a entrevista, que não acredita no relato de abuso da filha, conforme os trechos a seguir: *“porque ela disse que o padrasto, dizendo ela, que o padrasto tinha se passado com ela. Se ele não parava em casa de noite como é que ele ia se passá com ela?”* e *“prá mim não aconteceu nada porque todo esse tempo que ele trabalhou de noite eu tava em casa, e eu se, como é que se diz, todo esse tempo que ele trabalho ai ó de noite que ele chegava seis e meia da manhã, sete e meia, ele chegava e ia dormir. Só almoçava ao meio-dia, dormia de novo e saía pra trabalhar no outro dia de novo”*. Tanto dona Maria quanto o padrasto possuem o mesmo discurso depreciativo e desqualificador no que diz respeito à Manuela. Além disso, dona Maria relata que se expõe frente aos vizinhos a fim de proteger o companheiro, pois logo após a saída de Manuela de casa, a vizinhança chamava-o de tarado e ameaçava linchá-lo. Dona Maria relatou um episódio em que protegeu o companheiro: *“(...) muita gente que tava falando, que o [padrasto] era um tarado, que o (padrasto) era um estrupador, isso e aquilo... e até eles queriam matá ele aí na rua, isso e aquilo... pra ele saí na rua [eu] tinha que saí com ele lá pra cima, senão eles iam matá ele a pau. Tava demais, a rua assim tava demais. Cada lugar que ele ia eu tinha que acompanhá ele até lá em cima”*.

Dona Maria relatou não ter bom relacionamento com sua própria família. Ela não descreveu com clareza o tempo em que Manuela esteve sob os cuidados dos avós e da tia maternos, ora diz que permaneceu com eles por três meses, ora diz que Manuela foi morar com eles quando tinha quatro anos e ela a pegou de volta com sete anos. Dona Maria contou que o seu próprio pai “se passava” com ela quando tinha sete anos de idade, e que quando contou para a sua mãe, levou uma surra do pai. Além disso, dona Maria também relata outra surra que recebeu do pai e dos irmãos, quando já era adulta, precisando ser internada em um hospital público de Porto Alegre por mais de três meses. Dona Maria acredita que Manuela mentiu sobre o abuso a mando do seu avô, que quer afastar o padrasto da família. Ela também acredita que Manuela é rebelde por causa dele, como indica nos seguintes trechos respectivamente: *“que não foi verdade, que isso aí, tudo isso daí que se passa é mais é por causa de lá, que ela ficou lá, um bom tempo lá com eles lá, com o meu pai lá”* e *“todo esse tempo que ela ficou lá com eles, eu peguei ela lá de volta, foi uma briga pra trazer, é isso aí... a gente pede pra fazer as coisas e eles disseram que não é pra ela fazer nada pra mim, de certo é por isso que ela tá assim”*.

Dona Maria usa principalmente ameaças, xingamento e punição física como forma de educar seus filhos, em especial com Manuela. Os trechos a seguir ilustram essa constatação. Frente à recusa de Manuela em tomar banho, dona Maria comentou: *“Daí eu, tá, pros outro não andar falando isso e aquilo eu empurrei ela. Entrei no banheiro e fiquei ali parada olhando. E disse ‘e aí Manuela! Banho!’, ‘Ai, eu já tomei.’ Daí eu peguei o sabonete e eu mesmo esfreguei o cabelo dela e ela ficou parada me olhando”*. Frente a um pedido de Manuela para ir com uma colega ver uma apresentação de capoeira, dona Maria disse: *“tu não vai não, tu grita comigo que eu te arranco a tua orelha... tu não vai ir (...), já pensou se eu solto ela pra lá? E ela se passa na jogada fica lá fazendo a tal capoeira, e se tem mais gente lá, e aí? Daí quem é a mais sem vergonha é eu né, que deixou a guria ir lá e os outros se passaram... Não mesmo”*. Frente ao fato de Manuela comer bastante, dona Maria encontrou a seguinte estratégia para puni-la: *“Esses dias eu fiz uma para ela, foi sábado até, fui no mercado, comprei galinha, comprei massa, comprei, fiz uma massa com molho bem temperada sabe, com bastante pimenta sabe, e fiz feijão e arroz. Ah, não, tava reclamando ‘isso aqui é pouquinho’, é pouquinho? Então pêra aí. Peguei um prato daqueles grandão, enchi até em cima, queira que tu visse, até em cima, mas enchi de tudo que era coisa... fiz ela comer tudinho, ‘agora tu come’, ‘ai, não quero mais, tô com dor de barriga’, ‘não, agora tu come’, ‘ai não quero’, ‘come’... Comeu tudinho, e depois tava assim, ‘ai, que dor na barriga’, eu disse ‘isso aí é pra ti deixar de ser morta de fome e dizer que tá com fome, que quer mais’. Daí ela bem assim pra mim ‘é mas tu botou muita,*

*eu quero ir no banheiro’, eu disse ‘não, vai te sentar e tu não vai tomar nem água’, não deixei nem tomar água e nem ir no banheiro, deixei o dia todo ali e nem no banheiro foi’.* Além desse relato, dona Maria também demonstra pouca paciência e flexibilidade quanto às relações de amizade de Manuela, como mostra o seguinte trecho: *“amiga, amiga e amiga é o que não falta. É muita fofoca. Às vezes eu não deixo ela brincar. Ela reclama que eu não deixo ela brincar que eu deixo só os pequeno. Eu disse ‘os pequeno é os pequeno, tu tem doze, tu é grande’. Daí ela começa assim ‘é mas como é que a (irmã de nove anos) brinca e a (irmã de oito anos)?’, eu disse ‘olha o teu tamanho e olha a tua idade, tu tem doze anos (...), tu não pode comparar uma coisa com a outra’.* Quando foi questionada sobre o porquê ela não gosta das amigadas da Manuela, dona Maria disse: *“é porque assim, se um pega e chama ela, ela conta toda a vida, conta, isso e aquilo... daí sem menos esperar, tu pega, tu vai lá em cima e ouve as vizinha falando (...), esses dia tavam falando de mim lá na padaria e eu escutei. Eu prendo mais por causa disso, que, se é pra ficar falando da vida dos outros, então que cada um cuide do seu rabo”.*

Sobre o primeiro abrigo de Manuela, dona Maria trata como se fosse um castigo para a adolescente, e não uma proteção: *“até que, assim até pra ela foi bom porque ela ficou lá pra ela deixá de ser mentirosa, inventando coisa”.* Além disso, dona Maria acredita que Manuela não gostou do abrigo, pois lá ela tinha que lavar o chão, limpar a casa, entre outras tarefas, e se não fizesse, eles a xingavam. Dona Maria também comenta que, no abrigo, *“Manuela passava fome e apanhava de vara”*, considerando tais atitudes como punições e castigos adequados para a filha.

#### 4.3.2.2 Terceira Etapa

Aos seis meses após o retorno de Manuela à sua família de origem, foi realizada uma nova entrevista com dona Maria. Ela estava passando por um momento financeiro muito difícil, o padrasto não estava fazendo bicos e a família não estava recebendo mais os alimentos da entidade religiosa que a ajudava. Ela discutiu com o coordenador dessa entidade e disse que nunca mais ia voltar lá. Nesse momento, a família estava sem gás e sem alimentos. Contudo, dona Maria já tinha pedido auxílio para a ONG, lugar que sempre recorre nesses momentos. O seu bebê está hospitalizado por estar com *“pontada”*, mas dona Maria não está no hospital acompanhando a menina em função de sua doença. Apesar das adversidades, dona Maria não demonstrava estar abalada ou entristecida.

Dona Maria está com sua saúde bem debilitada, tendo perdido 12 quilos na gestação. Após a cirurgia cesariana, necessitou fazer curativos diariamente. Entretanto, ela parecia não estar consciente de sua vulnerabilidade, visto que não cuidava do curativo

como deveria. Ela sabe que tem o vírus HIV, e sobre a doença ela comentou: *“elas me explicaram lá que, quando tá perdendo peso assim, que tá caindo cabelo, as unha ficam amarela parece, né? Cai os dente, isso e aquilo né, e começa a emagrecer... mas até agora de mim não caiu nada”,* e *“hoje eu fui lá no postinho e a guria me deu um cagaço lá hoje né... ‘como que tu tá com a cesariana aberta ainda, que tu não veio fazer o curativo? Porque tu tem que fazer esse curativo, porque tu vai pegar uma infecção, e dá alguma coisa generalizada, e que tu pode parar mal ali no (nome do hospital), ali acabou por ali’ (...), tá louco deixar a pequena sozinha”*.

Dona Maria considerou os seis meses de retorno de Manuela como bons. Entretanto, em sua fala, dona Maria tinha somente reclamações e queixas da adolescente. Para ela, Manuela sempre quer gritar mais alto, não obedece, não quer tomar banho, não quer levantar pela manhã para ir para a ONG e só ajuda nas tarefas domésticas quando quer. Em função disso, dona Maria tenta não dar atenção a ela, como mostra o seguinte trecho: *“às vezes ela pede pra mim, às vezes ela tenta puxar conversa assim, e eu não dou muito papo. Às vezes ela pede pra mim ler e eu digo ‘não, tu sabe ler, então tu vai fazer 13 anos, tu vai pegar o caderno e vai ler, porque tu é uma baita de uma viva! Tu sabe ler e te faz de louquinha’ (...), ela pede pra eu ajudar com uma conta e eu não ajudo ela. Eu digo ‘não, assim como tu sabe mentir, tu sabe somar conta... daí ela fica parada me olhando”*.

Quando questionada sobre a possibilidade de Manuela voltar para o abrigo, dona Maria disse *“não tem chance”*. Mas quando Manuela está desobedecendo, ela ameaça chamar o Conselho Tutelar para levá-la para o abrigo, como uma punição para a adolescente. O trecho a seguir ilustra essa constatação: *“eu vou deixando assim... mas no momento que ela tiver se passando, eu assusto ela. No momento que ela tiver se passando eu digo assim ‘ó Manuela, vou chamar o conselho e vou mandar te levar, tu tá demais’, ela bem assim ó ‘e eu com isso, eles podem vim eu quebro tudo...’, é só o que ela fala”*. Se ela fosse para o abrigo, para dona Maria, o pior seria para os seus filhos pequenos, que estão sempre junto com Manuela e vão atrás dela para onde ela vai. Segundo dona Maria, Manuela tem bom relacionamento com os irmãos pequenos, inclusive ela traz frutas, bolinhos e pedaços de carne no bolso, alimentos que ela ganha na merenda da escola, para eles. Além disso, Manuela ajuda a carregá-los quando dona Maria precisa sair.

### 4.3.3 Dados das Entrevistas com a adolescente

#### 4.3.3.1 Primeira Etapa

Na primeira etapa, foi realizada uma entrevista e aplicado o instrumento FAST (Gehring, 1993; Gehring, Marti, & Sidler, 1994). Os resultados do instrumento estão descritos na próxima seção. Na entrevista, Manuela afirmou que morar no abrigo foi bom, pois ela passeava no centro com outras adolescentes mais velhas, brincava no pátio do abrigo, ajudava em algumas tarefas domésticas, tomava banho no lago, cuidava da horta, participava de festas de aniversário, foi à praia com uma monitora e outras meninas abrigadas, entre outras atividades. Gostava de assistir a filmes no fim de semana, quando as crianças e os adolescentes podiam dormir um pouco mais tarde. Entretanto, sentia saudades de seus irmãos, e quando estava triste, ficava quieta ou conversava com uma outra adolescente. A sua primeira impressão quando chegou ao abrigo não foi positiva, Manuela lembrou que não queria ficar, porque pensava que era um hospício, que ia tomar injeções. A assistente social do abrigo recebeu-a e acolheu-a, e assim ela foi ficando. Entretanto, Manuela relatou ter conflitos com uma menina, a qual *“não ia com a cara dela”* e que durante uma das brigas com ela, *“uma monitora bateu nelas com uma vara”*.

Manuela, quando falou sobre a suspeita de abuso, afirmava que o padrasto tinha *“se passado”* com ela, entretanto não comentava detalhadamente, limitando-se a relatar a situação do banho. Não possui um bom relacionamento com a mãe, como mostra o seguinte trecho *“acho que minha mãe é muito mentirosa”*, referindo-se ao fato da mãe não assumir a veracidade do abuso. Além da mãe, a segunda filha (de nove anos), também sabia do que acontecia, entretanto ela também mente, como indica o trecho a seguir: *“a (irmã de nove anos) ajuda a mãe a mentir, o que a mãe fala, ela diz que é (...)”*. Manuela não gosta do padrasto, porque ele bate nos *“pequenos”* e na irmã de nove anos, além de proteger a sua irmã de sete anos, a primeira filha dele com dona Maria. Manuela gosta muito dos irmãos, exceto da irmã de sete anos.

Manuela apresentou manifestações contraditórias a respeito de sua mãe, ora chamando-a de mentirosa, pois a mãe não fez nada em relação ao fato do padrasto se passar com ela e deixa-o bater nos filhos, ora afirmando que pode contar com a mãe e que sentia saudades dela quando estava no abrigo. Ela afirmou que ajuda a mãe com as tarefas de casa, como lavar louça, limpar a casa e lavar as roupas, visto que nesse momento dona Maria estava com sete meses de gestação. Em casa, ela gostava de assistir à televisão, principalmente os desenhos e as novelas da noite, e de ir à pracinha com suas irmãs. Manuela comentou que não dormia direito, pois ficava se acordando durante a noite e, às

vezes, levantava e assistia aos filmes de madrugada sem sua mãe saber. No abrigo, ao contrário, Manuela não apresentava insônia.

Nesse momento, três meses depois de Manuela voltar para casa (final de março de 2005), ela ainda não estava freqüentando a escola, pois a família não tinha providenciado sua matrícula. Dessa forma, os aspectos relacionados à vida escolar não puderam ser abordados nessa entrevista.

#### 4.3.3.2 Segunda Etapa

Quatro meses após retornar a sua família, foi realizada uma nova entrevista com Manuela, que se mostrou mais descontraída. Ela mencionou que estava gostando da nova escola. Relatou já estar inserida em uma turma de colegas, com quem conversa e brinca no recreio. Não gostou de uma das professoras, não sabendo explicar porquê. O que não gostava da escola é o fato dos meninos ficarem provocando-a no recreio, chamando-a de “*Xica da Silva*”, deixando-a muito chateada.

Segundo Manuela, o relacionamento com sua mãe está “*mais ou menos*”, pois ela não deixava Manuela brincar e passear com uma colega e desconsiderava as provocações de sua irmã de sete anos. Manuela não gostava de sua irmã de sete anos por causa disso, ela fazia a sua mãe e padrasto baterem nos outros filhos. Relatou que o padrasto bateu na irmã de nove anos, fazendo-a chorar. Devido a isso, Manuela e a irmã de oito anos picaram o cigarro do padrasto e arranharam seus óculos. Entretanto, Manuela comentou um episódio em que dona Maria bateu na sua irmã de sete anos, porque ela fez xixi na cama e depois quis dormir com a mãe e o padrasto. Segundo Manuela, a irmã de sete anos “*pega dinheiro dele (padrasto), come toda a comida e mente que quer mais, mijá na cama (...), a mãe deu uma camaçada de pau na (filha de sete anos), eu fiquei só rindo da cara dela*”. Além do uso da punição física na educação dos filhos, sua mãe utilizava outras estratégias, como jogar água gelada no rosto da irmã de nove anos, para ela acordar de manhã.

Manuela falou sobre a doença da mãe, que sabe que a mãe e algumas de suas irmãs são HIV positivas. Contudo, ela não sabe com certeza quais das suas irmãs possuem o vírus, não sabendo como se adquire a doença e que cuidados se deve ter. Ela afirmou que a mãe vai morrer de um dia para o outro, e que ela iria para “*a América*”, fazendo uma alusão a uma telenovela do momento, juntamente com suas irmãs de nove e oito anos, deixando os outros irmãos com o padrasto.

#### 4.3.3.3 Terceira Etapa

Na terceira etapa, aos seis meses após o retorno de Manuela para sua família, foi realizada uma entrevista e aplicado o instrumento Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998). Sua mãe já ganhou o bebê, que nesse momento tinha um pouco mais de um mês de idade. Manuela apegou-se bastante à irmã recém nascida, comentou que cuida dela e acorda de noite para dar leite. A informação sobre o novo episódio de abuso, relatado na contextualização, não foi confirmada por Manuela na entrevista. Entretanto, Manuela manifestou descontentamento com a mãe e o padrasto, dizendo que *“não gosta da cara deles”*, que gostaria de voltar para o mesmo abrigo e voltar a estudar na escola que estudou quando estava no abrigo. Segundo Manuela, o padrasto a tratava de forma agressiva e dizia que ela não ajudava sua mãe, ele *“fica dizendo que, pros outros que nós só quer andar na rua e não fazê nada dentro de casa, por que nós toda a hora tamo limpando a casa. De noite, se não é eu, a (irmã de nove anos) que pega e se levanta pra limpá a casa”*. Manuela continuava se queixando de insônia, entretanto, neste momento, atribuiu esta dificuldade aos cuidados da irmã recém nascida.

#### 4.3.3.4 Quarta Etapa

Nesse momento, Manuela foi reabrigada, no mesmo abrigo que esteve em 2004, há cerca de um mês (final de agosto), por determinação judicial. Essa etapa de coleta de dados não estava prevista, entretanto, em contato com a assistente social da ONG, soube-se que a menina havia voltado para o abrigo e, posteriormente, o abrigo autorizou uma nova entrevista com a adolescente. Uma entrevista foi realizada a fim de abordar a sua saída de casa e o reabrigamento. Manuela relatou estar bem, reencontrou algumas amigas e fez novas amizades no abrigo. Segundo ela, quando o Juizado chegou a sua casa e disse que ia levá-la, ela se assustou e chorou, mas quando chegou no abrigo, e viu uma das monitoras, ficou mais calma. Ela comentou que a monitora lhe deu *“duas toalhas, uma grande e outra pequena, uma escova de dente e roupas novas”*. Ela tomou banho, vestiu-se e foi, juntamente com as outras crianças e adolescentes, a uma festinha de aniversário no outro abrigo da instituição, que fica em Porto Alegre.

Quanto ao motivo dela ter voltado ao abrigo, Manuela repetiu o mesmo motivo do primeiro abrigamento: que o seu padrasto *“se passava”* com ela, não detalhando os momentos ou de que forma isso acontecia. Disse que a sua irmã de nove anos contou sobre o novo episódio de abuso para sua mãe, mas dona Maria novamente não fez nada.

Manuela parecia estar feliz, mencionou sentir saudades dos irmãos, mas não da mãe. Segundo Manuela, ir para o abrigo *“foi bom, porque eu tô melhor do que em casa (...)”* e *“a diferença é que aqui eu tenho vários amigos e em casa eu não tenho quase ninguém”*. O que mais gosta de fazer é brincar no pátio, na pracinha, tomar banho de lago e conversar com suas amigas.

Manuela foi matriculada em uma escola pública, contudo não é a mesma escola que esteve anteriormente. Ela está gostando de sua nova escola e já fez amigos. Também comentou que encontrou seus antigos colegas na parada do ônibus, perto do abrigo. Está gostando dos professores e sua matéria preferida é português.

Quanto ao seu futuro, Manuela acreditava que um dia ela voltaria para casa, como indica o seguinte trecho: *“acho que eu vou fica aqui e, quando as coisas se resolvê, eu vou pra minha casa”*. Entretanto, quando foi perguntado o que que ela gostaria que acontecesse daqui para frente, ela respondeu *“eu gostaria que eu me comportasse mais e que seguisse a minha vida (...), tando aqui, me comportando e não voltar para casa”*.

#### 4.3.4 Dados do *Family System Test*

O FAST (Anexo D) foi realizado três meses depois de seu retorno para casa, na primeira etapa da coleta de dados. Esse instrumento permitiu um entendimento, a partir do ponto de vista da participante, da dinâmica familiar quanto à coesão e hierarquia, na situação típica, ideal e de conflito. Tendo em vista que sua família era composta por nove pessoas no momento da aplicação, sua irmã mais nova não havia nascido, Manuela apresentou dificuldades em representá-los de forma que se sentisse satisfeita.

Na descrição de uma situação típica, Manuela representou todos os membros de sua família em duas linhas de forma horizontal. Próximo a si, a participante colocou seus três irmãos menores e sua mãe. No outro lado de sua mãe, ela colocou o padrasto e seus outros irmãos. Segundo a percepção de Manuela, nessa situação somente sua mãe e sua irmã de nove anos possuem maior poder (bloco de 4,5 cm) e seu padrasto possui poder médio (bloco de 3 cm). A partir da distribuição apresentada por Manuela e seguindo a análise proposta por Gehring e Marti (1993), demonstrada na Figura 2, pode-se observar que na díade parental, há uma boa coesão e hierarquia média; entre os irmãos, há baixa coesão e hierarquia alta; e entre pais-filhos, a coesão é baixa e a hierarquia é alta. A representação descrita pela participante configurou características de coesão baixa, e de desequilíbrio de poder, visto que há diferença maior que um entre o membro com mais poder e os membros

com menos poder. A estrutura familiar, quanto à coesão e hierarquia, apresentada por Manuela foi não-balanceada.

Na situação ideal, a participante representou a mãe e todos os irmãos, excluindo o padrasto da constituição familiar. Manuela colocou a sua mãe próxima dos seus irmãos, que na situação anterior estavam distantes, entretanto distante de si própria. Representou boa coesão com os irmãos menores, e com sua irmã de sete anos. Quanto às relações de poder, Manuela indicou o maior poder, novamente, para sua mãe e sua irmã de nove anos, configurando desequilíbrio de poder, e quanto à coesão no sistema familiar, foi possível classificá-la como baixa. A estrutura familiar apresentada foi não-balanceada.

Na descrição da situação de conflito, Manuela optou por não representar todos os membros de sua família, somente aqueles que estão envolvidos nos conflitos: a mãe, o padrasto, suas irmãs de sete, oito e nove anos, além de si própria. Segundo a participante, há inúmeros conflitos, entre sua mãe e o padrasto, entre o padrasto e os filhos e entre os irmãos. Manuela mencionou as brigas entre sua mãe e o padrasto, que ocorrem porque ele bate nos filhos pequenos. A participante e as irmãs de nove e oito anos ficam ao lado da mãe, e a irmã de sete anos, ao lado do padrasto. Nessa situação, há uma configuração de baixa coesão e alta hierarquia, visto que somente o padrasto possui poder máximo. A estrutura familiar, quanto à coesão e hierarquia, apresentada por Manuela foi não-balanceada.

#### 4.3.5 Dados do Mapa dos Cinco Campos

O Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998; Anexo A) foi utilizado seis meses após o retorno da participante para sua família de origem. A análise da estrutura da rede de apoio social e afetivo de Manuela apontou 57 contatos no primeiro nível de proximidade, um contato no terceiro nível e 4 contatos no quinto nível. No campo Família, a participante colocou oito contatos (seis no primeiro nível, um no terceiro nível e um no quinto nível); no campo Abrigo, 17 contatos (todos no primeiro nível); no campo Amigos/Parentes, 12 contatos (todos no primeiro nível); no campo Escola, 10 contatos (oito no primeiro nível e dois no quinto nível); e no campo Outros Locais, 12 contatos (todos no primeiro nível). Manuela indicou um total de 62 contatos.

A análise funcional da rede de apoio de Manuela, ou seja, da qualidade e da satisfação de suas relações, constatou 58 contatos satisfatórios e 4 insatisfatórios. Os relacionamentos insatisfatórios são com sua irmã de sete anos, seu padrasto e duas

professoras. Ela ainda relatou três conflitos (mãe, irmã de sete anos e padrasto) e um rompimento (com a irmã de sete anos). Manuela selecionou como o campo Outros Locais o SASE (Serviço Socioeducativo) da ONG, mencionando os seus colegas e os seus professores desse contexto de interação. Manuela colocou a sua mãe no terceiro nível de proximidade, no campo Família, nível no qual estão as relações de menos satisfação. Além disso, sua relação com a mãe é permeada por conflitos. O padrasto foi colocado no quinto nível, nível das relações insatisfatórias, do campo Amigos/Parentes. Da mesma forma, Manuela mencionou a ocorrência de conflitos com o padrasto. Quanto ao seu relacionamento com os irmãos, Manuela colocou-os todos no primeiro nível de proximidade, no campo Família, exceto sua irmã de sete anos, a qual colocou no quinto nível. Além disso, com essa irmã ela relatou conflitos e rompimento. Essa menina é a primeira filha biológica de sua mãe com o padrasto e, segundo Manuela, sua irmã é protegida por ele.

O Fator de Proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido através da localização dessas pessoas em relação ao círculo central. O campo em que Manuela indicou maior Fator de Proximidade foram os campos Abrigo (8), Amigos/Parentes (8) e Outros Locais (8), com todos os integrantes no primeiro nível, seguidos dos campos Escola (6,4) e Família (6,25).

Ao final da aplicação do instrumento, duas questões foram realizadas: (1) “Quem é a pessoa que você mais pode contar?”, (2) “Que tipo de apoio ela lhe dá?”. Essas questões investigaram a principal fonte de apoio e o tipo de apoio fornecido à participante. Manuela considerou como sua principal fonte de apoio a assistente social da ONG, pois ela “*ajuda a minha mãe, dá cesta básica, ela deu um monte de roupinhas para a (irmã recém nascida)*”, segundo palavras de Manuela.

#### **4.4 Discussão**

Foi realizada uma análise qualitativa a fim de buscar compreender o processo ocorrido com a adolescente, ao longo de cinco meses, através da relação dos dados obtidos na inserção ecológica, nas entrevistas e nos instrumentos aplicados, juntamente com o referencial teórico proposto neste estudo. Os dados das entrevistas semi-estruturadas, com a adolescente, com a mãe e o representante da instituição foram analisados a partir da proposta de análise de conteúdo (Bardin, 1979). As informações contidas nos prontuários

do abrigo e do Conselho Tutelar ajudaram a complementar descritivamente o caso. Os instrumentos, o FAST (Gehring, 1993) e o Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998), foram analisados qualitativamente, considerando, respectivamente, percepção de coesão e hierarquia familiar e percepção de função e estrutura da rede de apoio da adolescente.

O delineamento do presente estudo é o Estudo de Caso Único (Yin, 2003/2005), no qual as unidades de análise estão relacionadas à rede de apoio social e afetivo, coesão, hierarquia, aos fatores de risco e proteção, como também aos aspectos promovedores da resiliência na adolescente. Além disso, essas unidades de análise foram consideradas em quatro momentos do tempo, ao longo de cinco meses: três, quatro e seis meses após o retorno da adolescente à sua família e um mês após o reabrigo.

A partir dos resultados apresentados, pode-se identificar os fatores de risco e proteção presentes nos microsistemas família e abrigo, em três níveis ecológicos: pessoa, microsistema da família e do abrigo e exossistema. Os fatores de proteção identificados no microsistema da família são apresentados na Tabela 6. No nível da pessoa, Manuela possui facilidade de fazer amigos, comportamento pró-social com os irmãos, visto que se preocupa com eles, guardando o seu lanche da escola para os mesmos e saúde física.

No microsistema familiar, Manuela mantém vínculo afetivo com as irmãs de nove e oito anos e, em especial, com os seus irmãos mais novos, cuidando-os e protegendo-os. Landy e Munro (1998) evidenciam que a relação afetiva entre irmãos é um importante fator de proteção, indicando que as crianças e adolescentes que estiveram sob cuidados não-familiares caracterizam mais suas relações com irmãos com sentimentos positivos do que suas relações com suas mães. Maluccio, Abramczyk e Thomlison (1996) destacam, ainda, que a relação entre irmãos pode ser mais duradoura do que a relação entre pais e filhos, constituindo o sistema de apoio familiar primário para as relações adultas. Entretanto, a relação de Manuela com a irmã de nove anos, a qual considera sua amiga, não é caracterizada por reciprocidade e equilíbrio de poder, visto que, segundo ela, essa irmã mente junto com sua mãe sobre o abuso e possui mais poder do que os outros irmãos. É possível constatar que, apesar de Manuela estar vinculada afetivamente aos seus irmãos, nesse momento, sua relação com os mesmos não é recíproca e com equilíbrio de poder, características fundamentais das interações interpessoais mais complexas que constituem os processos proximais e levam ao desenvolvimento saudável (Bronfenbrenner, 2004).

No exossistema, percebe-se o apoio externo e o trabalho de conscientização realizado pela ONG. A disponibilidade de sistemas de apoio externos ao ambiente familiar é considerada como um dos três fatores de proteção para crianças e adolescentes em

situação de risco pessoal e social, contribuindo para o desenvolvimento dos processos de resiliência dos mesmos (Garmezy & Masten, 1994; Masten & Garmezy, 1985). Quanto à orientação realizada à família sobre o abuso, por parte da assistente social da ONG, esse apoio é considerado um apoio informacional. O apoio informacional corresponde à disponibilidade de conselhos, orientações e informações a respeito dos recursos da comunidade, por exemplo (Wills, Blechman, & McNamara, 1996). Esse trabalho consistiu em conversas domiciliares sobre o que é abuso sexual, no sentido de destacar que não é somente intercurso sexual; quais são os prejuízos ocasionados às vítimas e quais são as possíveis conseqüências para o abusador. Apesar da disponibilidade da ONG em realizar esse trabalho de esclarecimento e orientação, o padrasto continuava insistindo com a idéia de que não tinha tido relações sexuais com a adolescente, chamando-a de mentirosa, demonstrando dificuldade em perceber que outros tipos de contato também são considerados abusivos.

Tabela 6. *Fatores de Proteção na Família Presentes no Processo de Reinscrição*

Nível da Pessoa	Microsistema Familiar	Exossistema
Boas habilidades interpessoais	Relação afetiva com as irmãs de nove e oito anos e os irmãos pequenos (três e dois anos, e cinco meses)	Apoio social externo (ONG)
Comportamento pró-social com irmãos		Trabalho de conscientização realizado pela ONG com padrasto
Saúde física		

Na Tabela 7, são apresentados os fatores de risco no ambiente familiar. No nível da adolescente, a sua auto-estima foi visivelmente sendo modificada: no início da coleta, a menina mantinha uma boa aparência, buscando estar sempre com roupas limpas, o cabelo arrumado e uma boa higiene, e na terceira etapa, ela apresentava menos cuidado com sua aparência e higiene, tendo sido mandada da escola para casa em dois momentos devido ao seu forte odor de urina. Os fatores de risco observados no microsistema familiar foram: (1) família numerosa, (2) doença física da mãe, (3) mãe com história de abuso na infância (multigeracionalidade), (4) práticas educativas coercitivas e punitivas, (5) baixo nível de escolaridade da mãe, (6) descrédito da mãe quanto ao relato de abuso, (7) falta de valorização da escola, (8) ausência de rotina familiar, e (9) suspeita de abuso sexual por parte do padrasto. Os cinco primeiros fatores de risco são apontados por Koller e De Antoni (2004) como fatores de risco relevantes para a avaliação de casos de violência doméstica nos diferentes níveis ecológicos.

Há evidências de que dona Maria utiliza técnicas coercitivas e punitivas como forma de educação de seus filhos, sendo ainda mais rígida e inflexível com Manuela, como se precisasse ter cuidado redobrado com a adolescente. Além disso, dona Maria tem história de abuso na infância por parte de seu próprio pai. Entretanto, esse fato não a ajudou a reconhecer a possibilidade do abuso e a proteger sua filha, não apresentando processos de resiliência, agindo passivamente, da mesma forma que sua própria mãe agiu na época em que ela revelou que estava sendo abusada. Segundo Newcombe e Locke (2001), o abuso sexual leva a um estilo de parentalidade caracterizado como agressivo para as mães e negligente para os pais. Estudos sobre a multigeracionalidade demonstram a influência da vivência de violência e das práticas educativas coercitivas na infância para a parentalidade na idade adulta, afirmando que pais com história de violência na infância tendem a apresentar habilidades parentais pobres e a usar a violência física na educação de seus filhos (Araújo, 2002; Banyard, 1997; Dixon, Hamilton-Giachritsis, & Browne, 2005; Newcombe & Locke, 2001).

Quanto ao descrédito da mãe frente ao relato de Manuela, constatado através do não reconhecimento de dona Maria quanto à possibilidade do abuso, a literatura aponta o apoio materno como importante para o funcionamento psicológico geral das vítimas, diminuindo a probabilidade de um afastamento familiar e do ingresso em abrigos (Everson, Hunter, Runyon, Edelsohn, & Coulter, 1989; Leifer, Shapiro, & Kassen, 1993). Da mesma forma, Wills, Blechman e McNamara (1996) indicam que o apoio parental incrementa as estratégias de *coping* adaptativas e o desenvolvimento de competências sociais e acadêmicas, sendo importante para o desenvolvimento de processos de resiliência.

É possível constatar a ausência de incentivo e de valorização da escola por parte de dona Maria, visto que quando ela precisava sair, as filhas mais velhas deixavam de ir para a escola para cuidar dos irmãos pequenos, ou mesmo para ajudar a levá-los ao destino. O fato de todos saírem juntos agradava Manuela, que sempre se colocava disponível para passear e, conseqüentemente, para faltar às aulas. Lisboa (2001) destaca a falta de envolvimento de famílias de nível socioeconômico desfavorecido nas atividades escolares dos filhos, identificada através da falta de interesse no desempenho escolar dos filhos, do não acompanhamento dos mesmos à escola e das constantes ausências em reunião ou comemorações, de acordo com a percepção dos professores.

No exossistema, pode-se encontrar uma carência de outros apoios sociais externos, advindos tanto das relações familiares quanto de pessoas de confiança da vizinhança. Há instabilidade laboral de ambos provedores da família e ausência de comunicação entre a família e a escola na qual Manuela foi matriculada após a reunificação. A mãe de Manuela

parece estar travando conflitos constantes com seus familiares, visto que deposita toda a rebeldia e a desobediência de Manuela na influência negativa do avô, e com os vizinhos, limitando o contato da adolescente para que ela não fale nada, evitando “*fofocalhada*”. Esse comportamento de dona Maria pode ser compreendido como uma forma de proteger o abusador e conservar o segredo no ambiente familiar, ao restringir o acesso de Manuela a outras pessoas, e agir de forma persecutória com os vizinhos. Por outro lado, essa conduta persecutória afasta as possibilidades de dona Maria construir laços de amizade com outras pessoas, fazendo com que ela só se relacione com as pessoas que lhe prestam alguma ajuda, como alimentos e roupas. A questão do segredo tem sido identificada como uma característica presente em famílias nas quais ocorre abuso intrafamiliar (Araújo, 2002). Além disso, o afastamento de dona Maria de sua família ocasionou o afastamento de Manuela das pessoas que a criaram durante anos, fazendo com que Manuela se sinta dividida: afirma sentir saudade do avô e da tia, mas sabe que se estivesse com eles, também não poderia ver sua mãe e os seus irmãos. Araújo (2002) aponta que, diante da denúncia de violência sexual, a família tende a vivenciar altos níveis de ansiedade e posicionar-se de forma resistente frente à veracidade ou não do relato ou mesmo, frente à imposição judicial de atendimento. Quanto à ausência de comunicação entre a família e a escola de Manuela, pode-se constatar que, mesmo diante das constantes ausências de Manuela, a escola, na terceira etapa de coleta de dados, ainda não tinha buscado compreender o motivo das faltas, nem chamado a responsável pela estudante para conversar, apontando a falta de envolvimento por parte da escola.

Tabela 7. *Fatores de Risco na Família Presentes no Processo de Reinserção*

Nível da Pessoa	Microssistema Familiar	Exossistema
Baixa auto-estima	Família numerosa	Desemprego e instabilidade laborial (mãe/padrastro)
Despreocupação com higiene e autocuidado	Mãe com SIDA e duas irmãs HIV +	Carência de relações de amizade próximas e recíprocas
	Mãe com história abuso sexual na infância	Conflitos e rompimento nas relações com a família materna
	Práticas educativas coercitivas e punitivas	Ausência de comunicação entre a família e escola
	Baixo nível de escolaridade da mãe	
	Descrédito da mãe quanto ao abuso	
	Falta de valorização da escola	
	Ausência de rotina familiar	
	Suspeita de abuso sexual	

As Tabelas 8 e 9 apresentam os fatores de proteção e risco, respectivamente, no microsistema do abrigo. Na Tabela 8, é possível constatar que, no nível da pessoa, Manuela percebeu um incremento em sua auto-estima, exercitou o auto-cuidado com sua aparência, higiene e saúde, visto que, quando falava no abrigo, mencionava os seus objetos pessoais de limpeza, como escova de cabelo, de dente, desodorante, por exemplo, e a rotina de higiene que possuía. Além disso, Manuela construiu novos vínculos afetivos com outras meninas abrigadas e monitoras, sentindo-se segura e protegida no abrigo. Essa percepção positiva do período de vivência institucional foi descrita em diversos estudos atuais (Arpini, 2003; Dell’Aglío, 2000; Dalbem, 2005; Pasian & Jacquemin, 1999; Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, no prelo), salientando uma mudança na forma de entender o abrigo, considerando os fatores de proteção e os processos desenvolvimentais que ocorrem nesse contexto (Siqueira & Dell’Aglío, no prelo).

No microsistema do abrigo, constata-se a existência de valorização e estímulo às atividades escolares, o que ocasionou a recuperação acadêmica de Manuela e sua aprovação para a terceira série durante os seis meses de abrigamento; espaço para o desenvolvimento de brincadeiras; participação nas tarefas coletivas de organização do ambiente do abrigo, como limpar o pátio, estender roupas, ajudar na cozinha; estímulo a interações sociais, visto que o abrigo promovia festas de aniversário e encontros com os integrantes da outra sede; apoio emocional, pois as monitoras e amigas do abrigo se disponibilizavam quando Manuela estava triste e com saudade dos irmãos; e apoio instrumental, como o fornecimento de roupas, escova de dentes, material escolar, entre outros. O apoio instrumental, destacado por Manuela nas entrevistas ao enfatizar os objetos e roupas que ganhou no abrigo, é indicado como o apoio mais relevante para a população de nível socioeconômico desfavorecido (Wills, Blechman, & McNamara, 1996). Os autores destacam, ainda, que o apoio emocional é considerado o apoio mais importante para o incremento dos processos de resiliência individual e para a promoção da superação de adversidades. Esse apoio pode ser identificado, segundo o relato de Manuela, no suporte emocional fornecido por algumas monitoras e meninas do abrigo nos momentos em que a adolescente sentia-se triste. Em estudo sobre redes de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados, tanto o apoio emocional e afetivo quanto o apoio instrumental foram considerados como os principais apoios fornecidos pelos membros do abrigo, ao passo que, o principal apoio fornecido pelos membros da família foi o apoio instrumental (Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, no prelo).

No nível do exossistema, a comunicação estabelecida entre o abrigo e o CRAI (Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil) e entre o abrigo e a ONG,

nortearam o planejamento da reunificação de Manuela e sua família, juntamente com o trabalho de orientação direcionado ao padrasto e dona Maria. É possível observar um esforço conjunto do abrigo e da ONG em planejar e realizar um desligamento mais seguro e definitivo possível. Ainda sim, a família não reagiu de forma salutar e positiva frente ao retorno de Manuela, transformando-a no “bode expiatório” dos problemas da família. Além disso, no momento de desligamento de Manuela, o abrigo forneceu à sua família um fogão novo, colchões e roupas para a adolescente. Segundo Juliano (2005), o planejamento e a orientação, dentro de uma comunicação constante e em via dupla entre os órgãos responsáveis, na prática, não parecem ser a regra nos processos de desligamento. Apoio, orientação e acompanhamento das famílias contribuem para a efetivação do caráter provisório da medida de proteção do abrigamento, sendo necessário um trabalho efetivo e eficaz com a família biológica, no período em que a criança e o adolescente estejam no abrigo, a fim de potencializar as capacidades da família e promover sua reorganização (Juliano, 2005).

Tabela 8. *Fatores de Proteção do Abrigo*

Nível da Pessoa	Microssistema do Abrigo	Exossistema
Incremento de sua auto-estima	Estímulo às atividades escolares	Diálogo entre Abrigo e CRAI e fornecimento de avaliação psicológica
Auto-cuidado com sua aparência, higiene e saúde	Espaço para desenvolver brincadeiras	Diálogo constante entre Abrigo e Escola
Construção de vínculos afetivos	Rotina estável e flexível	Planejamento abrigo-ONG para o retorno à família
Sentimentos de proteção e segurança relacionados às amigas e monitoras	Participação nas tarefas coletivas de organização do ambiente	Apoio instrumental do abrigo e ONG para a família de Manuela
	Estímulo a interações sociais	
	Fornecimento de apoio emocional	
	Fornecimento de apoio instrumental	

A Tabela 9 apresenta os fatores de risco no microssistema do abrigo. No nível da pessoa, Manuela relatou conflitos com uma adolescente abrigada, com a qual discutiu em alguns momentos, sendo esse o motivo, segundo ela, de ter recebido “*uma varada de uma das monitoras do abrigo*”. Além disso, Manuela sentia saudades dos irmãos, o que a deixava triste. Esse aspecto corrobora a constatação de que Manuela mantém fortes vínculos afetivos com todos os seus irmãos, exceto com a irmã de sete anos.

No microssistema, o uso de punição física em uma situação vivenciada e a

rotatividade de funcionários foram os fatores de risco observados no abrigo. A punição física não deve ser adotada como prática educativa no ambiente institucional, sendo vetada pelo ECA (1990), ainda que tenha sido um episódio isolado. Durante o período em que Manuela esteve abrigada, houve demissões e admissões de funcionários. Esse fator é apontado na literatura como um dos fatores relevantes para as dificuldades emocionais dos abrigados, podendo levar a uma dificuldade dos mesmos de construir vínculos afetivos estáveis e duradouros (Carvalho, 2002). Outro fator de risco identificado foi a falta de contato entre o abrigo e a família, que pode ser atribuída à grande distância física entre esses contextos, sendo, no entanto, que a ONG foi constantemente mediadora dessa interação.

No exossistema, pode-se perceber uma ausência de comunicação entre o abrigo e a ONG com o Conselho Tutelar, estando esse último totalmente alheio ao retorno de Manuela à sua família de origem; e entre o abrigo e a família. A ausência do Conselho Tutelar durante o processo judicial de Manuela foi entendida como irrelevante e inoportuna pela assistente social do abrigo, apontando para a existência de conflitos e um senso de descrédito do abrigo para com o Conselho Tutelar. Juliano (2005) apontou a dificuldade de interação e a comunicação entre as instituições que trabalham com crianças e adolescentes abrigados, como também a ausência de objetivos comuns; juntamente com a inexistência de coordenação da política de abrigamento; a não ocorrência do reordenamento institucional preconizado pelo ECA (1990); e a falta de integração das políticas sociais existentes como os fatores presentes no exossistema que dificultam a provisoriedade da medida de abrigamento.

Outro fator observado, no exossistema, foi a realização de poucas visitas periódicas de Manuela à sua família de origem, durante o abrigamento, antes da reunificação. A necessidade de visitas freqüentes, no presente estudo de caso, não foi contemplada pelos órgãos que promoveram a reinserção da adolescente, visto que ela encontrou-se com sua família apenas três vezes durante os seis meses de abrigamento, duas vezes no Conselho Tutelar e a terceira em sua casa, ocorrendo o desligamento institucional na seqüência. O estudo de Davis, Landsverk, Newton e Ganger (1996) destaca que as crianças e adolescentes que receberam visitas de suas mães e outros familiares, conforme recomendado pela Assistência Social, possuíam mais chances de serem reunificadas, sugerindo que esse fator é importante para uma reconexão dos laços familiares rompidos, favorecendo uma reunificação bem-sucedida.

Tabela 9. *Fatores de Risco no Abrigo*

Nível da Pessoa	Microssistema do Abrigo	Exossistema
Conflitos com uma adolescente abrigada	Uso de punição física	Ausência de comunicação entre o Abrigo e a ONG com o Conselho Tutelar
Saudades dos irmãos	Rotatividade de funcionários	Realização de poucas visitas periódicas à família antes da reunificação
	Falta de contato com a família	

Frente aos fatores de risco e proteção dos dois principais contextos de Manuela, família e abrigo, pode-se constatar que os fatores de risco presentes na família são mais numerosos, frequentes e expressivos do que os de proteção, fazendo com que esses últimos não consigam operar como promovedores de processos de resiliência nesse caso. O contrário ocorre no microssistema do abrigo: os fatores de proteção se sobrepõem aos de risco, fazendo com que esse microssistema se caracterize como um contexto que possibilita desenvolvimento, promovendo os processos de resiliência da adolescente.

A análise do instrumento FAST (Gehring, 1993), que avalia a percepção da adolescente quanto à coesão e à hierarquia do ambiente familiar, indica que, em todas as situações, Manuela caracterizou sua família como não-balanceada (ver Figura 2). Por outro lado, houve uma coesão alta e hierarquia média na díade parental, confirmando a conexão e a cumplicidade existente entre o casal. Na situação típica, Manuela colocou seus irmãos pequenos próximos de si, indicando, novamente, proximidade emocional entre ela e os irmãos pequenos. O padrasto e a irmã de sete anos foram colocados próximos um do outro e distantes de Manuela. Segundo Manuela, sua irmã de sete anos é uma criança que provoca seus outros irmãos, entretanto, nunca é punida, especialmente pelo padrasto. Pode-se compreender que entre o padrasto e sua irmã de sete anos existe uma aliança entre gerações (Minuchin, 1966/1990), potencializando os conflitos intrafraternos. Segundo Minuchin (1966/1990), aliança entre gerações ocorre quando dois ou mais membros da família, de gerações diferentes, unem-se em prol de um objetivo ou para desafiar um outro membro. Na situação ideal do FAST, o fato de Manuela ter excluído o padrasto da configuração de sua família aponta para o mal-estar causado pela presença do padrasto. Manuela percebe que poderá viver idealmente com sua família somente sem a presença do mesmo. Além disso, Manuela aproximou a sua mãe dos filhos pequenos, que na situação típica estavam afastados dela e perto de si própria, indicando o seu desejo de que a mãe fique mais próxima dos mesmos e seja a responsável pelos seus cuidados. Na situação de conflito, Manuela indicou a existência de inúmeros conflitos em sua família, tanto entre a

mãe e o padrasto, quanto entre eles e os filhos. Sendo a família de extrema importância para o desenvolvimento de seus membros, inclusive responsável pelo incremento dos processos de resiliência (Walsh, 1996), a dinâmica estabelecida em seu interior é de grande relevância para o seu entendimento. A dinâmica da família de Manuela possui características disfuncionais de toda a natureza, estando altamente permeada por conflitos, e não estabelecendo relações afetivas, recíprocas e com equilíbrio de poder (Bronfenbrenner, 1979/1996). Dessa forma, a família não está colaborando para o seu crescimento nem para a superação das dificuldades vivenciadas, operando como risco e não promovendo os processos de resiliência de Manuela.

A análise do Mapa dos Cinco Campos, realizado seis meses após a reinserção, indicou que Manuela possui uma rede de apoio extensa, com um total de 62 contatos, sendo que 57 estavam localizados no primeiro nível. O total de contatos apresentados pode ser considerado elevado. Em um estudo com adolescentes institucionalizados (Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, no prelo), a média de contatos da rede de apoio foi de 36, quase metade do que foi indicado pela participante. Entretanto, Manuela possui um elevado número de pessoas em sua rede de apoio porque ela possui, além de sua família, o abrigo e a ONG como contextos de desenvolvimento, o que amplia a quantidade de pessoas citadas. Apesar da literatura indicar que a qualidade das relações estabelecidas na rede de apoio são mais importantes do que a quantidade (Brito & Koller, 1999), considera-se a presença de uma rede de apoio extensa importante para as crianças e os adolescentes de condições socioeconômicas desfavorecidas e expostas às situações de risco. A importância está no fato de que, diante das situações adversas em que essas crianças e adolescentes estão expostos, a possibilidade de apoio se amplia com o aumento de pessoas significativas disponíveis na rede.

Pode-se perceber a forte vinculação ainda existente entre Manuela e as pessoas com quem convivia no abrigo, visto que o campo Abrigo contou com 17 contatos satisfatórios, nenhum conflito ou rompimento. A percepção positiva do campo Abrigo, já constatada nas entrevistas, confirma estudos com jovens que estiveram em abrigos e com aqueles ainda abrigados (Arpini, 2003; Dell’Aglío, 1998), apontando a importância das pessoas do abrigo como figuras de apego (Dalbem, 2005) e expressivas fontes de apoio (Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, no prelo). Em contraste, o campo Família apresentou oito contatos, sendo sete satisfatórios e um insatisfatório (irmã de sete anos) e o fator de proximidade de valor mais baixo. Manuela apontou, ainda, conflito e rompimento com sua irmã de sete anos no campo Família, indicando mais uma vez seu mau relacionamento com essa irmã. O fato de Manuela ter colocado sua mãe no terceiro nível de proximidade, nível no qual estão as

relações de menos satisfação, e de ter indicado a presença de conflito, demonstra a ausência de qualidade no relacionamento entre mãe e filha, já indicado pela inserção ecológica e pelas entrevistas. Manuela colocou seu padrasto no campo Amigos/Parentes, excluindo-o do campo Família. A indicação de um adulto, a assistente social da ONG, como a pessoa que Manuela mais pode contar e o fornecimento de apoio instrumental, aquele apoio que fornece algo material, como roupas, dinheiro, livros, ou ajuda na resolução de problemas, corroboram novamente os achados de Siqueira, Betts e Dell'Aglio (no prelo). Para essas autoras, os adultos estão mais aptos a ajudarem os adolescentes em situação de risco social e pessoal, com algo material ou na solução de problemas, questões que estão muitas vezes fora do alcance das crianças e dos seus pares. Da mesma forma, o apoio instrumental torna-se fundamental para essa população de condições desfavorecidas, visto que, em muitos casos, vivenciam privações materiais de toda natureza, valorizando, dessa forma, esse tipo de apoio (Wills, Blechman, & McNamara, 1996).

Ao final de seis meses de reunificação familiar, Manuela foi reabrigada. Tendo em vista a dinâmica familiar disfuncional e a presença de fatores de risco relevantes, pode-se compreender que o retorno ao abrigo foi uma medida de proteção para a adolescente, oferecendo-lhe a oportunidade de desenvolver relações proximais mais abrangentes do que se ela estivesse em sua família de origem. O reabrigamento de Manuela constitui uma nova transição ecológica vivenciada por ela. As transições ecológicas exigem um novo posicionamento da pessoa, como o exercício de novos papéis, e também novas respostas do ambiente, podendo favorecer ou prejudicar o desenvolvimento, dependendo da forma como ocorrem (Santana & Koller, 2004). De acordo com a percepção de Manuela quanto ao seu retorno ao abrigo, pode-se considerar o abrigo um espaço benéfico para o seu desenvolvimento, por favorecer o estabelecimento de novos relacionamentos e possibilitar contato com uma estrutura organizada. O abrigo possui características que podem incrementar os processos de resiliência de Manuela, contribuindo para a superação dos efeitos dos riscos aos quais ela estava exposta antes de ser abrigada. Essa consideração baseia-se no fato de que a resiliência pode ser entendida como o resultado da interação entre aspectos individuais, contexto social, quantidade e qualidade dos acontecimentos no decorrer da vida e dos fatores de proteção encontrados no meio social e familiar (Lindstrom, 2001). Nesse sentido, Dalbem (2005) destaca que, tendo em vista as limitações e riscos do ambiente familiar, o abrigo pode possibilitar melhores condições para o desenvolvimento da potencialidade dos abrigados, facilitando as conexões entre os seus microsistemas.

No que diz respeito à possibilidade de sucesso na reinserção familiar, Festinger (1996) indica que habilidades parentais pobres, permanência menor que um ano em cuidados substitutos e a ausência ou pobre apoio social são fatores de risco que contribuem para a não manutenção da criança no ambiente familiar. Por outro lado, contatos freqüentes entre a família e criança durante o período de afastamento, assim como a presença de pelo menos um dos pais biológicos, são fatores que favorecem uma reinserção bem sucedida (Davis, Landsverk, Newton, & Ganger, 1996). Entretanto, no presente estudo de caso, a pobre habilidade parental de dona Maria, juntamente com os outros fatores de risco associados, demonstraram valor decisivo para o fracasso nessa reunificação. Quanto ao tempo de permanência, apesar do ECA (1990) preconizar a provisoriedade e a temporalidade do abrigo, é possível inferir que alguns meses a mais de permanência na instituição de abrigo poderiam ter favorecido mais visitas à sua família, podendo contribuir para uma reinserção melhor sucedida. Na etapa final, um mês após o reabrigo, Manuela mostrou uma conscientização clara de sua situação, avaliando que, apesar da saudade dos irmãos, o abrigo é o melhor lugar para ela nesse momento.

#### **4.5 Conclusões**

A análise dos resultados indica que a família de Manuela possui características disfuncionais, com inúmeros, severos e freqüentes fatores de risco, que dificultam o seu desenvolvimento. A estrutura de sua família é não-balanceada, com baixa coesão e desequilíbrio de poder, estando o poder concentrado em alguns membros. Além disso, mesmo estando na sua família há seis meses, Manuela não a considera como fonte de apoio, indicando, inclusive, pouca qualidade nas relações familiares. Em casos como esse, em que os fatores de risco na família são mais expressivos do que os de proteção, indicando a sua vulnerabilidade, o abrigo acaba por ser uma estratégia de proteção às crianças e aos adolescentes envolvidos. Dessa forma, nesse caso, o processo de transição ecológica, do microssistema da família para o institucional, pode incrementar os processos de resiliência da participante, proporcionando o seu desenvolvimento.

O abrigo foi considerado, pela participante do estudo, como um contexto no qual ela possuía uma rotina de higiene, tarefas domésticas e escolares, inclusive contribuindo para a sua recuperação acadêmica, como um contexto em que ela pode desenvolver relações afetivas, recíprocas e com equilíbrio de poder. O campo Abrigo foi o contexto em que Manuela possuía o maior número de contatos satisfatórios, além de ser um dos campos

com relações mais próximas, mesmo após seis meses de afastamento do abrigo. Sua entrada no abrigo parece ter operado como fator de proteção, ampliando sua rede de apoio e proporcionando o desenvolvimento de relações proximais mais abrangentes. No entanto, ressalta-se que o abrigamento é uma medida de proteção temporária e provisória, não podendo substituir a família, sendo necessário traçar estratégias de reinserção para que Manuela possa retornar de forma mais rápida e segura possível, podendo ainda ter convívio familiar durante sua adolescência. Entretanto, deve-se considerar os riscos a que ela pode estar exposta no ambiente familiar, assim como seus irmãos, sendo necessária uma efetiva avaliação deste contexto para uma decisão de reinserção.

A reinserção familiar é preconizada no ECA (1990), sendo de responsabilidade do abrigo desenvolver um plano de desligamento e acompanhamento de egressos. O caso de Manuela mostra uma tentativa dos órgãos envolvidos, o abrigo e a ONG, em planejar o retorno da adolescente, orientando sua mãe e padrasto sobre o que é abuso e refletindo constantemente sobre o que é melhor para a adolescente. Por outro lado, pode-se compreender que o retorno se deu precocemente, visto que a família não estava preparada para a volta de Manuela, transformando-a na fonte de todos os problemas da família. Além disso, a realização de três visitas ao longo dos seis meses de abrigamento não foi suficiente para assegurar um retorno bem sucedido. Tendo em vista a necessidade de minimizar os possíveis danos e fracassos de uma reinserção mal sucedida, é possível afirmar que esse plano de desligamento e reinserção deve estar pautado em (1) visitas frequentes da família às crianças e adolescentes e vice-versa; (2) entrevistas regulares com os abrigados e também seus familiares; e, (3) visitas domiciliares de um técnico do abrigo à família, a fim de investigar a situação física e econômica, como também a motivação, os sentimentos e os medos relacionados ao retorno do abrigado. A partir desses procedimentos, é preciso avaliar objetivamente se, de fato, a situação familiar se modificou durante o abrigamento, assegurando que o risco ao qual a criança e o adolescente estavam expostos não existe mais ou, pelo menos, a família está buscando minimizá-lo.

O presente estudo de caso ilustra a necessidade de desenvolver estratégias sólidas e seguras de acompanhamento desses processos de reinserção familiar, visto que qualquer falha nesse processo pode levar ao reabrigamento, e conseqüentemente, a novos rompimentos de vínculos afetivos, dificultando ainda mais a próxima tentativa de reinserção. Destaca-se a iniciativa daqueles abrigos que estão alertas para essa problemática e que procuram implementar a reinserção de forma responsável e comprometida. Em muitos casos, os abrigos não possuem um plano de desligamento e acompanhamento de egressos, seja pelas dificuldades em desenvolver esses programas

isoladamente ou pela falta de apoio de políticas públicas governamentais que os auxiliem. Torna-se importante desenvolver mais pesquisas sobre essa temática, a partir de uma amostra nacional, a fim produzir conhecimento embasado em estudos brasileiros. Além disso, como indica Juliano (2005), enquanto as crianças e os adolescentes estão abrigados, as suas famílias devem estar sendo preparadas para o retorno de seus filhos, recebendo apoio social externo para que se reestruturem. Entretanto, essa preparação envolve outros aspectos macrosistêmicos, também deficitários e complexos, como a baixa escolaridade, falta de empregos, desigualdade social, entre outros. É fundamental que o poder público focalize de maneira mais direta a vulnerabilidade das famílias, investindo em educação, empregos, cursos profissionalizantes, programas de geração de renda, entre outras estratégias. Assim, possibilitaria uma progressiva e efetiva melhora na qualidade de vida da população, fazendo com que, a médio e longo prazo, as famílias estejam mais capacitadas para criar e educar suas crianças e seus adolescentes.

## CAPÍTULO V

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, a proposta desta dissertação era realizar um estudo qualitativo e longitudinal, a partir de três estudos de caso de adolescentes em processo de reinserção familiar. Assim, seria possível avaliar a percepção de rede de apoio social e afetivo, da vivência institucional, as características da família, como coesão e hierarquia, levantar fatores de risco e proteção. Tal estudo possibilitaria uma maior compreensão quanto aos processos e fatores envolvidos na reinserção. A ausência de estudos brasileiros sobre essa temática indicava a necessidade e a importância de desenvolver essa pesquisa, ainda que as limitações de tempo e recursos estivessem presentes.

Em decorrência da ausência de casos de adolescentes que se encaixassem nos critérios de inclusão do estudo, no período destinado à coleta de dados, tornou-se necessário reformular o projeto original (Siqueira, 2004) e construir dois métodos diferentes que contemplassem os objetivos iniciais. Assim, o primeiro estudo focalizou a percepção de rede de apoio social e afetivo de adolescentes abrigados, sem o critério de estarem em processo de desligamento institucional; e o segundo estudo buscou compreender o processo de reinserção familiar, a partir do estudo de caso único de uma adolescente de 12 anos, que esteve abrigada por seis meses por suspeita de abuso sexual por parte do padrasto. Esse estudo de caso cumpriu com a proposta original de ser longitudinal e qualitativo (Siqueira, 2004).

O movimento no espaço ecológico realizado por crianças e adolescentes, entre família e abrigo, corresponde a transições ecológicas que levam ao exercício de novos papéis e a uma reorganização de suas redes de apoio, que podem favorecer ou prejudicar o desenvolvimento, dependendo da forma como ocorrem e das características dos microssistemas envolvidos. Estando presentes fatores de proteção, essas transições tornam-se importantes por proporcionar a possibilidade de uma reorganização qualitativa, podendo levar a mudanças na percepção de si mesmo e dos outros e no estabelecimento de relações. Essa reorganização pode proporcionar oportunidade de desenvolvimento, atuando na diminuição da vulnerabilidade e das situações de conflito e permitindo a promoção de processos de resiliência.

O capítulo teórico originou-se de uma revisão minuciosa e profunda de estudos sobre a institucionalização, analisando e discutindo os aspectos presentes nos estudos mais antigos e nos mais recentes. Esse estudo indicou uma mudança no funcionamento dos

abrigos, especialmente após o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o qual contribuiu para uma mudança qualitativa no atendimento nos abrigos, apesar de, primordialmente, preconizar o direito à convivência familiar e comunitária. Além do ECA (1990), pode-se perceber uma mudança na forma de investigar os aspectos desenvolvimentais das crianças e dos adolescentes abrigados, pois os estudos mais recentes partem da perspectiva dos abrigados, utilizando instrumentos qualitativos, como entrevistas, em contraste aos instrumentos padronizados de avaliação, especialmente cognitiva, usados em estudos mais antigos, que indicavam os déficits encontrados nos abrigados em comparação às crianças e aos adolescentes que se desenvolvem em contextos culturalmente esperados. O último aspecto destacado foi a mudança na forma de compreender e analisar o contexto institucional. Os pesquisadores, atualmente, desenvolvem estudos embasados em teorias contextualistas, observando quais processos contribuem para o desenvolvimento e quais interrompem essa continuidade. A Teoria Bicológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996, 2004) é um exemplo de teoria que leva em consideração o contexto para o desenvolvimento, o qual é entendido como contínuo e processual, operando, nessa dissertação, como a pedra fundamental para o entendimento dos resultados dos estudos.

Os dois estudos empíricos realizados apontam a importância do abrigo para a vida dos adolescentes participantes. No primeiro estudo, o campo Abrigo destacou-se por apresentar muitos contatos satisfatórios, e os seus membros foram citados, de maneira expressiva, como fontes de apoio do tipo emocional e afetivo e instrumental. Por outro lado, a família, apesar do tempo de abrigamento e da ruptura de vínculos, também desempenhou um papel importante na vida desses jovens, à medida que os familiares foram indicados como a principal fonte de apoio, predominantemente do tipo instrumental. No segundo estudo, pode-se observar a importância dos vínculos afetivos da adolescente participante, tanto com seus familiares quanto com adultos e pares da instituição.

Quanto à questão do desligamento institucional, investigado no segundo estudo, foi possível destacar, principalmente, a existência de um planejamento desse processo, a partir da comunicação recíproca entre abrigo e ONG, e do trabalho realizado pela ONG direcionado ao padrasto e à mãe da participante. Entretanto, mesmo com a realização desse acompanhamento, a reinserção não foi bem sucedida, tendo em vista que a adolescente foi reabrigada cerca de seis meses depois da reinserção. Esse acontecimento indica outro aspecto igualmente importante: a vulnerabilidade da família, a qual não estava preparada para o retorno da adolescente, possuindo expressivos e frequentes fatores de risco e não estabelecendo relações afetivas, recíprocas e com equilíbrio de poder.

As conclusões deste estudo reforçam a necessidade de investir qualitativamente no contexto dos abrigos, visto que são necessários, buscando melhores condições de trabalho aos funcionários, estimulando a formação de uma equipe técnica que trabalhe em conjunto com os funcionários, a fim de prestar um atendimento contínuo aos abrigados, e, acima de tudo, favorecer as interações afetivas estáveis, recíprocas e com equilíbrio de poder. Ao longo do período em que as crianças e os adolescentes permanecerem abrigados, a equipe de técnicos do abrigo deve avaliar periodicamente a situação dos mesmos e estar em contato com a família, como preconiza o ECA (1990) e destaca Juliano (2005), a fim de verificar se houve mudanças efetivas que possibilitem o retorno de forma segura e definitiva. Deve-se traçar um plano de desligamento e reinserção familiar, que priorize visitas periódicas da família ao abrigo e, posteriormente, dos internos às suas famílias, além de um constante acompanhamento do processo.

Por outro lado, sabe-se que, dadas as limitações das instituições e o descaso dos órgãos públicos, muitos abrigos não possuem equipe técnica especializada e quadro de funcionários estável. Além disso, na prática, parece que os desligamentos não ocorrem da mesma forma nos abrigos de diferentes naturezas, mas sim, em muitos casos, sem avaliação e acompanhamento. O desfecho do caso de Manuela indica que, apesar da iniciativa de planejamento e acompanhamento, torna-se importante avaliar as condições familiares e trabalhar para a real capacitação da família. Essa capacitação está relacionada não só à conscientização do abuso ou mudanças nas práticas educativas exercidas, mas também à mudança no panorama social, que favoreça o acesso à saúde, a empregos, à escolaridade, enfim, a condições melhores de vida.

Estudar e investigar a institucionalização e, principalmente, os processos de reinserção familiar foi um desafio. Inúmeras dificuldades foram encontradas ao longo desse período, exigindo que alterações fossem realizadas para que o trabalho pudesse ser executado. A ampliação da amostra, no primeiro estudo, poderia ter fortalecido os resultados e enriquecido a discussão. No segundo estudo, que corresponde ao estudo de caso único de uma adolescente, teria sido extremamente rica a análise qualitativa do processo de reinserção a partir de mais de um estudo de caso, permitindo a avaliação das semelhanças e diferenças entre eles, ao longo de um período de tempo. Assim, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas subseqüentes, que possam contar com amostras maiores e realizar um acompanhamento mais efetivo dos processos de desligamento, a fim de contribuir para uma maior compreensão quanto à vivência institucional, às redes de apoio e à reinserção familiar de adolescentes.

## REFERÊNCIAS

- Aberastury, A. & Knobel, M. (1988). *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Adams, D. M., Overholser, J. C., & Spirito, A. (1994). Stressful life events associated with adolescent suicide attempts. *Canadian Journal of Psychiatry*, 39, 43-48.
- Altoé, S. (1990). Internato de menores: Educar para (de)formar? *Fórum Educacional*, 14, 50-76.
- Altoé, S. (1993). Do internato à prisão: Quem são os presidiários egressos de estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente? In I. Rizzini (Ed.), *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio* (pp. 213-229). Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.
- Antonucci, T. C. & Jackson, J. S. (1987). Social support, interpersonal efficacy and health: A life course perspective. In L. Carstensen & B. A. Edelstein (Eds.), *Handbook of clinical gerontology* (pp. 291-311). New York: Pergamon Press.
- Araújo, M. F. (1996). Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. *Perfil*, 9, 07-17.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7, 3-11.
- Arpini, D. (2003). *Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares*. SP: EDUSC.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. (Eds.). (1989). *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Editora.
- Banyard, V. (1997). The impact of childhood sexual abuse and family functioning on four dimensions of women's later parenting. *Child Abuse & Neglect*, 21, 1095-1107.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barker, C., Pistrang, N., & Elliot, R. (1994). *Research methods in clinical and counseling psychology*. New York: Wiley.
- Bazon, M. & Biasoli-Alves, Z. (2000). A transformação de monitores em educadores: Uma questão de desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 199-204.
- Black, D., Heyman, R., & Slep, A. (2001). Risk factors for child physical abuse. *Aggression and Violent Behavior*, 6, 121-188.
- Blyth, D. A., Hill, J. P., & Thiel, K. L. (1982). Early adolescents' significant others: Grade and gender differences in perceived relationships with familial and nonfamilial adults and young people. *Journal of Youth and Adolescence*, 11, 425-450.
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1976).
- Bowlby, J. (1998). *Apego e perda: Separação, angústia e raiva*. São Paulo: Martins

- Fontes. (Original publicado em 1973).
- Brito, R. & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development. *Developmental Psychology*, 6, 723-742.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. *Annals of Child Development*, 6, 187-249
- Bronfenbrenner, U. (1990). Discovering what families do. In D. Blankenhorn, S. Bayme & J. Elshtain (Eds.), *Rebuilding the nest* (pp. 27-39). Wisconsin: Family Service América.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: Biocological perspectives on human development*. London: Sage.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Ed.), *Handbook of child psychology* (pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Caminha, R. (1999). A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In Amencar (Ed.), *Violência Doméstica* (pp.43-60). Brasília: UNICEF.
- Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: Possibilidades e desafios. In E. Lordelo, A. Carvalho & S. Koller (Eds.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 515-524.
- Courtney, M. & Wong, Y. (1996). Comparing the timing of exits from substitute care. *Children and Youth Services Review*, 18, 307-334.
- Creswell, J. W. (1994). *Research design: Qualitative and quantitative approaches*. London: Sage.
- Dalbem, J. X. (2005). *Características da representação do apego em adolescentes institucionalizadas e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

- Davis, I., Landsverk, J., Newton, R., & Ganger, W. (1996). Parental visiting and foster care reunification. *Children and Youth Services Review, 18*, 363-382.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2000). A visão de famílias entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia, 5*, 347-381.
- De Antoni, C. (2002). *Coessão e hierarquia em família com história de abuso físico*. Projeto de Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- De Antoni, C. (2005). *Coessão e hierarquia em famílias com história de abuso físico*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Dell’Aglia, D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Dixon, L., Browne, K., & Hamilton-Giachritsis, C. (2005). Risk factors of abused as children: A mediational analysis of the intergenerational continuity of child maltreatment (Part I). *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 46*, 47-57.
- Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., & Browne, K. (2005). Attributions and behaviours of parents abused as children: A mediational analysis of the intergenerational continuity of child maltreatment (Part II). *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 46*, 58-68.
- Eamon, M. & Kopels, S. (2004). “For reasons of poverty”: Court challenges to child welfare practices and mandated programs. *Children and Youth Services Review, 26*, 821-836.
- Estatuto da criança e do adolescente. (1999). Diário Oficial da União. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- Everson, M., Hunter, W., Runyon, D., Edelsohn, G., & Coulter, M. (1989). Maternal support following disclosure of incest. *American Journal Orthopsychiatric, 59*, 197-207.
- Farmer, E. (1996). Family reunification with high risk children: Lessons from research. *Children and Youth Services Review, 18*, 403-424.
- Feldman, S. S. & Gehringer, T. M. (1988). Changing perceptions of family cohesion and power across adolescence. *Child Development, 59*, 1034-1045.
- Festinger, T. (1996). Going home and returning to foster care. *Children and Youth Services Review, 18*, 383-402.

- Fonseca, C. (1987). O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. *Temas IMESC, Sociedade, Direito, Saúde*, 4, 21-39.
- Fonseca, C. (1993). Criança, família e desigualdade social no Brasil. In I. Rizzini (Ed.), *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio* (pp.113-131). Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula.
- Fonseca, C. (1995). *Caminhos da adoção*. São Paulo: Editora Cortez.
- Fonseca, C. (2002). Mãe é uma só? Reflexões em torno de casos brasileiros. *Psicologia USP*, 13, 49-68.
- Freitas, M. (Ed.). (1997). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Gamerzy, N. (1996). Reflections and commentary on risk, resilience, and development. In R. J. Haggerty, L. R. Sherrod, N. Garmerzy & M. Rutter (Eds.), *Stress, risk, and resilience in children and adolescents: Processes, mechanisms, and interventions* (pp. 1-18). Cambridge: Cambridge University Press.
- Garmerzy, N. & Masten, A. (1994). Chronic adversities. In M. Rutter, E. Taylor & L. Herson (Eds.), *Child and adolescent psychiatry* (pp. 191-207). Oxford: Blackwell.
- Gehring, T. M. (1993). *Family System Test – FAST*, Manual. Germany, Göttingen: Hogrefe & Huber Publishers.
- Gehring, T. M. & Marti, D. (1993). The family system test: Differences in perception of family structures between nonclinical and clinical children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 34, 363-377.
- Gehring, T. M., Marti, D., & Sidler, A. (1994). Family system test (FAST): Are the parent's and children's family constructs either different or similar, or both? *Child Psychiatry and Human Developmental*, 25, 125-138.
- Grusec, J. E. & Lytton, H. (1988). *Social development: History, theory and research*. New York: Springer-Verlang.
- Guerra, V. N. (1998). *Violência de pais contra filhos: A tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez Editora.
- Guirado, M. (1986). *Instituição e relações afetivas: O vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- Hoffman, M. L. (1979). Development of moral thought, feeling and behavior. *American Psychologist*, 34, 959-966.
- Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, 30, 26-28.
- Hoppe, M. (1998). *Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do

- Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Hutz, C., Koller, S. H., & Bandeira, D. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP, 1*, 79-86.
- Jessor, R., Van Den Boss, J., Vanderryn, J., Costa, F., & Turbin, M. (1995). Protective factors in adolescent problem behavior: Moderator effects and developmental change. *Developmental Psychology, 31*, 923-933.
- Juliano, M. C. (2005). *A influência da ecologia dos ambientes de atendimento no desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS.
- Karoll, B. & Poertner, J. (2003). Indicators for safe family reunification: How professionals differ. *Journal of Sociology and Welfare, 30*, 139-160.
- Koller, S. H. (2000). Violência doméstica: Uma visão ecológica. In Amencar (Ed.), *Violência doméstica* (pp.32-42). Brasília: UNICEF.
- Koller, S. H. & Bernardes, N. M. G. (1997). Desenvolvimento moral pró-social: Semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. *Estudos de Psicologia, 2*, 223-262.
- Koller, S. H. & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In S. Koller (Ed.), *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kristensen, C. H., Oliveira, M. S., & Flores, R. Z. (2000). Violência contra crianças e adolescentes na grande Porto Alegre – Parte B: Pode piorar? In Amencar (Ed.), *Violência doméstica* (pp.104-117). Brasília: UNICEF.
- Landy, S. & Munro, S. (1998). Shared parenting: Assessing the success of a foster parent program aimed at family reunification. *Child Abuse & Neglect, 22*, 305-318.
- Leifer, M., Kilbane, T., & Kalick, S. (2004). Vulnerability or resilience to intergenerational sexual abuse: The role of maternal factors. *Child Maltreatment, 9*, 78-91.
- Leite, M. M. (1997). A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In M. Freitas (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp. 17-50). São Paulo: Cortez.
- Lindstrom, B. (2001). O significado da resiliência. *Adolescência Latino-americana, 2*, 133-137.
- Lisboa, C. S. M. (2001). *Estratégias de coping e agressividade: Um estudo comparativo entre crianças vítimas e não-vítimas de violência doméstica*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

- Luthar, S. S. (1991). Vulnerability and resilience: A study of high-risk adolescents. *Child Development, 62*, 600-616.
- Luthar, S. S. & Zigler, E. (1991). Vulnerability and competence: A review of research on resilience in childhood. *American Journal of Orthopsychiatry, 61*, 6-22.
- Maluccio, A., Abramczyk, L., & Thomlison, B. (1996). Family reunification of children in out-of-home care: Research perspectives. *Children and Youth Services Review, 18*, 287-305.
- Marcilio, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In M. Freitas (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp. 51-76). São Paulo: Cortez.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia, 9*, 177-187.
- Masten, A. & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology. In B. Lahey & A. Kazdin (Ed.), *Advances in clinical child psychology* (pp.1-52), New York: Plenum Press.
- Mayer, L. R. (2002). *Rede de apoio social e afetivo e representação mental das relações de apego de meninas vítimas de violência doméstica*. Dissertação de Mestrado não-Publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1966).
- Minuchin, S. & Fishman, H. C. (2003). *Técnicas e terapias familiares*. Belo Horizonte: Artmed.
- Miranda, A., Adorno, R., Cuello, S., & Yunes, M. A. (2003). O funcionamento dos abrigos como parte integrante da rede de apoio social na cidade de Rio Grande/RS [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Ed.), *Resumos de comunicações científicas, IV Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (pp. 274-275). João Pessoa: SBPD.
- Morais, N. A. & Koller, S. H. (2004). Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: Ênfase na saúde. In S. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (pp. 91-107). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Newcomb, M. (1990). Social support and personal characteristics: A developmental and interactional perspective. *Journal of Social and Clinical Psychology, 9*, 54-68.
- Newcomb, M. D. & Locke, T. F. (2001). Intergenerational cycle of maltreatment: A

- popular concept obscured by methodological limitations. *Child Abuse and Neglect*, 25, 1219-1240.
- Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento infantil: Abordagem de Mussen*. Porto Alegre: Artmed.
- Orford, J. (1992). *Community psychology. Theory and practice*. New York: Wiley.
- Pacheco, J. (2005). Práticas educativas maternas: Um estudo comparativo entre adolescentes autores de atos infracionais e adolescentes não infratores [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia (Ed.), *Resumos de comunicações científicas, XXXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*. Curitiba, PR: SBP.
- Pasian, S. & Jacquemin, A. (1999). O auto-retrato em crianças institucionalizadas. *Paidéia*, 9, 50-60.
- Passeti, E. (1996). O menor no Brasil Republicano. In M. Priore (Ed.), *História da criança no Brasil* (pp. 146-175). São Paulo: Contexto Editora. (Original publicado em 1991).
- Pesce, R., Assis, S., Santos, N. & Oliveira, R. (2004). Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20, 135-143.
- Pine, B. & Warsh, R. (1996). Protecting children and supporting families: An essay review. *Children and Youth Services Review*, 18, 469-472.
- Pires, J. M. (2000). Violência na infância: Aspectos clínicos. In Amencar (Ed.), *Violência doméstica* (pp.61-70). Brasília: UNICEF.
- Polanczyk, G., Zavaschi, M., Benetti, S., Zenker, R., & Gammerman, P. (2003). Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 37, 8-14.
- Priore, M. D. (1996). O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia. In M. Priore (Ed.), *História da criança no Brasil* (pp. 10-27). São Paulo: Contexto Editora. (Original publicado em 1991).
- Ptacek, J. T. (1996). The role of attachment in perceived support and the stress and coping process. In G. R. Pierce, B. R. Sarason & I. G. Sarason (Ed.), *Handbook of social support and family* (pp. 495-520). New York: Plenum Press.
- Reppold, C., Pacheco, J., & Hutz, C. (2005). Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. In C. Hutz (Ed.), *Violência e risco na infância e adolescência: Pesquisa e intervenção* (pp.9-42). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Reppold, C., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In C. Hutz

- (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp.7-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rizzini, I. (1990). A assistência à infância na passagem para o século XX da repressão à reeducação. *Fórum Educacional*, 14, 77-95.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal Orthopsychiatry*, 57, 316-331.
- Rutter, M. (1996). Psychosocial resilience and protective mechanisms. In J. Rolf, A. S. Masten, D. Cicchetti, K. H. Nuechterlein & S. Weintraub (Eds.), *Risk and protective factors in the development of psychopathology* (pp. 181-214). New York: Cambridge University Press.
- Saffioti, H. I. B. (1997). No fio da navalha: Violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In F. R. Madeira (Ed.), *Quem mandou nascer mulher?* (pp.134-211). São Paulo: Editora Rosa dos Tempos.
- Samuelsson, M., Thernlund, G., & Ringström, J. (1996). Using the five map to describe the social network of children: A methodological study. *International Journal Behavioral Development*, 19, 327-345.
- Santana, J. P. (2003). *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Santana, J. & Koller, S. (2004). Introdução à abordagem ecológica do desenvolvimento humano nos estudos com crianças e adolescentes em situação de rua. In S. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 109-120). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Seger, D. & Dell'Aglio, D. (2003). Redes de apoio social como fatores de proteção na adolescência. [Resumo]. In Associação Brasileira de Psicologia Social (Ed.), *Resumos de comunicações científicas, XII Encontro Nacional da ABRAPSO*. Porto Alegre, RS: ABRAPSO.
- Seifer, R., Sameroff, A., Baldwin, C., & Badwin, A. (1992). Child and family factors that ameliorate risk between 4 and 13 years of age. *Journal of American Academic Adolescent Psychiatry*, 31, 893-903.

- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Silva, R. (1997). *Os filhos do governo*. São Paulo: Editora Ática.
- Siqueira, A. C. (2004). *Percepção das redes de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no processo de reinserção familiar*. Projeto de Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Siqueira, A. C. & Dell'Aglio, D. D. (no prelo). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18.
- Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell'Aglio, D. D. (no prelo). Redes de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados. *Interamerican Journal Psychology*.
- Steinberg, L. (1993). *Adolescence*. New York: McGraw-Hill.
- Steinberg, L. (2000). The family at adolescent: Transition and transformation. *Journal of Adolescent Health*, 27, 170-178.
- Tizard, B., Cooperman, O., Joseph, A., & Tizard, J. (1972). Environmental effects on language development: A study of young children in long-stay residential nurseries. *Child Development*, 43, 337-358.
- Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process*, 35, 261-281.
- Williams, M. (1996). Maintaining family ties and reconnecting families: An essay review. *Children and Youth Services Review*, 18, 463-468.
- Wills, T, Blechman, E., & McNamara, G. (1996). Family support, coping and competence. In M. Hetherington & E. Blechman (Eds.), *Stress, coping and resiliency in children and families* (pp. 107-133). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. (Daniel Grassi, Trad.). Porto Alegre: Bookman. (Original publicado em 2003).
- Yunes, M. A., Miranda, A. T., & Cuello, S. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (pp. 197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Yunes, M. A., Miranda, A. T., Cuello, S. S., & Adorno, R. S. (2000). A história das instituições de abrigo às crianças e concepções de desenvolvimento infantil [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia (Ed.), *Resumos de comunicações científicas, XXXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia* (pp. 213-214). Florianópolis: SBP.

- Yunes, M. A., Tavares, M. F., Arrieche, M. R., & Faria, L. C. (2001). A família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia, 11*, 47-56.
- Zellerhoff, R. H. S. (1989). Violência física contra a criança. *Estudos de Psicologia, 2*, 62-74.
- Zimmerman, M. A. & Arunkumar, R. (1994). Resilience research: Implications for schools and policy. *Social Policy Report, 8*, 1-18.

## ANEXOS

### Anexo A

Instruções para aplicação do Mapa dos Cincos Campos (Adaptado por Hoppe, 1998)

Disponer o quadro à frente da criança e a caixa com as fichas ao lado.

“Aqui tem cinco círculos (apontar cada círculo e contar com a criança). No círculo do meio está você (colocar uma ficha circular representando a criança). Em cada fatia do círculo estão as pessoas com quem você convive. Elas não estão aqui porque é você quem vai colocá-las em cada espaço”. Apresentar as fichas mostrando como fixá-las ao quadro, identificando com a criança a representação de crianças, adolescentes e adultos:

“Aqui estão algumas figuras que podem representar estas pessoas que você vai citar: um homem, uma mulher, um jovem (nem adulto, nem criança) de cada sexo, um menino e uma menina. Você vai colocá-las envolta deste círculo central: quanto mais perto do meio, onde está você, mais você gosta; quanto mais longe, menos você gosta. No último círculo (da periferia) você colocará aquelas pessoas que você não gosta (mau relacionamento). Compreendeu o que você precisa fazer? Explique, então o que você vai fazer”. O pesquisador vai certificar-se de que a criança compreendeu as instruções iniciais e introduzirá os campos do círculo:

- “No quadro existem cinco fatias: uma para a Família, outra para os Parentes, outra para a Escola, uma para os Vizinhos e Amigos e a quinta para Outros lugares que você frequenta. Você pode começar por onde desejar. Por onde você quer começar?” (Esperar que a criança mencione o campo que deseja iniciar).

“Bem, você escolheu ...”. Explicar em que consiste o campo abaixo:

Família: “Bem, você escolheu a família, então aqui você pode incluir as pessoas que moram na mesma casa que a sua, como mãe, pai, padrasto madrasta, irmão, irmã, e outros que vivem com você”. Repetir, aqui, as pessoas mencionadas na Constelação Familiar descrita pela criança na Entrevista Inicial. Quando a criança concluir a colocação das fichas sobre o Mapa, o pesquisador solicitará que identifique as pessoas que estão sendo representadas. Será registrada a classificação na Folha de Registro. A criança também será questionada quanto à possibilidade de existência de conflito ( + ) e o rompimento de relações ( † ) entre ela e a pessoa representada, e a classificação de satisfação (S) ou insatisfação (I). O questionamento será o seguinte:

“- Você se dá com esta pessoa? Ou não? Existe algum problema, ou briga entre você e esta pessoa?” Indicar cada pessoa, se for confirmado rompimento de relação ou conflito, com o sinal correspondente. Caso a criança mencione espontaneamente o conflito e o rompimento quando estiver colocando a pessoa no quadro. Somente após a conclusão de cada um dos campos serão dadas instruções para o campo seguinte.

Instituição: “Nela você pode incluir as pessoas das instituições que você frequenta. Pode ser os monitores, tios, professores do centro comunitário, abrigo, centro de lazer, casa de passagem, ou outros”. Novamente, espera-se o preenchimento deste campo, a identificação de pessoas importantes, de existência de conflito ou rompimento.

Escola: “-Na escola, você deve colocar pessoas com quem você convive na sua escola como professoras, colegas de aula, ou funcionários”. Seguir com a classificação de conflito, rompimento e satisfação/insatisfação.

Amigos: “- Na fatia amigos você poderá incluir pessoas que moram perto de sua casa, ou mesmo que morem longe, aquelas que frequentam as mesmas instituições que você e que você considere seus amigos”.

Contatos Formais (Outros): “- Nessa fatia (apontar: Outros) você vai escolher as pessoas que conhece de algum lugar que costuma ir, como igreja, clube, posto de saúde ou outro que você lembre”.

- MAPA DOS CINCO CAMPOS -

Nome:

Idade:

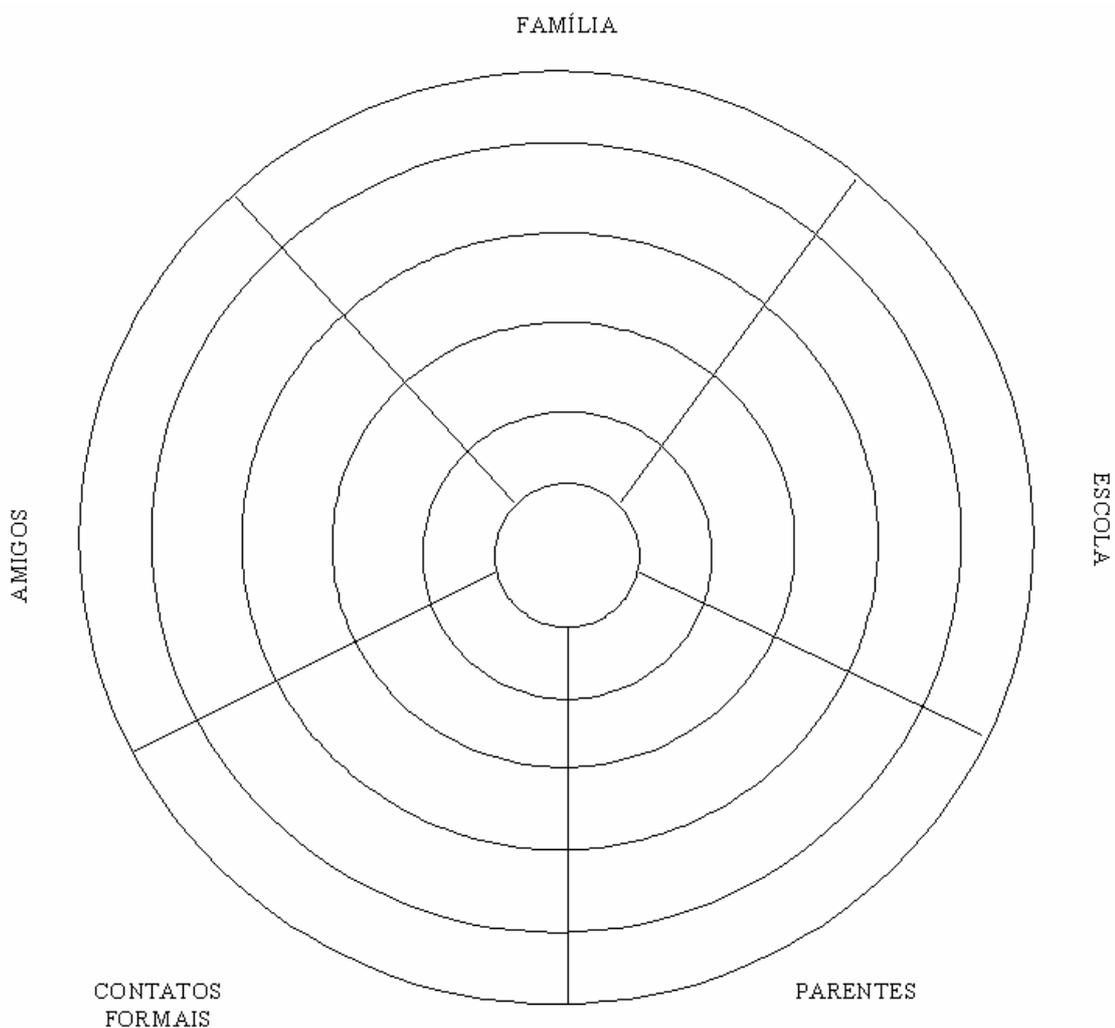
Data de aplicação:

Tempo de Duração:

† Conflito na relação (Brigas)

S Satisfação nas relações (Gosta)

‡ Rompimento da Relação (“Se dá?”) | Insatisfação nas relações (Não gosta)



FOLHA DE REGISTRO

Nome da criança: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Família: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

Nome da pessoa citada - Idade - Relação com a criança - Observações

- 1º.....
- 2º.....
- 3º.....
- 4º.....
- 5º.....
- 6º.....
- 7º.....
- 8º.....

Abrigo: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

- 1º.....
- 2º.....
- 3º.....
- 4º.....
- 5º.....
- 6º.....
- 7º.....
- 8º.....

Escola: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

- 1º.....
- 2º.....
- 3º.....
- 4º.....
- 5º.....
- 6º.....
- 7º.....
- 8º.....

Amigos/Parentes: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

- 1º.....
- 2º.....
- 3º.....
- 4º.....
- 5º.....
- 6º.....
- 7º.....
- 8º.....

Outros Locais: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

- 1º.....
- 2º.....
- 3º.....
- 4º.....
- 5º.....
- 6º.....
- 7º.....
- 8º.....

## Anexo B

### TERMO DE CONCORDÂNCIA DOS ABRIGOS, ONG, CONSELHO TUTELAR E ESCOLA

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar o processo de desligamento de crianças e adolescentes da instituição de abrigo e o processo de reinserção familiar. Este estudo prevê a participação de crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 10 a 14 anos, que tenham permanecido na instituição de abrigo pública ou não-governamental por pelo menos 6 meses e estejam vivenciando o processo de reinserção em suas famílias de origem. Todos podem ter vivenciado experiências em outras instituições e situação de abandono e/ou maus-tratos. Para tanto serão realizadas entrevistas individuais com o participante e um responsável, com questões que investigarão este processo de reinserção e adaptação à sua família de origem. A duração das entrevistas terá como critérios a disponibilidade de tempo do entrevistado e a finalização das perguntas, sendo estipulada uma duração mínima de meia hora e máxima de uma hora e meia. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e colocados anonimamente à disposição dos pesquisadores responsáveis pelo estudo. Todo o material desta pesquisa será mantido em sigilo no Instituto de Psicologia da UFRGS e após será destruído.

Através deste trabalho, esperamos contribuir para o esclarecimento de algumas questões sobre o desligamento institucional destas crianças e adolescentes e o subsequente processo de adaptação a esta nova realidade. Agradecemos a colaboração desta Instituição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a psicóloga Aline Cardoso Siqueira (CRP 07/12.143), sob a supervisão da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Dalbosco Dell'Aglio, do Instituto de Psicologia/UFRGS. Caso queiram contactar com a equipe, isto poderá ser feito pelos telefones (51) 92164059, 32336174 ou ainda (55) 222-5749 (Aline) e (51) 81236520 (Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Dalbosco Dell'Aglio).

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Dalbosco Dell'Aglio  
CPR 07/02595

---

Aline Cardoso Siqueira  
CRP 07/12143

---

Concordamos que as crianças e os adolescentes sob guarda, nesta instituição, participem do presente estudo.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Responsável pela Instituição

## Anexo C

### ROTEIRO DA ENTREVISTA DA PARTICIPANTE NA PRIMEIRA ETAPA

Data da Entrevista: ..... / ..... / .....

- 1) Nome:
- 2) Data de nascimento:
- 3) Idade:
- 4) Escolaridade:
- 5) Constituição familiar: quem mora na sua casa. Ou quantos irmãos você tem (sexo e idade)? Se não moram com sua família, onde estão?
- 6) Já esteve em outras instituições de abrigo. Se sim, em que idade, qual foi o motivo e como foi o desligamento.
- 7) Está em casa há quanto tempo?
- 8) Quem mora com você na sua casa?

#### Quanto à instituição

- 9) Como era viver no abrigo?
- 10) Motivo da entrada no abrigo:
- 11) Você tinha amigos lá?
- 12) Como era sua relação com eles?
- 13) Que atividades você realizava lá?
- 14) Como era sua relação com as outras crianças e os outros adolescentes do abrigo?
- 15) Como era sua relação com as monitoras de lá? Como era que elas te cuidavam?
- 16) Vocês conversavam? Sobre o quê?
- 17) Quando você precisava de alguma coisa, a quem você pedia?
- 18) Quando você estava feliz, para quem vc contava no abrigo?
- 19) E quando você estava triste, você dividia com alguém? Quem?
- 20) Se você tivesse uma sugestão para melhorar o dia-a-dia do abrigo, você falava para alguém? Quem? Se sim, como esta sugestão era recebida?
- 21) Como era para você morar na instituição?
- 22) O que você fazia para se divertir?
- 23) Qual é a diferença que você percebe entre morar na instituição e em casa?
- 24) Do que vc mais está sentindo falta do abrigo?
- 25) E do que não sente falta?
- 26) Quando você chegou à instituição, o que você sentiu? Qual foi a sua primeira impressão?
- 27) Como foi para você se adaptar quando você chegou à instituição?
- 28) Quando você chegou à instituição, você sentia falta de alguma coisa?
- 29) O que você fazia para se sentir melhor?
- 30) Você tem visto o pessoal da instituição? Gostaria de vê-los mais? Sim ou não e por quê?
- 31) Você sente falta de algo da instituição? Do que ou de quem?
- 32) O que você faz para se sentir melhor nestes momentos?

#### Quanto à família

- 33) Antes de voltar para casa, você via sua família com frequência, fazia visitas (semanalmente, mensalmente,...)?
- 34) Você via seus irmãos?
- 35) O que você está achando de estar em casa? Por quê?
- 36) Como era morar com sua família antes de ir para o abrigo?

- 37) Com quais pessoas você se relacionava bem em sua família antes de ir para o abrigo? E com quais não?
- 38) Quem trabalha na sua casa?
- 39) Como é sua rotina?
- 40) Como está sendo sua adaptação à vizinhança e ao restante da família?
- 41) Aponte uma coisa boa e uma coisa ruim de ter voltado para casa.
- 42) Que dificuldades estão sendo percebidas até este momento? Como você as resolve?
- 43) Com quem você mais pode contar neste momento (família ou não)?
- 44) Com quem você sente que não pode contar neste momento (família ou não)?
- 45) Na sua opinião, como está sendo para sua mãe (ou com quem esteja morando) tê-la novamente em casa?
- 46) Você divide com alguém as coisas boas e ruins que vivencia? Se sim, com quem?
- 47) De que forma esta pessoa tenta confortá-la nos momentos ruins?
- 48) Morar novamente com sua família está sendo como você imaginou? Se não, o que está diferente? Está sendo melhor ou pior do que esperava?

#### **Quanto às redes de amizade**

- 49) Como são as pessoas que moram perto da sua casa?
- 50) Você fez novas amizades? Como elas ou eles são? Cite as qualidades e os defeitos de seus novos amigos.
- 51) Você está namorando? Desde quando?
- 52) Como é a relação dele com a sua família?
- 53) Como você o (a) conheceu? Fale coisas boas e ruins deste relacionamento.
- 54) Na sua opinião, como deve ser um namorado (a)? Que qualidades ele (a) precisa ter?
- 55) O que você faz para se divertir? Quem vai com você?

**Anexo D**

**FOLHA DE REGISTRO DO *FAMILY SYSTEM TEST* – FAST**

**REPRESENTAÇÃO FAMILIAR**

Nome:

Data:

Número de pessoas:

Representação Típica


1 2 3 4 5 6 7 8 9

Representação Ideal


1 2 3 4 5 6 7 8 9

Representação de Conflito


1 2 3 4 5 6 7 8 9

	Parentesco	Nome	Idade	Sexo
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

Altura – **Representação Típica**

1 2 3 4 5 6 7  
8

--	--	--	--	--	--	--	--

**Obs.:** \_\_\_\_\_

Altura – **Representação Ideal**

1 2 3 4 5 6 7  
8

--	--	--	--	--	--	--	--

**Obs.:** \_\_\_\_\_

Altura – **Representação de Conflito**

1 2 3 4 5 6 7  
8

--	--	--	--	--	--	--	--

**Obs.:** \_\_\_\_\_

**Tipos de Conflito:**

( ) pai-filho ( ) mãe-filho  
( ) casal ( ) irmãos

( ) verbal ( ) corporal ( ) outros

**Frequência:**

( ) sempre ( ) às vezes ( ) raramente

## Anexo E

### ROTEIRO DA ENTREVISTA DA MÃE DA PARTICIPANTE NA PRIMEIRA ETAPA

**Data da Entrevista:** ..... / ..... / .....

- 1) Nome do responsável:
- 2) Nome do participante:
- 3) Grau de parentesco:
- 4) Idade:
- 5) Trabalho/ocupação:
- 6) Você conta com ajuda de alguém para cuidar da casa? Quem e que tipo de ajuda?
- 7) Filhos (nome e idade):
- 8) Você ia visitar o participante no abrigo, com que frequência?
- 9) Quando você queria saber notícias dele, a quem você se dirige? (outra pessoa, usa o telefone).
- 10) Quais são as principais características do participante (nomear no momento da entrevista)?
- 11) Como foi o processo de entrada dele na instituição? O que aconteceu?
- 12) Como são as pessoas que trabalham no abrigo?
- 13) Aponte um aspecto bom e um aspecto ruim do participante morar no abrigo.
- 14) Você conheceu os amigos do participante?
- 15) Ela (e) tem namorado, você o (a) conhece?
- 16) Como é o rendimento escolar do participante?
- 17) Como é sua participação na vida escolar dele?
- 18) Que condições mudaram para ele estar para casa?
- 19) O que impedia que ele voltasse antes para casa?
- 20) Como está sendo a adaptação do participante à rotina familiar?
- 21) Como era a expectativa do restante da família quanto ao retorno do participante à família?
- 22) Que dificuldades você pensa que irá enfrentar?
- 23) Como poderá resolver tais dificuldades?
- 24) Como está sendo a convivência nestes primeiros meses do retorno do participante?
- 25) Ele está indo para a escola?
- 26) Que dificuldades você está enfrentando com ele?
- 27) Como você está resolvendo-as?
- 28) Como é a rotina do participante?
- 29) Ele pede ajuda para você quando necessita?
- 30) Que tipo de ajuda?
- 31) Como você corresponde neste caso?
- 32) Você julga positivo ou não o retorno do participante à família? Por quê?
- 33) O participante conta coisas de sua vida para você? Se sim, como você age nestes momentos?
- 34) Como são as amizades dele? Você aprova estes ou não? Por quê?
- 35) Quem é o (a) melhor amigo (a) do participante?

## **Anexo F**

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA DA MONITORA DO ABRIGO NA PRIMEIRA ETAPA**

**Data da Entrevista:** ..... / ..... / .....

Nome:

Instituição:

Nome do adolescente:

1. Há quanto tempo você conhece o participante?
2. Qual foi o motivo da entrada dele na instituição?
3. Como foi o período de adaptação no início?
4. Como era o relacionamento dele com os outros internos?
5. Como era o relacionamento dele com os monitores da instituição?
6. Você percebeu alguma mudança nele desde o momento de sua entrada até agora?
7. Como é o relacionamento dele neste momento com os internos?
8. Como é o relacionamento dele neste momento com os monitores da instituição?
9. Durante este tempo, a família do participante visita-o?
10. Na sua opinião, qual é o grau de proximidade dele com sua própria família?
11. O que você acha sobre o retorno do participante à sua família

## **Anexo G**

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA DA PARTICIPANTE NA SEGUNDA ETAPA**

**Data da Entrevista ..... / ..... / .....**

Quanto à escola

- 1) Mudou de escola? Como é sua nova escola?
- 2) Do que você mais está gostando da sua nova escola?
- 3) Do que você menos está gostando?
- 4) Como são seus colegas de turma?
- 5) Você fez amigos na sua turma?
- 6) Como são seus professores?
- 7) Como você espera que será seu ano escolar?
- 8) Quando você tem alguma dificuldade ou dúvida com alguma disciplina na escola, para quem você pede ajuda agora?
- 9) O que você achou de ter trocado de escola?

Quanto à família

- 10) Como estão as coisas em casa?
- 11) Como está o seu relacionamento com mãe, padrasto e irmãos?
- 12) Foi ao médico por causa de estar fazendo xixi na cama?
- 13) Como está a gestação da mãe?
- 14) De que forma ajuda em casa?
- 15) Você viveu um tempo com seus avós maternos? Que idade você tinha? O que você lembra dessa época?
- 16) Porque você foi para lá?
- 17) Quanto tempo você ficou com eles?
- 18) Porque voltou para sua mãe?

## **Anexo H**

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA DA PARTICIPANTE NA TERCEIRA ETAPA**

**Data da Entrevista ..... / ..... / .....**

Quanto à família

- 1) Quem está morando com você na sua casa?
- 2) Como está o seu relacionamento com eles?
- 3) Com quem você se dá melhor na sua casa?
- 4) Quando você precisa de alguma coisa, para quem você pede? Esta pessoa ajuda?
- 5) Você percebe algumas dificuldades até este momento?
- 6) Você acredita que estas dificuldades são somente suas, ou a sua família também as vivencia?
- 7) Como você acha que está sendo para sua mãe (ou com quem ela está morando) tê-la de volta em casa?
- 8) Com o passar do tempo, temos idéias e opiniões que vão se modificando. A sua opinião sobre sua família mudou desde que você voltou para casa?
- 9) A sua opinião sobre seus amigos mudou desde que você voltou para casa?

Quanto à instituição

- 10) Neste momento, qual é sua avaliação sobre o tempo que você esteve na instituição?
- 11) Você ainda tem contato com o pessoal da instituição?

Quanto à escola

- 12) Do que você mais gosta da sua nova escola?
- 13) Do que você menos gosta?
- 14) Como são seus colegas de turma?
- 15) Você fez amigos na sua turma, quem eles são?
- 16) Neste momento, como são seus professores?
- 17) Como você espera que será seu ano escolar?
- 18) Quando precisa de alguma coisa na escola, você pede para quem?

Quanto às redes de amizade

- 19) Seus amigos continuam os mesmos ou não?
- 20) Como está o seu relacionamento com eles?
- 21) Que tipo de atividades vocês fazem juntos?
- 22) Quando você precisa você pede ajuda a eles?
- 23) Que tipo de ajuda?
- 24) E eles te ajudam?

## **Anexo I**

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA DA MÃE DA PARTICIPANTE NA TERCEIRA ETAPA**

**Data da Entrevista: ..... / ..... / .....**

- 1) Nome do responsável:
- 2) Trabalho/ocupação:
- 3) De uma forma geral, como foram estes primeiros meses de retorno do participante à família?
- 4) Com quem ele tem se dado melhor?
- 5) Como é a rotina do participante?
- 6) Tem tido alguma dificuldade com ele? Qual? Por quê?
- 7) Como você está resolvendo-as?
- 8) Houve alguma mudança no comportamento desde a volta dele pra casa?
- 9) Ele faz comentários/ conta alguma coisa do período que esteve na instituição?
- 10) Como vão as amizades dele?
- 11) O que mudou na família com a volta dela para casa?

## Anexo J

### ROTEIRO DA ENTREVISTA DA PARTICIPANTE NA QUARTA ETAPA

Data ..... / ..... / .....

#### Quanto à saída de casa

- 1) Porque você voltou para o abrigo?
- 2) Como foi a sua saída de casa? Quem estava em casa, o que vc pensou quando eles disseram que você ia sair?
- 3) O que você sentiu quando estava indo para o abrigo?
- 4) Eles disseram que eles iam te levar para um abrigo?
- 5) Quem te recebeu quando você chegou aqui?
- 6) Qual foi o motivo de seu reingresso no abrigo? O que aconteceu?

#### Quanto à instituição

- 7) Como é a instituição na qual você vive?
- 8) Você fez amigos na instituição?
- 9) Você reencontrou alguém que estava aqui ano passado, quando você ficou aqui?
- 10) Como é sua relação com eles?
- 11) Que atividades você realiza na companhia dos mesmos?
- 12) Você tem namorado (a)? Se sim, onde o (a) conheceu?
- 13) Quanto tempo vocês namoram?
- 14) Aponte as qualidades e os defeitos dele (a).
- 15) Como é sua relação com as outras crianças e os outros adolescentes?
- 16) Você faz alguma atividade com eles? Você brinca com eles?
- 17) Como é sua relação com as monitoras da instituição? Como é que elas te cuidam?
- 18) Vocês conversam? Sobre o quê?
- 19) Quando você precisa de alguma coisa, a quem você pede?
- 20) Quando você está feliz, tem alguém na instituição com quem você divide esta alegria?
- 21) E quando você está triste, você divide este sentimento com alguém? Quem?
- 22) Se você tem uma sugestão para melhorar o dia-a-dia da instituição, você fala para alguém? Quem? Se sim, como esta sugestão é recebida?
- 23) Como é para você morar no abrigo novamente?
- 24) O que você faz para se divertir? Quem vai com você?
- 25) Qual é a diferença que você percebe entre morar na instituição e em casa?
- 26) Quando você foi para sua família, do que mais sentiu falta aqui do abrigo?
- 27) E do que não sentiu falta?
- 28) Quando você chegou à instituição, o que você sentiu? Qual foi a sua primeira impressão?
- 29) Como está sendo sua adaptação até agora?
- 30) Quando você chegou ao abrigo, você sentiu ou está sentindo falta de alguma coisa?
- 31) O que você fazia para se sentir melhor?

#### Quanto à escola

- 32) Você está estudando? Qual série?
- 33) Como é sua escola?
- 34) Você voltou para a mesma escola que freqüentou no ano passado?

- 35) Você está gostando desta escola?
- 36) Aponte uma coisa boa e uma coisa ruim da sua escola.
- 37) Quais atividades você mais aprecia?
- 38) Quando você tem alguma dificuldade com alguma disciplina na escola, quem ajuda?
- 39) Como são os teus amigos da escola?
- 40) Você encontra com eles fora da escola? Onde?
- 41) Como é o relacionamento com os professores?
- 42) Você vai continuar nesta escola? Se não, o que está achando de ter que trocar?

**Quanto à família**

- 43) Você já viu alguém de sua família depois de vir para o abrigo?
- 44) Você vê seus irmãos? Gostaria de vê-los mais ou não? Por quê?
- 45) O que você está achando de voltar para o abrigo? Por quê?
- 46) Como era morar com sua família antes de ir para o abrigo?
- 47) Com quais pessoas você se relacionava bem em sua família? E com quais não?
- 48) Como será morar novamente com sua família neste momento?
- 49) O que você acha que vai acontecer, você acha que vai voltar para casa logo, ou vai demorar,...?
- 50) Como você gostaria que acontecesse daqui para frente?

## Anexo L

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O RESPONSÁVEL PELO ADOLESCENTE

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar o processo de desligamento do adolescente da instituição de abrigo e o processo de reinserção familiar. Tal estudo prevê a participação de adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 10 a 14 anos, que tenham vivido em uma instituição pública ou não-governamental de atendimento ao adolescente há pelo menos seis meses. As entrevistas serão gravadas e a duração das mesmas será de meia hora a no máximo uma hora e meia. Além disso, serão realizadas entrevistas com os responsáveis pelos participantes, a fim de acompanhar o processo de adaptação familiar e completar as informações sobre este processo de desligamento. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Todo o material desta pesquisa será mantido em sigilo no Instituto de Psicologia/UFRGS, sendo destruído após a análise.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a psicóloga Aline Cardoso Siqueira, que pode ser contactada pelo telefone (51) 92164059.

---

Pesquisadora Aline Siqueira

---

Concordo em participar do presente estudo, bem como autorizo para fins exclusivamente desta pesquisa a utilização de anotações e gravações realizadas comigo e/ou meu (minha) filho (a).

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do responsável pelo participante

## Anexo M

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA PARTICIPANTE

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar o processo de desligamento do adolescente da instituição de abrigo e o processo de reinserção familiar. Tal estudo prevê a participação de adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 10 a 14 anos, que tenham vivido em uma instituição pública ou não-governamental de atendimento ao adolescente há pelo menos seis meses. As entrevistas serão gravadas e a duração das mesmas será de meia hora a no máximo uma hora e meia. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

Os adolescentes poderão solicitar esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas que aparecerem (os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa), podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Todo o material desta pesquisa será mantido em sigilo no Instituto de Psicologia/UFRGS, sendo destruído após a análise.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a psicóloga Aline Cardoso Siqueira, que pode ser contactada pelo telefone (51) 92164059.

---

Pesquisadora

---

Concordo em participar do presente estudo, bem como autorizo para fins exclusivamente desta pesquisa a utilização de anotações e gravações realizadas comigo.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do Participante

## Anexo N

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA MONITORA DO ABRIGO

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar o processo de desligamento do adolescente da instituição de abrigo e o processo de reinserção familiar. Tal estudo prevê a participação de adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 10 a 14 anos, que tenham vivido em uma instituição pública ou não-governamental de atendimento ao adolescente há pelo menos seis meses. As entrevistas serão gravadas e a duração das mesmas será de meia hora a no máximo uma hora e meia. Além disso, serão realizadas entrevistas com os responsáveis pelos participantes e com um monitor da instituição, a fim de acompanhar o processo de adaptação familiar e completar as informações sobre este processo de desligamento. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Todo o material desta pesquisa será mantido em sigilo no Instituto de Psicologia/UFRGS, sendo destruído após a análise.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a psicóloga Aline Cardoso Siqueira, que pode ser contactada pelo telefone (51) 92164059.

---

Pesquisadora Aline Siqueira

---

Concordo em participar do presente estudo, bem como autorizo para fins exclusivamente desta pesquisa a utilização de anotações e gravações realizadas comigo.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do monitor